

Rafael da Cunha Scheffer

Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em
Desterro, 1849-1888.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Gallotti Mamigonian.

FLORIANOPOLIS

Abril de 2006

Resumo

Analisando a questão do trabalho escravo em Santa Catarina, diversos historiadores apontaram para a importância do tráfico interno para o fim da escravidão nesta província. O presente trabalho visa exatamente dar profundidade a este tema, analisando o mercado de escravos em Desterro, na segunda metade do século XIX, em suas faces local e interprovincial, procurando calcular seu volume e formas de operação, e seu impacto na população cativa da capital catarinense. Busco os comerciantes envolvidos neste negócio, a maneira com que atuavam neste mercado, sua posição social e as relações destes dentro da sociedade local. Aprofundando esta análise de relações e inserção na sociedade, investigo a trajetória de vida e experiência como negociante, de construção de laços e redes comerciais, de Manoel Antonio Victorino de Menezes, apontado como o maior comerciante de escravos da região.

Para este trabalho, desenvolvi séries com diversas fontes. Anúncios de compra e venda de escravos, de registros da movimentação do porto de Desterro, dos impostos sobre a comercialização de cativos, dos registros de escravos nos livros de notas, foram utilizados para elucidar as questões levantadas. Além disso, explorei fontes judiciais como processos de inventários, de tutela e outros, uma lista de eleitores da paróquia de Desterro para o ano de 1876 e o testamento de Victorino de Menezes.

Com essa pesquisa, percebi como o mercado de escravos de Desterro esteve ligado ao nacional. A compra de escravos para a revenda no Sudeste ocorreu de forma constante na capital catarinense no período estudado, tendo seu ápice na década de 1870. Cativos foram enviados em pequenos grupos, em geral para o Rio de Janeiro, através de linhas regulares de vapor. Diversos comerciantes locais se envolveram com

este mercado, na maioria das vezes desenvolvido ao mesmo tempo que outras atividades comerciais, e parecem não ter sofrido nenhum tipo de discriminação por causa disso.

Palavras-chave: Escravidão, tráfico interno, comércio de escravos, negociantes de cativos, Desterro.

Abstract

In their analyses of slave labor in Santa Catarina, several historians have pointed to the importance of the internal slave trade to the end of slavery in this province. The present work aims at exploring this theme further, by analysing the slave trade in Desterro in the second half of the nineteenth century, in its local and inter-regional forms, calculating its volume, and investigating its operation and impact on the slave population of the provincial capital. I have searched for the merchants involved in this trade, the way in which they acted in the market, their social standing and relations in the local society. To explore these issues further, I investigated the life and relations of Manoel Antonio Victorino de Menezes, considered the greatest slave merchant in the region.

For the present research, I have developed a number of data series: slave ads, port registries, taxes on slave sales, and notarized slave sales. Other than that, I have explored judicial records, a voters' list for Desterro in 1876, and Victorino de Menezes' testament.

I have observed that the slave market in Desterro was linked to the national market. The movement of buying slaves in Desterro to sell them in the South-east was constant, and peaked in the 1870s. Slaves were sent in small groups, usually to Rio de Janeiro, through regular steam lines. Several local merchants engaged in this trade, most of the time not specializing on it, and do not seem to have suffered any discrimination for their engagement. The volume of the slave trade from Santa Catarina to the South-east does not seem to have had a significant impact on the decline of the slave population in Santa Catarina.

Keywords: Slavery, internal slave trade, slave trade, slave merchants, Desterro.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, pelo apoio e o carinho em tempos bastante conturbados.

A Beatriz eu agradeço a orientação e especialmente a luz em momentos de confusão, nos quais eu perdia o foco e o eixo do trabalho. As nossas conversas e as suas idéias ajudaram a dar melhor forma a várias das questões presentes neste estudo, permitindo um maior debate deste texto com outras produções. Seu contato com materiais recentes permitiu que este trabalho pudesse estar mais atualizado e dialogasse com debates atuais no campo da historiografia sobre escravidão.

Aos demais professores da banca, agradeço as indicações de falhas, correções e idéias para tornar esta pesquisa mais completa. Abrir meus olhos a outras possibilidades e questões mostra o quanto este trabalho ainda pode ser desenvolvido. Agradeço também por disponibilizarem outras fontes para esta pesquisa, como as fotos de diversos livros de cartórios e a indicação da localização de outras fontes.

Aos funcionários do arquivo público e da biblioteca do Estado, do arquivo do judiciário e do setor de obras raras da UFSC, eu agradeço a paciência e atenção no atendimento. Agradeço também os funcionários da secretaria da Pós Graduação em História, em especial a Maria Nazaré Wagner.

Aos outros professores da linha de pesquisa, gostaria de dizer que os debates e discussões ao longo dos dois anos do mestrado permitiram um crescimento não apenas das possibilidades dessa pesquisa, mas de uma visão mais complexa da história social.

Tenho muito a agradecer aos meus colegas de linha. Aprendi muito com as nossas conversas ao longo desses anos, sobre os mais diversos assuntos. Com a Martha sempre pude trocar idéias e informações de fontes, devido à proximidade de nossas

pesquisas. Com Rafael Pereira e Gustavo Perez discuti alguns problemas de pesquisa, e muitos de elaboração de texto. Com Giovanni, Gustavo Marangoni, Daniel, as Julianas, Celso e outros, tive valiosas conversas nesses últimos anos.

Como nem só de estudos vive um mestrando, a companhia de muitos amigos tornou esses anos bastante prazerosos. Anas, Disma, Marcão, Yan, Fernanda, Maurício, Vic, Samir, Simone, Camilo, Graci, Wlad, Maíra, Daniel, Rafaela, Jana, e muitos outros eu agradeço pelo apoio e amizade nestes anos.

Por fim, agradeço também ao CNPq, órgão que financiou essa pesquisa durante dois anos e tornou possível minha dedicação ao estudo.

Listas de Tabelas e gráficos

Tabelas

População da província de Santa Catarina 1840-1886.....	45
População escrava nos municípios catarinenses.....	48
Arrecadação do imposto sobre venda ou doação de escravos (40\$000).....	81
Negociantes ligados ao comércio de escravos.....	103
Distribuição da Renda no Desterro segundo as listas de qualificação de votantes de 1876	108
Comerciantes ativos por intervalo de 5 anos.....	120

Lista de gráficos

Profissões Segundo Freguesias (pop. Total)	50
Compras para fora da província segundo ano	60
Relações no mercado local segundo ano.....	65
Escravos embarcados com passageiros (1849-1880).....	85
Escravos “a entregar” (1849-1880).....	86

Lista de Mapas

Detalhe do mapa de Desterro de 1819	111
---	-----

Sumário

Introdução	1
Comércio de escravos no Brasil	7
O tráfico atlântico de escravos	9
Tráfico interno	16
Comércio de escravos e obstáculos criados pela “mercadoria”	25
Conclusões em aberto	39
O comércio de escravos em Desterro	41
Censos e mapas de população	42
O comércio de escravos em Desterro	55
Anúncios de escravos nos jornais de Desterro	56
O comércio de escravos no legislativo	70
Os escravos no movimento do porto	82
Considerações sobre o comércio de escravos em Desterro	88
Comerciantes de escravos em Desterro	98
Necessidade ou negócio	98
Comerciantes de escravos	102
Victorino de Menezes	124
“Filiação desconhecida”	125
“O mais forte comprador de escravos”	132
Considerações Finais	144
Anexos	149
Fontes	153
Referências bibliográficas	157

Introdução

Campinas, 1885. Depois de cobrar diversas dívidas na região, com o auxílio de José Pinto de Almeida Junior, empregado da agência local do Banco Mercantil de Santos, o comerciante Manoel Antonio Victorino de Menezes preparava-se para retornar a Santa Catarina. Antes deste retorno, Menezes foi jantar na casa daquele funcionário, para comemorar os bons resultados da viagem. No dia seguinte, Almeida Junior fechou a conta do comerciante no hotel e despachou sua bagagem para Santos, avisando que o mesmo já havia partido no trem do início da manhã.

Meses depois, sem notícias do paradeiro de Victorino, sua família apelou aos jornais e autoridades paulistas por informações. A polícia, ao conduzir investigação, descobriu que Menezes não havia deixado Campinas e apontou Almeida Junior como principal suspeito. Uma busca na casa do bancário, guiada por relatos de funcionários e vizinhos alertando para um mau cheiro, encontrou enterrado o corpo de Menezes. Preso na capital paulista, o suspeito foi reconduzido ao interior para ser julgado, e chegou à cidade escoltado pela polícia, devido ao ânimo exaltado da população local. O assassinato repercutiu na província de São Paulo e em Desterro, como pode ser observado pelas transcrições de jornais paulistas realizadas pelos periódicos da capital catarinense.

Entretanto, o crime não me chamou a atenção por si só. Cheguei a este relato através da leitura dos jornais de Desterro e do tratamento dado ao caso pelas obras de Oswaldo Cabral e Walter Piazza. A vítima, Victorino de Menezes, é apontada pelos dois historiadores como o maior comerciante de escravos da cidade. Foi esse fato que me chamou a atenção para o personagem.

Segundo estes dois autores, Menezes havia nascido na província do Rio de Janeiro e se estabelecido aqui justamente devido a sua participação no mercado interprovincial de escravos. Comprando cativos em Desterro para revendê-los no Sudeste, ele teria conseguido certo sucesso econômico, o que teria incentivado outros comerciantes da praça a também aproveitar essa oportunidade. A exportação de escravos pelo porto da capital catarinense, realizada através desses

negociantes, seria, para esses autores, o principal fator na diminuição do número de cativos na região. Marcaria o declínio do escravismo, complementado pelas alforrias, contratos de trabalho e pela morte dos cativos, que após 1871 não poderiam mais ser “repostos” pelo crescimento natural, mas somente pelas vendas. Dessa forma, o comércio de escravos ganhou destaque na história da escravidão em Desterro, mesmo baseado apenas em relatos esparsos e em anúncios. Nenhum estudo dedicou mais do que alguns parágrafos a este negócio, mesmo tendo sua importância sido reconhecida.

O que proponho com o atual estudo é analisar especificamente o comércio de escravos em Desterro. Procuo aprofundar o questionamento sobre este negócio, começando com o estabelecimento de uma base para esta discussão. Não havia parâmetros do que seria este mercado, somente afirmações gerais e bastante superficiais sobre seu funcionamento e importância. Investigo indícios desse comércio na tentativa de descrevê-lo de forma geral, e a partir disso responder duas questões que permeiam profundamente este trabalho: qual o impacto do tráfico interno na escravidão em Santa Catarina e como foram realizadas estas transferências?

Pensar no comércio de seres humanos envolve questões morais e políticas da época e coloca também perguntas específicas a este estudo. Algumas de ordem prática, como por exemplo, a maneira como os cativos eram transportados, em que números, e como eram controlados durante essas operações. O próprio volume dessas operações permanece uma incógnita. Além disso, pouco sabemos sobre a maneira como os negociantes se organizaram para tratar dessas vendas, se usaram laços comerciais já estabelecidos com outras regiões, se desenvolveram outros vínculos, como procuravam atrair vendedores. O próprio impacto do tráfico nas relações locais, sobre o mercado de escravos na capital catarinense permanece desconhecido. Teriam os escravos sido vendidos em massa para fora da província? Continuava a existir uma comercialização local? E principalmente, havia diferenças entre compras e vendas entre senhores do Desterro e de fora da província?

Outras questões implicam considerações sobre o pensamento da época. A legitimidade da escravidão, das bases morais e ideológicas que defendiam a manutenção do cativo, foi sendo

corroída ao longo da segunda metade do século XIX até 1888, e através de sujeitos como os comerciantes de escravos podemos sondar um ângulo novo deste processo. Quem foram os participantes deste mercado? Teria a crítica à escravidão atingido também os envolvidos no tráfico de cativos? Os negociantes de Desterro sofreram algum tipo de censura ou recriminação por terem se envolvido neste mercado? A exportação de cativos chegou a ser vista como um bem para a região?

Especificamente sobre Victorino de Menezes, uma série de questões pode ser levantada: por quê ele veio negociar na praça de Desterro, como ele conseguiu capital para isso, levando em consideração que ele era filho de “pais incógnitos”, e mesmo como se estabeleceu aqui e que relações desenvolveu. Além de ajudar a entender melhor os negociantes de escravos, o estudo sobre esse personagem também pode nos fornecer dados mais amplos para analisar os comerciantes e indivíduos do século XIX de uma forma geral.

Para responder a essas questões, utilizo uma série de fontes que dão indícios desse mercado. Os anúncios de compra e venda de escravos publicados nos jornais de Desterro forneceram informações vitais não só para o entendimento da oferta e da procura, mas também para analisar as pessoas envolvidas neste comércio. Relatórios da movimentação dos portos nos ajudam a calcular o volume das transferências e a forma como se davam. Leis e impostos provinciais também nos permitem ter uma certa noção do conjunto das transferências e da percepção da repercussão dessas na sociedade e na economia da província. Algumas discussões encontradas nos jornais também nos forneceram pistas da importância do tema na época e de questões como a importância do trabalho escravo na província, além de notícias que podiam nos informar melhor de episódios ligados ao mercado de escravos.

Para organizar os resultados dessa pesquisa, desenvolvi bancos de dados relacionando as informações das séries de fontes. Assim, os bancos de informações sobre os anúncios de escravos, movimento do porto, notas sobre escravos, procurações, e a lista de votantes de 1876 reúnem referências e permitem o cruzamento de informações que possibilitaram visualizar relações de

comércio entre diversas pessoas e através do tempo. Como instrumento de pesquisa, esses bancos estão disponíveis no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, ligado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Tentei observar indícios dos diversos sujeitos históricos envolvidos neste mercado, para entender os agentes e suas formas de atuação. Consegui identificar a participação de membros da sociedade local por sua exposição através dos anúncios. Também procurei buscar a perspectiva dos cativos envolvidos neste comércio, mas enfrentei diversas dificuldades ligadas ao pequeno número de informações disponíveis nas fontes consultadas.

Como período de estudo, selecionei os anos entre 1849 e 1888. Este período foi escolhido pois corresponde a um período que vai da intensificação do tráfico interno até o fim da escravidão como forma legítima de relação de poder. Um fator importante para esta escolha foi, sem dúvida, a existência de séries de periódicos conservados somente a partir de 1849. Poucos são os exemplares anteriores a este período. Além disso, a partir de 1850, data da repressão efetiva ao tráfico atlântico, tornou-se mais intenso o tráfico interprovincial no Brasil, em que as redes de comércio de cativos entre as regiões do país foram montadas para drenar mão de obra para regiões mais ricas, nas quais seu preço era mais elevado. Por envolver escravos nascidos ou com anos de experiência no cativeiro no Brasil, conhecedores de estratégias para influenciar as negociações, este se torna um momento rico e fundamental para observarmos as transformações da escravidão no século XIX e do comércio de escravos.

Procurando atingir os objetivos traçados, optei por dividir o presente estudo em quatro capítulos. Início realizando uma discussão sobre o comércio de escravos, procurando inserir o leitor (não especializado) no tema, contextualizando as mudanças por que passou a instituição no século XIX e as principais transformações ocorridas no mercado de escravos. Levanto questões inerentes a este comércio, que fornecem uma base para as discussões realizadas nos demais capítulos deste estudo e que vão além dele. A complexidade de muitas dessas indagações exigiria uma análise muito mais ampla do que a presente para tentar inserir Santa Catarina nas discussões de âmbito

nacional. No foco desse estudo, procuro levantar o tratamento dado pela historiografia catarinense sobre o tráfico interno de escravos e seu impacto na província e especialmente em sua capital, Desterro.

No capítulo seguinte, analiso os diversos indícios do mercado de escravos em Desterro, partindo da construção de um panorama da presença escrava no local. Através da oferta e procura de mão de obra escrava, busco verificar as flutuações do mercado de cativos na capital catarinense, com suas variações ao longo do tempo. O comércio de escravos em geral foi tema deste capítulo, no desenrolar do qual procuro trabalhar o mercado local e nacional de cativos, tentando levantar as características de cada um desses. Além disso, busco o volume e repercussão deste negócio analisando os anúncios, as medidas e impostos provinciais relacionadas com o tráfico de escravos, e o movimento do porto de Desterro, com as entradas e saídas de escravos ao longo da segunda metade do século XIX.

O terceiro capítulo ficou reservado para uma discussão sobre o funcionamento deste mercado, tendo como tema os comerciantes de escravos. Identifico as pessoas envolvidas neste negócio em Desterro, aquelas que faziam a intermediação entre senhores e compradores. Procuro verificar a posição social desses negociantes, os reflexos de seu envolvimento no comércio de cativos e sua atuação, tanto no mercado local quanto no inter-provincial. Na busca pelo espaço desses comerciantes na sociedade, além de situá-los na cena política provincial, realizo também um rápido estudo sobre a distribuição da renda na capital catarinense, analisando o lugar dos negociantes nessa estrutura.

O último capítulo é dedicado à discussão do personagem que motivou o estudo. Analiso mais detidamente a figura do comerciante Manoel Antonio Victorino de Menezes, tido como o maior negociante de escravos em Desterro. Procuro buscar suas origens e sua experiência como comerciante do século XIX. Tento reconstruir aspectos de sua vida pessoal e profissional, de seus valores e motivações. Analiso a construção de seus laços comerciais e sua participação no tráfico interprovincial de escravos, que ajudam a entender melhor como se deu este negócio. O estudo do

próprio assassinato deste negociante também nos ajuda a observar as relações desenvolvidas por ele neste mercado. Contudo, devido a problemas envolvendo o processo de restauração, microfilmagem e catalogação por que passavam os processos crime do interior paulista, não foi possível localizar e estudar o processo de seu homicídio. O assassinato e os fatos que levaram a elucidação do mesmo foram reconstruídos a partir da cobertura da imprensa, que reproduziu depoimentos e autos da investigação policial.

Com esse estudo, procuro não apenas preencher uma lacuna na historiografia catarinense. Busco rever uma afirmação que ganhou peso excessivo e título de verdade. Em uma historiografia como a de Santa Catarina, marcada pela preocupação com os imigrantes europeus e que deixou de lado por muito tempo os afrodescendentes, é interessante pensar como certas afirmações mais gerais sobre a escravidão acabaram se firmando como explicações. Somo meus esforços aos de diversos pesquisadores que vêm buscando rever a presença de africanos e seus descendentes nesta região. Questionando as versões tradicionais e buscando nas fontes uma interpretação dessa influência e relações, desenvolvidas por uma parcela da população bastante marginalizada na história oficial, tento apreender muito das experiências ligadas à escravidão no território catarinense.

Capítulo 1

Comércio de escravos no Brasil

Vende-se

Um casal de escravos com um filho, tendo o escravo 28 anos, a escrava 24 e o crioulinho 3 anos de idade, todos por preço muito commodo. Quem os pretender comprar dirija-se a casa de Mariano José da Roza, rua da Trindade canto da Carioca.¹

A leitura de jornais do século XIX nos reserva algumas cenas do cotidiano que ao leitor de hoje soam estranhas ou mesmo desumanas. Nas seções de anúncios dos periódicos, escravos eram anunciados para venda entre as mais diversas mercadorias e imóveis. Figurando no que poderia ser chamada de seção de classificados desses jornais, esses anúncios não destoavam da propaganda de outros bens e produtos. A normalidade dos anúncios não foi questionada até a década de 1880, quando o discurso abolicionista ganhou terreno e a propaganda de venda ou aluguel de cativos e também de suas fugas passou a ser evitada, com jornais rivais denunciando o falso abolicionismo um do outro.²

Essa normalidade refletia a aceitação da escravidão por largas camadas da população; até o início do século XIX permanecia uma instituição fortemente enraizada na sociedade brasileira. No Rio de Janeiro em 1821, cerca de 46% da população era de condição escrava.³ Até mesmo em uma capital provincial com outro perfil econômico como Desterro (com 40% de escravos na população em 1831⁴) e numa cidade do sertão baiano, Caetité (ainda com 19% de escravos em 1862⁵) a presença escrava era importante. Com isso podemos observar a amplitude da escravidão, pois, enquanto a primeira cidade, além de capital do país e seu principal centro comercial e financeiro,

¹ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC). O Despertador, n. 810, 01 de Novembro de 1870. Para proporcionar uma maior inserção na época, optei por manter a grafia original dos jornais e demais documentos.

² Universidade Federal de Santa Catarina/ Biblioteca Universitária (UFSC/BU). Conservador, n. 78, de 13 de Abril de 1885.

³ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.108.

⁴ PEDRO, Joana M. et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

⁵ NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000), p. 106.

estava diretamente ligada à produção para exportação, as duas últimas estavam ligadas mais a áreas de cultivo de alimentos para o mercado interno. Assim, mesmo em cidades de perfil diferenciado, a posse escrava era difundida por diversas parcelas da população nas mais distintas regiões do país.

A idéia de que uma pessoa poderia ser proprietária de outra, e desta forma comandar a vida e as ações deste outro, era amplamente aceita por uma população de proprietários e mesmo de camadas não abastadas, que incluíam pobres, libertos e até escravos. Obras mais recentes inclusive destacam a aceitação desta ordem por parte dos cativos como algo essencial à manutenção do regime escravista. Outras destacam a ações dos cativos, mesmo dentro da ordem escravista, como manifestações em direção a liberdade. Ambas trouxeram novas perspectivas para a historiografia ao pensar os escravos como sujeitos ativos na sua relação com os senhores. Sidney Chalhoub, Robert Slenes, Hebe Maria Mattos, entre outros,⁶ destacam a negociação que ocorria no cotidiano desses homens e mulheres, e que permitia o funcionamento do escravismo através de concessões e compromissos por parte de senhores e cativos. A noção de que um acordo era estabelecido entre senhores e escravos, e que mesmo de maneira informal estabelecia certas normas ao trabalho e convivência no dia a dia, vem sendo cada vez mais usada como um paradigma para se pensar a escravidão no Brasil. De certa forma, essa concordância limitava os poderes do senhor sobre seu cativo ao mesmo tempo em que criava um laço de obediência e compromisso por parte do escravo.

Contudo, essa normalidade do escravismo, no que se refere à relação de compra e venda de cativos, não atingia somente grande parte da população dessa sociedade escravista. Os próprios estudos sobre o trabalho escravo no Brasil também seguem, em grande parte, uma linha de interpretação que considera o comércio de escravos uma relação econômica normal. Dessa forma, o estudo do comércio de escravos permaneceu por muito tempo na penumbra da historiografia. Não

⁶ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste. Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

que ele não tenha sido citado ou reconhecido, mas não despertava o interesse de pesquisas específicas.

Até praticamente a década de 1970, os estudos relacionados à escravidão não se preocupavam com a questão da compra e venda dos cativos. Quando muito, como em *Casa grande e senzala*, a origem dos cativos é citada, mas todo o movimento comercial é deixado de lado, pois o que Freyre buscava neste estudo eram as características culturais desses africanos trazidos pelo tráfico atlântico. Freyre destacava a diversidade cultural africana e apontava para o fato dessas diferenças terem sido percebidas pelos senhores de escravos, que procuravam adquirir cativos de determinadas nações para certas funções⁷. Mas Gilberto Freyre não trabalhou com o tráfico, com seus mecanismos e atores. Os escravos simplesmente eram comprados pelos senhores.

Compreender como o comércio de escravos tornou-se um tema de pesquisa relevante, quais os principais pontos de debate, e quais as contribuições do estudo da escravidão para um melhor entendimento desta transação são os objetivos deste capítulo. Busco compor um quadro do comércio de escravos no atual estágio da historiografia, para com isso levantar o campo de discussões que serão tratadas ao longo do estudo.

O tráfico atlântico de escravos

A introdução do comércio de escravos como tema de pesquisa esteve ligada a tentativas de entender como foi possível a constituição e a manutenção do escravismo na colônia e no império. Grande parte desses estudos apontam que a formação, expansão e mesmo manutenção dos plantéis estaria intimamente ligada ao fornecimento contínuo da mão de obra, dada pelo comércio atlântico de escravos, pois a demanda não seria satisfeita pelo crescimento natural da população cativa.

Com esse intento, o comércio de escravos da África para o Brasil e outras partes da América passou a fazer parte das preocupações dos interessados em entender o sistema escravista. Seguindo

⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 357.

em parte a perspectiva de Freyre, de se preocupar apenas genericamente com a origem dos escravos, os estudos das décadas de 1960 e 70 continuaram deixando os mecanismos do tráfico de lado, mas vários deles passaram a dar algum destaque para os movimentos e oscilações do comércio de escravos.

Uma exceção a esse tipo de análise foi o estudo pioneiro de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*, publicado originalmente na França em 1968. Nesta obra, o autor investigou as fases do tráfico atlântico de escravos, suas razões históricas e econômicas.⁸ Além disso, inovou ao apontar a participação dos brasileiros neste comércio, destacando o papel dos negociantes baianos no tráfico até meados do século XIX. Estes teriam encontrado no tráfico uma grande fonte de renda, movimentando a economia local também através da procura por produtos para a troca por cativos. Verger ainda se preocupou com as conseqüências culturais deste comércio, com o estabelecimento de uma forte ligação e mesmo semelhanças entre a Bahia e o antigo Daomé.

Observando ciclos econômicos, fases de retração e expansão da economia, estudos como *O Escravismo colonial*, de Jacob Gorender, apontaram para o comércio de “peças” da África dentro de uma visão preocupada com o funcionamento do sistema escravista brasileiro, tentando verificar leis para o funcionamento deste mercado⁹.

O tráfico atlântico, além de sua função primordial de trazer os primeiros escravos para a América, teria uma função importantíssima na manutenção dos plantéis. Um declínio constante no número de escravos, devido às mortes e a baixas taxas de reprodução desta população, faria com que fossem necessárias constantes remessas de mão-de-obra escrava para repor aquela que se perdia. Segundo Gorender, a possibilidade da reposição de “peças”, vindas da África a baixo custo, faria com que os senhores exigissem o máximo de sua escravaria, diminuindo a vida útil dos cativos e aumentando a mortalidade. Com isso, a necessidade do tráfico atlântico de escravos para a manutenção do sistema escravista teria sido um problema estrutural no Brasil. Esse argumento é

⁸ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

reforçado por estudos posteriores, que apontam para as preocupações com o futuro da escravidão no Brasil quando da discussão da proibição do tráfico africano, como veremos mais adiante.

Ainda segundo esse autor, a intensidade deste comércio estaria intimamente ligada à valorização dos produtos coloniais. Assim, com o aumento do preço do açúcar, aumentariam os investimentos em escravos. A flutuação do preço das mercadorias de exportação, e a conseqüente expansão de sua produção, seriam as razões que regulariam o volume do tráfico atlântico de escravos¹⁰.

Neste contexto de análise de estruturas, Fernando Novais também trata do tráfico de escravos ao desenvolver a idéia do “sistema colonial”. Expresso por um sistema monopolista desenvolvido pela metrópole sobre a colônia, a escravidão e o tráfico atlântico de escravos seriam frutos do “sistema mercantilista de colonização”.¹¹ O próprio tráfico negreiro teria existido como um outro mecanismo que permitiria ganhos diretos por parte de Portugal, a “primitiva acumulação capitalista na metrópole”.¹² Novais difunde a idéia de um sistema triangular de comércio (entre Brasil, África e Portugal, envolvendo produtos agrícolas, escravos e mercadorias manufaturadas), controlado pela Metrópole para seu benefício. Através desse mecanismo Portugal controlaria o tráfico de escravos, o que daria à Metrópole uma vantagem, devido à dependência dos colonos da América de mão-de-obra escravizada africana.

O tráfico em si passou a ser a temática central de alguns trabalhos, como *Tumbeiros*, de Robert Conrad. Nesta obra, Conrad analisa a experiência do comércio atlântico de escravos procurando quantificá-lo e desvendar alguns dos mecanismos que o tornaram possível, focando seu estudo nas experiências das viagens dos navios negreiros, os tumbeiros.

Destacando a violência imposta aos cativos na viagem para o Novo Mundo, Conrad procura entender a lógica deste negócio, que superlotava navios com péssimas condições de higiene, do que

¹⁰ Gorender amplia esta ligação entre valorização da mercadoria e aquisição de mão-de-obra também para a utilização dos cativos. Assim, enquanto o preço internacional do açúcar, por exemplo, estava alto, comprava-se mais escravos, e esses eram utilizados predominantemente nesta produção. Quando o preço estava baixo, essas compras diminuiriam e os cativos passavam a exercer outras atividades, inclusive um maior cultivo de produtos para a subsistência. GORENDER, J.. Op. Cit., p 211-216.

¹¹ NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo; Brasiliense, 1986, p. 89.

¹² Idem.

resultava um relevante número de mortes, e mesmo assim extraía lucros. Ele analisa a estrutura do tráfico e começa a pensar em alguns de seus atores, especificamente a figura dos comerciantes de escravos. Também faz um esforço para entender como funcionava a formação do preço dos cativos neste mercado, ligando a questão não só à procura na América mas principalmente às condições de oferta no continente africano.

O quadro do comércio de escravos através do Atlântico torna-se ainda mais complexo a partir da publicação do estudo de Manolo Florentino, intitulado *Em costas negras*. O autor discute novamente a questão do tráfico de escravos entre Brasil e África, mas soma ao trabalho de dimensionar e analisar as estruturas, a análise dos agentes envolvidos com o tráfico, os comerciantes de escravos. Utilizando novas fontes e estudos de caso, Florentino consegue traçar um perfil do negociante de escravos, figura fundamental na manutenção da ordem escravista.

Manolo Florentino analisa densamente os inventários de comerciantes da Corte, procurando identificar o padrão da acumulação de riquezas, e de investimentos desse grupo e sua inserção social. Estudando as maiores fortunas do Rio de Janeiro, o autor aponta para a participação de várias delas no tráfico de escravos e em outras atividades como o comércio de abastecimento, exportador e o mercado imobiliário.¹³ Florentino traça o seguinte perfil de atuação dos traficantes de escravos e de sua inserção na sociedade:

Não investindo somente no comércio de homens e, ao mesmo tempo, atuando em meio a uma sociedade marcada pela frágil divisão social do trabalho, o empresário traficante ampliava seu raio de ação e sua fortuna não apenas mediante alianças matrimoniais e afetivas. Ele estava, ainda, profundamente ligado ao Estado, ocupando postos de grande destaque, a partir dos quais podia consolidar seu prestígio entre a alta burocracia e alcançar privilégios tais como arrematações de impostos e sesmarias.¹⁴

Florentino destaca também a existência de um comércio direto entre África e Brasil, na qual comerciantes brasileiros ou aqui radicados armavam, custeavam e obtinham lucros com expedições

¹³ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 177-208.

¹⁴ Idem, p. 205.

negreiras sem interferência da Metrópole. Assim, suas conclusões divergem do plano geral do “Antigo Sistema Colonial” de Fernando Novais, que enfatiza o controle português dessas relações comerciais e a canalização dos lucros sempre para a metrópole.

Segundo Florentino, a partir do século XVIII o tráfico africano já estava sendo organizado e levado adiante por comerciantes da praça do Rio de Janeiro.¹⁵ Tendo tomado para si o controle do comércio de escravos, coube aos comerciantes brasileiros a organização de toda a estrutura que se fazia necessária ao tráfico¹⁶. Desta forma, são esses comerciantes nacionais, antes ocultados por estudos que privilegiavam senhores e escravos ou a estrutura portuguesa, que tornam-se agentes nos trabalhos recentes, em que fica demonstrado que desenvolveram um papel central no abastecimento de mão-de-obra para as lavouras em expansão.

Essa participação de comerciantes nacionais no tráfico atlântico também é destacada por Jaime Rodrigues em *O infame comércio*¹⁷. Preocupado com a maneira com que os agentes brasileiros pensavam o tráfico de escravos entre a África e o Brasil, Jaime Rodrigues analisa as questões debatidas na sociedade e parlamento brasileiro às vésperas da proibição desse comércio. Procura mostrar que o fim do tráfico de africanos não estava ligado a um projeto único, e sim constituía um campo de luta de várias propostas. Rodrigues explora também a figura dos comerciantes e a forma como foram vistos pela sociedade brasileira. Nesta análise, reafirma a posição de destaque que muitos traficantes nacionais tiveram no cenário político, mas ressalta, fundamentalmente, o processo de mudança no tratamento com relação aos traficantes, a partir da colocação do tráfico na ilegalidade, em 1831, até sua proibição definitiva em 1850.

Com a proibição do comércio de escravos e a repressão mais acentuada, os traficantes começaram a vivenciar um processo marcado por dois aspectos principais: de um lado, a transformação de sua imagem social, passando de comerciantes ricos e influentes a piratas vorazes e indignos de se manterem no país; de outro, os traficantes tentaram, nem sempre com êxito, manter o comércio de africanos, lançando mão de diversos artifícios.¹⁸

¹⁵ Idem, p. 113.

¹⁶ Idem, p. 120.

¹⁷ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000.

¹⁸ Idem, p. 127-128.

Jaime Rodrigues colabora com a discussão historiográfica mais ampla ao discutir a complexidade da mudança em curso naquele momento, e o papel de diversos atores nesse contexto. O historiador consegue enriquecer o debate sobre esse comércio, evitando explicações dadas pelo desenvolvimento futuro dos fatos, considerado o campo de luta político e os diversos interesses envolvidos na extinção do tráfico africano.

A questão da importância da importação de africanos para a manutenção da escravidão no Brasil é reafirmada por diversas falas presentes na obra de Rodrigues. Ao analisar as ações no parlamento brasileiro, em diversos momentos os deputados lançaram a preocupação com o futuro da lavoura brasileira, que não poderia se sustentar devido à falta de braços que seria decorrência da abolição do tráfico¹⁹. Ligando o interesse da lavoura nacional à sobrevivência do sistema escravista, e a continuação deste às remessas de novos escravos vindos da África, os próprios deputados nos ajudam a entender a importância desse comércio, dada também pela disputa e resistência em torno de sua abolição.

Na discussão da proibição do tráfico de africanos, a obra de Rodrigues dialoga com um clássico sobre este assunto. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*, de Leslie Bethell, que é uma referência obrigatória quando se trata da repressão ao comércio atlântico de escravos no século XIX²⁰. Focado nas disputas diplomáticas, nas discussões, acordos e nas medidas inglesas para o fim do tráfico, Bethell também traça um quadro muito preciso do funcionamento desse comércio de escravos. Acompanha as mudanças neste negócio, impostas pela pressão e acordos internacionais, e as formas utilizadas pelos comerciantes para burlar as proibições.

A continuidade de estudos sobre o tráfico africano, inclusive em sua fase ilegal, permitiu aos historiadores elaborarem um quadro bastante completo de seu funcionamento. A exploração de casos específicos e de estudos quantitativos permitiu remontar a experiência do tráfico desde o interior africano, passando por redes de comerciantes e contatos (em grande parte baseadas em

¹⁹ Idem, p. 77.

²⁰ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão e Cultura/ USP, 1976.

laços de endividamento e de obrigações pessoais²¹), pelas duras condições de transportes nos negreiros, até atingir os estabelecimentos de venda nas cidades litorâneas do Brasil (com destaque para o Rio de Janeiro).

Destas pesquisas, emergiram os sujeitos envolvidos com essas operações. Comerciantes de grosso trato no Brasil, seus representantes e intermediários na África, todos parte de uma corrente de comércio que envolvia a armação e aparelhamento de navios e até a formação do estoque de determinados gêneros para a troca por cativos²². Com essa organização e estrutura dialogaram a formação social e econômica de determinados povos africanos, que forneceram escravos para esse comércio e que determinavam em parte a oferta disponível. Assim, a predominância de homens entre os escravos transportados para o Brasil teria se dado não apenas por uma maior procura, mas também porque as sociedades africanas em geral detinham as mulheres escravas em maior número do que os homens.

Destacando a ligação do Brasil com Angola, Luiz Felipe de Alencastro, em *O trato dos viventes*, procurou compreender a dinâmica da formação do país dentro do contexto das relações com a colônia portuguesa na África.²³ Estabelecendo uma ligação entre esses dois mundos, intimamente ligados pelo tráfico de escravos, Alencastro apontou como eventos de um e outro lado do Atlântico estavam relacionados e se influenciavam. Passou a tentar entender o Brasil dentro do mundo Atlântico português. E nessa perspectiva o tráfico representou uma ligação fundamental.

Seguindo em parte esse caminho Roquinaldo do Amaral também estudou o tráfico de escravos entre Brasil e Angola. Em seu texto *Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos*, Amaral analisa a repercussão da proibição do tráfico nesta colônia africana.²⁴ Observa os conflitos advindos da tentativa de coibir este comércio e das estratégias utilizadas pelos traficantes para continuar seu negócio, bem como das autoridades para proibi-lo. Investiga o padrão de investimento dos

²¹ FLORENTINO, M. Op. Cit., p. 136.

²² FLORENTINO, M. Op. Cit., p. 120.

²³ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

²⁴ AMARAL, Roquinaldo. *Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860*. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

traficantes, e as formas desenvolvidas por eles para gerirem sua atuação no tráfico depois da colocação deste na ilegalidade.

Em um estudo recente, Jaime Rodrigues procurou focar os personagens envolvidos neste tráfico nos dois lados do atlântico e nas suas experiências. Estudou as pessoas que realizavam as operações do tráfico em seu cotidiano, englobando uma complexa rede de pessoas das mais diferentes origens sociais, culturais e étnicas. Indivíduos que agiam como “pombeiros, contrabandistas, donos dos barracões e seus funcionários, responsáveis pelo abastecimento de gêneros de troca e de subsistência e tripulantes dos navios”.²⁵ Preocupou-se em estudar as relações e conflitos advindos dessa convivência entre cativos e intermediários e como esta fase contribuía para transformar o traficado em escravo.

O que se observa, no avançar dos estudos sobre o tráfico de africanos, é que este tema ganhou em profundidade e complexidade ao longo do tempo. Da investigação sobre esse comércio resultou uma capacidade maior de entendimento não só do funcionamento do tráfico na prática como também dos agentes, de suas motivações e formas de agir e pensar. Esse enriquecimento e complexidade no tratamento do comércio atlântico contrastam com o ainda pouco divulgado debate sobre o tráfico interprovincial de escravos, como se verá a seguir.

Tráfico interno

O tráfico interprovincial de escravos, mesmo depois de 1850 quando ganhou força, é pouco estudado na historiografia brasileira. Em grande parte, este comércio é deixado de lado, dada a ênfase sobre o tráfico africano, mas findo o comércio atlântico no início da década de 1850, o tráfico interno aparece como um dos elementos principais para a contextualização das últimas décadas da escravidão no Brasil.

²⁵ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 315.

O comércio interno é muitas vezes utilizado como explicação para os desequilíbrios, diminuição ou transferência de escravos entre regiões (tanto intra quanto inter-regionalmente), sendo seu estudo essencial para uma melhor compreensão histórica do período e das variáveis de cada região²⁶. Em Desterro, por exemplo, ele é apontado com um dos motivos que teriam provocado a diminuição da população escrava e mesmo a presença negra na região. Contudo, seu funcionamento permanece pouco analisado.

Não era um fato novo no Brasil oitocentista a transferência de escravos entre regiões do país. A historiografia aponta que ela existiu em maior ou menor escala desde o início da presença cativa no território brasileiro.²⁷ Entretanto, seu volume era significativamente menor que o do comércio africano, e o mercado interno ganhou força somente quando este último foi finalmente abolido.

Após a abolição do tráfico atlântico, o problema da diminuição progressiva dos plantéis, por morte, fuga ou alforria continuava. Os lavradores e proprietários, para ampliar ou mesmo manter o número de seus cativos, voltaram-se então a única fonte de escravos ainda disponível: o próprio Brasil.²⁸

Robert Conrad e Robert Slenes defendem que a partir de 1850 o centro econômico mais dinâmico, a lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, passou a importar os cativos de outras regiões do Brasil.²⁹ A decadência da produção de açúcar, com a queda dos preços internacionais, somada à expansão da lavoura de café, teriam incentivado a transferência de milhares de escravos para a região Sudeste.³⁰

As fontes para o estudo desse comércio baseiam-se principalmente em registros portuários e de cobranças de impostos sobre a transferência escrava. Dessa forma privilegiam o tráfico realizado

²⁶ MATTOS, H. M. Op. Cit., p. 18.

²⁷ As pesquisas de Gabriel Berute e Albertina Vasconcelos ajudam a entender como se deu este comércio antes da proibição do tráfico africano no Rio Grande do Sul. BERUTE, Gabriel Santos. *A concentração do comércio de escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005, p. 10. VASCONCELOS, Albertina Lima. *Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.

²⁸ CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 189.

²⁹ Idem.

³⁰ SLENES, Robert W.. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976, p. 120.

através da cabotagem, o comércio realizado principalmente entre os portos provinciais e o do Rio de Janeiro ou de Santos. Vários autores fazem estimativas do seu volume. Fazendo uma leitura dessas fontes entre 1850 e 1881, Robert Slenes calculou o volume deste comércio em cerca de 200.000 escravos. Esse número não inclui os cativos transportados intra-regionalmente, o que resultaria em um número muito maior.³¹ Jacob Gorender calculou que através do tráfico interno, somadas as vendas locais e as inter-provinciais, não menos que 300.000 cativos teriam sido transferidos.³² O volume dessa transferência e sua importância podem ser melhor entendidos se pensarmos que a população do império somava em 1872 um total de 9.834.000 habitantes, sendo que desses 1.510.806 (ou 15,36% do total) eram escravos.³³

Apesar de concentrarem seus estudos no tráfico realizado através da cabotagem, tanto Robert Slenes quanto Herbert S. Klein reconhecem que parte importante das transferências de escravos se deu localmente, dentro da mesma província ou região, por terra.³⁴ Apesar deste reconhecimento, muito pouco ainda se sabe sobre este comércio. Slenes chega a apontar que durante um período, importante parcela da escravaria vendida do Rio Grande do Sul para o Sudeste tenha sido transferida por terra, mas este tema ainda não foi aprofundado.³⁵

Como destaque para o estudo do tráfico terrestre, temos a análise de Erivaldo Fagundes Neves sobre o comércio de escravos realizado entre o sertão da Bahia e o Sudeste. A região de policultura de Caetité, na Bahia, passou a partir da década de 1850 a perder braços escravos para a monocultura cafeeira, através de um comércio realizado predominantemente por terra, através do sertão da Bahia e de Minas Gerais. Caravanas de escravos seguiam rumo aos cafezais depois de compradas pelos *sampauleiros*, baianos retornados de São Paulo, que negociavam com seus conhecidos na região de Caetité. Formavam empresas ou redes de comércio, revelando um potencial mercantil e dinamizador do tráfico. Movidos pelo comércio, não eram estranhas cenas de escravos sendo conduzidos ao Sudeste:

³¹ Idem, p. 138

³² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 325-328.

³³ www.ibge.gov.br. Página acessada em 10/7/2005.

³⁴ SLENES, R. Op. Cit., p. 134-135.

³⁵ Idem, p. 123-124.

Pelo interior, os comboios de cativos dos dois gêneros e diversas idades marchavam pelos tórridos caminhos do sertões baianos e mineiros, acorrentados, com gargalheiras ao pescoço para evitar fugas e sob ameaça de chicotes para manter a disciplina.³⁶

Acompanhando os preços dos escravos e das principais mercadorias de exportação do Nordeste (açúcar e algodão), Sul (charque) e Sudeste (café), Robert Slenes traça uma importante relação entre a variação desses preços e do tráfico, o que também nos fornece pistas sobre a origem desses cativos traficados. Segundo este autor, os preços dos cativos em cada região estavam intimamente relacionados ao preço do principal produto de exportação. Deste modo, quando ocorreu uma valorização no café do Sudeste, o preço dos cativos nesta região foi ampliado, tornando atrativa a venda de escravos por parte de economias menos valorizadas, com destaque para a de produção de alimentos. O preço mais baixo em regiões com produção desvalorizada, como foi o caso do algodão e do açúcar na década de 1870, e da produção de subsistência em geral, teve como consequência um esvaziamento da mão de obra escrava, transferida para economias mais dinâmicas.³⁷

O estudo de Erivaldo Neves sobre Caetité ajuda a corroborar essa idéia e entender as motivações dos senhores e comerciantes de escravos. Segundo ele, “o confronto dos preços médios anuais indica, com razoável aproximação, o fantástico lucro bruto proporcionado pelo negócio”, que chegou a atingir em média 111,1% entre 1875 e 1880.³⁸

E o lucro médio obtido poderia ser ainda mais elevado no que se refere ao transporte marítimo. Sendo mais rápido, logo tendo menores custos de manutenção dos cativos, e exigindo menor vigilância, o envio de escravos por mar barateava as despesas dos traficantes, especialmente com o desenvolvimento das linhas de navegação a vapor no litoral brasileiro. Nestas, escravos eram regularmente embarcados, tanto com seus senhores quanto com os comerciantes ou mesmo sozinhos, e enviados para os portos das províncias importadoras. Cobrando uma passagem com

³⁶ NEVES, E. F., Op. Cit., p. 109-110.

³⁷ SLENES, Op. Cit., p. 179-181.

³⁸ Idem, p. 110.

valor abaixo do cobrado para os passageiros livres, este transporte regular e seguro permitiu aos comerciantes de escravos estabelecer uma linha de abastecimento contínua, na qual a manutenção dos equipamentos não era problema dos traficantes, onde não havia a necessidade de braços extras para o controle de cativos, e que permitiu dar maior racionalidade a seus negócios.³⁹

Constituía uma categoria presente em muitos relatórios sobre a movimentação dos portos a dos escravos “a entregar”. Estes eram embarcados em algum porto, ficando sob os cuidados da tripulação do vapor até serem entregues a determinadas pessoas no seu destino.⁴⁰ Dessa forma os comerciantes livravam-se dos problemas relativos ao transporte dos cativos.

Essa estratégia ligada ao tráfico revela também a existência de redes de comerciantes ou empresas que operavam em diversos pontos do país. Com a melhora das comunicações foi possível o desenvolvimento de um contato mais direto entre comerciantes compradores do Sudeste e vendedores das províncias, tornando mais rápida e confiável a transação entre compradores e vendedores. Isto também possibilitaria uma especialização e diversificação dos traficantes, cada qual desenvolvendo suas transações em sua região de origem, sem necessariamente se envolver com o restante da cadeia de transferência de cativos. A própria facilidade de exercer tal função, tendo em vista que não exigia uma estrutura muito específica, fez com que a venda de escravos não fosse realizada apenas por negociantes especializados. Comerciantes especializados em escravos existiram, porém, especialmente nos mercados provinciais, parecem ter dividido espaço com pessoas que traficavam cativos ao mesmo tempo que continuavam a realizar seus demais negócios.⁴¹

O perfil dos escravos traficados internamente não diferiu muito daquele trazido pelo tráfico atlântico: buscava-se o trabalhador masculino adulto, sem doenças ou problemas físicos. O comércio interno parece ter preferido escravos um pouco mais velhos que o tráfico africano, mas

³⁹ SLENES, R. Op. Cit., p. 150-151.

⁴⁰ Idem, p. 123.

⁴¹ Slenes fala de um pequeno número de grandes comerciantes que concentravam o comércio negreiro do Nordeste. No caso do Rio de Janeiro, Manolo Florentino aponta a existência do mesmo domínio por parte de grandes comerciantes ligados não só ao comércio de escravos mas à produção e negociação de diversas outras mercadorias. SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 345-346; FLORENTINO, M. Op. Cit., p. 182 e 188.

mesmo assim jovens. Analisando a saída de escravos de Caetité, Erivaldo Neves aponta que a maior parte dos escravos se concentrava na faixa etária dos 21 aos 30 anos.⁴² Essa concentração de traficados entre jovens e adultos é apoiada pela comparação de Robert Klein da idade dos escravos importados pelo porto do Rio de Janeiro com aquela retirada do censo do Império de 1872. A porcentagem de escravos jovens comercializados internamente é maior do que a sua proporção na população geral de cativos, ou seja, eles não eram mais traficados porque estavam em maior número, mas sim porque havia uma preferência por eles.⁴³

A preferência por homens também se mostra clara, mas parece haver maior diferença regional nesta proporção. No caso de Caetité, devido a um maior equilíbrio entre o sexo dos escravos na região, Erivaldo Neves detecta um elevado percentual de escravas entre os traficados, cerca de 46,3%.⁴⁴ Esse número difere bastante daquele obtido em outras localidades. Através do registro de importação de cativos no Rio de Janeiro no ano de 1852, observamos que os homens superavam as mulheres em proporção de 2 por 1.⁴⁵ E esta proporção atingiu desequilíbrios maiores em determinadas épocas e províncias, pois segundo números oficiais, entre os escravos exportados pelo Maranhão durante a década de 1860, somente 777 escravas estavam incluídas nos 2.953 escravos embarcados, aproximadamente 1 para 4.⁴⁶ Apesar da preferência de transferência de escravos masculinos, o impacto dessa procura e o desequilíbrio causado dependeram também da proporção entre os sexos em cada uma das regiões.

Como consequência dessa maciça transferência de escravos homens e jovens para o Sudeste, teria ocorrido um processo de envelhecimento e feminilização da população escrava das províncias exportadoras⁴⁷.

⁴² NEVES, E. Op. Cit., p. 100.

⁴³ KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971), p. 573. De cerca de 80% entre os traficados em 1852, a proporção de jovens e adultos (entre 16 e 50 anos) entre os escravos é de 57% no censo nacional de 1872.

⁴⁴ NEVES, E. Op. Cit., p. 116.

⁴⁵ KLEIN, H. Op. Cit., p. 571.

⁴⁶ CONRAD, R. Op. Cit., p. 192.

⁴⁷ Idem, p. 193.

Os estudos recentes têm apontado que a drenagem de escravos para a região cafeeira, devido aos melhores preços, teve efeitos diferentes sobre as economias regionais. Robert Slenes defende que o volume da exportação de cativos dependeu do nível de valorização da produção local. Assim, enquanto o açúcar e o algodão estavam valorizados, os proprietários dessas regiões tinham melhores condições de disputar cativos com o Sudeste, havendo uma diferença menor de preços. A lavoura de subsistência ou senhores em dificuldade constituíam a principal reserva que fornecia escravos para essas lavouras de exportação. Até a década de 1870 a perda de escravos deu-se principalmente por esses estabelecimentos. Contudo, a valorização do café na década de 70, somada à queda dos preços e a crise do açúcar e do algodão levou a um grandioso incremento desse tráfico, sendo essa década considerada como o ápice deste comércio.

Em texto mais recente sobre o tráfico interno de escravos, Robert Slenes trabalha com uma comparação do mercado nacional com o americano, destacando uma série de diferenças entre eles⁴⁸. Uma das mais importantes é a existência, no Brasil, de dois mercados de escravos com certa autonomia entre si: o Sul e o Norte. Nas duas regiões, a variação do preço da principal mercadoria de exportação (respectivamente café e açúcar) ditava a variação do preço dos cativos. Os dois mercados seguiriam tendências diferentes dependendo da conjuntura internacional, o que não ocorreu nos Estados Unidos, onde o mercado de cativos tendeu a seguir majoritariamente, a partir de 1820, a variação do preço do algodão⁴⁹.

Um outro ponto de suma importância levantado por Slenes é a diferenciação entre o tráfico inter e o intra-regional. As grandes dimensões das províncias e regiões brasileiras encareceriam as transferências, incentivando um comércio mais próximo, dentro da mesma região ou província. O autor aponta que nas décadas de 1850 e 60, o tráfico interno concentrou-se principalmente nas transferências dentro de uma mesma região, o que é explicado também pela pequena diferença do preço dos cativos entre as regiões. Com o aumento da diferença no preço dos escravos do Centro-

⁴⁸ SLENES, Robert W. *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Op.Cit.*, p. 325-331.

⁴⁹ *Idem*, p. 328.

Sul e do Nordeste, o tráfico inter-regional expande-se rapidamente na década de 1870, tornando-se predominante⁵⁰.

Essa transferência de mão de obra para áreas mais dinâmicas teve ainda um incentivo natural no que se refere à Região Nordeste: a seca. Entre 1857 e 1862, a crise causada pela seca impulsionou a venda de escravos pois, “ao senhoriato, sem condições de plantar suas lavouras ou desenvolver qualquer outra atividade econômica, vender parte de seus escravos foi a alternativa mais conveniente para se desonerar da manutenção de cativos ociosos ou pouco produtivos”⁵¹.

Mas não somente do Nordeste foi drenada a mão de obra escrava. Importante parte desse comércio se deu dentro das províncias e da região Sudeste, com a transferência de escravos das cidades e de outras lavouras para o café. Além disso, de praticamente todas as províncias do império afluíram cativos para a cafeicultura. A queda do preço do charque nos anos 1860, por exemplo, incentivou a venda de escravos da província do Rio Grande do Sul, que continuou ocorrendo com menor intensidade nas décadas seguintes, o que fez dessa província a segunda maior exportadora de escravos do Império⁵².

O impacto político desta transferência de escravos entre as regiões também tem sido objeto de estudo. A concentração de cativos na região Sudeste não passou despercebida aos contemporâneos. O desequilíbrio da posse escrava, o esvaziamento de determinadas províncias, desde o início causou preocupações aos parlamentares. Em diversas províncias, os deputados aprovaram já no início da década de 1850 impostos sobre a saída de escravos, tentando dificultar essa transferência. Contudo, estes impostos não foram entraves ao desenvolvimento do tráfico interno. Seu valor não significava um grande obstáculo ao comércio, pelo menos até o final dos anos 70, e mesmo assim, os traficantes logo desenvolveram estratégias para burlar o pagamento de tais taxas.

Somente a partir dos anos 80, com a criação de pesados impostos sobre a importação de cativos nas províncias do Sudeste, é que o tráfico interno começou a ser firmemente freado. As

⁵⁰ Idem, p. 333.

⁵¹ NEVES, E. Op. Cit., p. 123.

⁵² KLEIN, H. Op. Cit., p. 578.

transferências caem drasticamente, e são finalmente proibidas através de uma lei em 1885. Mas não sem antes ter promovido o suprimento de mão de obra que a cafeicultura necessitou durante boa parte da segunda metade do século XIX.⁵³

E essa transferência não deixou de afetar a escravidão também em Santa Catarina. O tráfico interno aparece como uma das explicações para a diminuição do número de cativos em Desterro no final do século XIX, juntamente com as mortes e alforrias. A historiografia aponta que tendo atingido seu número máximo em 1856, o número de cativos decaiu até que não existam mais escravos na cidade de Desterro no início de 1888. Nas palavras de Oswaldo Cabral:

Desse ano em diante, inicia-se o decréscimo, devido, principalmente, à venda de cativos para fora da província, consequência não só da extinção do tráfico, inicialmente burlada mas depois energeticamente fiscalizada e mantida pelos navios ingleses, como da maior procura de peças, no mercado interno, para suprir as necessidades da lavoura, em expansão, nas grandes Províncias, como para os trabalhos domésticos nas grandes cidades. Os pequenos centros foram sendo paulatinamente esvaziados(...)⁵⁴

Fernando Henrique Cardoso também corrobora essa idéia, colocando que há um incremento no número de escravos até a década de 1850, sendo que a partir de 1872 começa o decréscimo dos escravos, devido principalmente à venda para os centros mais dinâmicos do país, ocorrendo uma rápida desagregação do regime servil⁵⁵.

Através de anúncios e registros nos jornais, de procurações e escrituras, de medidas legais e relatórios oficiais, o estudo do tráfico interno de escravos em Santa Catarina (a partir do porto de Desterro) pode contribuir para o entendimento da dinâmica deste comércio em diferentes pontos do país. Nisto consiste o objetivo primordial deste trabalho. Como coloca Erivaldo Neves, “o tráfico interno de escravos no Brasil, ainda pouco estudado, é apresentado com estimativas globais e genéricas, que não refletem peculiaridades regionais e locais desse comércio. Faltam dados e comparações entre mercados exportadores e regiões importadoras”.⁵⁶ Assim, perceber a participação

⁵³ CONRAD, R. Op. Cit., p. 189.

⁵⁴ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 383.

⁵⁵ CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis : aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Nacional, 1960.

⁵⁶ NEVES, E. Op. Cit., p. 124.

deste comércio na evolução da presença escrava em Desterro, seu volume e efeitos na economia e população local é importante tanto pra entender a questão local quanto fornecer pontos de apoio e comparação para o estudo de outras regiões.

Em suma, o tráfico interno representou, a partir de meados do século XIX, um importante fator de transformação do contexto da escravidão brasileira. Concentrou escravos no Sudeste, provenientes das mais diversas províncias e com experiências diversas, o que teve um forte impacto sobre as relações entre senhores e escravos nas décadas de 1870 e 1880. Além disso, alterou contextos da escravidão local, através da drenagem de mão de obra para o Sudeste, sendo inclusive usado na explicação da forma como se deu o declínio e fim da escravidão em Desterro. Ainda muito inexplorado, nacional e regionalmente, o tráfico interno aparece como uma lacuna que ainda exige estudos para a compreensão do fenômeno e de seu impacto no Brasil do século XIX.

Comércio de escravos e obstáculos criados pela “mercadoria”

Diversas questões acabaram sendo levantadas pelos estudos sobre o comércio interno de escravos, e sobre essas reflexões procuro me focar nas páginas seguintes, levantando alguns questionamentos que serão tratados neste trabalho.

Nos estudos vistos até o momento, e na maioria das análises já realizadas sobre o comércio de escravos no Brasil, as relações de compra e venda de escravos são analisadas como relações econômicas normais.

Contudo, esse modo de ver e entender o comércio de escravos foi modificado em pesquisas mais recentes. Nos estudos sobre a escravidão no Brasil realizados a partir da década de 1980, muitas questões antes deixadas de lado ou tomadas como certas foram estudadas com ênfase. Realizando uma leitura da escravidão no Brasil a partir de outras fontes, deixando um pouco de lado a questão mais estrutural do funcionamento e conceituação de um “modo de produção” escravista brasileiro, esses novos estudos encontraram novas questões. Realçando o cotidiano do sistema

escravista brasileiro, diversas dessas pesquisas procuraram criar chaves para o entendimento do funcionamento da escravidão no dia a dia de senhores e escravos, colocando em destaque a face política das ações e estratégias dos sujeitos envolvidos.⁵⁷

Diversos trabalhos recentes defendem a idéia da existência de um campo de conflito e negociações entre senhor e escravo, que determinaria a norma para espaços de autonomia, certos direitos e deveres de cada ator. A legitimidade para as ações disciplinadoras dos proprietários e de reivindicação dos cativos seriam dadas exatamente por esse espaço de diálogo, um campo de embates em que as partes estariam constantemente negociando concessões. Dessa perspectiva, o escravo deixava de ser “coisa”, para assumir o seu lugar como agente histórico, que refletia, pensava e agia sobre seu contexto histórico, desenvolvendo relações de negociação, resistência e conflito com seu senhor e, de certa forma, com a sociedade em geral.⁵⁸

Ainda assim, mesmo nessa nova perspectiva, o comércio de escravos tendeu a continuar um tema marginal. Preocupados com temas como família, a economia política da violência, e os diversos significados da liberdade para os cativos, os autores não chegaram a se concentrar na venda de escravos e conflitos daí advindos, que aparecem em vários momentos mas não são tratados de forma exclusiva. De toda forma, esses estudos nos permitem compreender melhor a multiplicidade de interesses por trás das vendas e a forma como essa negociação tocava temas fundamentais para os cativos, como a constituição de laços familiares e de compadrio, a regulamentação do trabalho e dos castigos, a forma de se relacionar com o senhor e o reconhecimento, por parte do escravo, de seus deveres e direitos. Mesmo não sendo tratado com exclusividade, o tráfico interno acaba sendo um eixo de discussão importante, tendo destaque em obras como *As cores do silêncio*, por exemplo.

⁵⁷ Entre elas os processos crime, inventários e estudos demográficos. FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997, p. 27-28, p. 30.

⁵⁸ Tais como: FLORENTINO, M., GÓES, J.R. *A paz nas senzalas*, Op. Cit.; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MATTOS, H.M. *Das cores do silêncio*. Op. Cit.; REIS, João José, SILVA, Eduardo, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Como destacam muitos estudiosos, a instituição escravista não era algo perfeitamente regulamentado, pois se baseava em uma ficção jurídica: a transformação de homens em objetos, mercadorias, seres sem capacidade de ação autônoma. Frente a essa questão crucial, os senhores de escravos sempre enfrentaram um dilema: alegar que homens e mulheres estavam sob o seu domínio e no cotidiano reconhecer a humanidade e capacidade de ação dos escravos. E essas contradições não atingiam somente as relações senhor-escravo, mas também um outro campo específico desta relação: a comercialização de cativos.

Em 29 de dezembro de 1877, ao saberem que seriam embarcados da Corte para São Mateus, os irmãos Carlos e Ciríaco, escravos, negaram-se a prosseguir, afirmando que para lá não iriam. Ao ameaçá-los, dizendo que iriam por bem ou por mal, o caixeiro português Antônio Oliveira, encarregado de levá-los ao seu destino, foi mortalmente ferido por Carlos⁵⁹. A resistência dos escravos a uma venda indesejável, na qual seriam enviados à uma região estranha e na qual, acreditavam eles, iriam encontrar piores condições de cativeiro, levou ao confronto aberto e ao assassinato do caixeiro. Como em outros casos que seguem um roteiro semelhante, o conflito que se desdobra em crime mostra aos estudiosos de hoje um ponto de confronto, a existência de reivindicações dos escravos durante a sua venda.

Tema pouco estudado, esta negociação de compra e venda esteve ligada a uma série de relações e costumes, sendo um campo de luta e momento decisivo na vida de diversos cativos e de suas famílias. Por isso e pelo interesse de explorá-lo como um momento em que podemos descobrir mais sobre as vidas, expectativas e as relações entre escravos e senhores, pretendo analisar a compra e venda de escravos e os interesses diversos que se confrontaram neste momento, procurando entender a teia de relações que embasaram a ação de diversos sujeitos ao longo da segunda metade do século XIX.

A relação de compra e venda de escravos foi até recentemente ignorada ou tratada superficialmente pela historiografia, que colocava esta relação como uma transação comercial

⁵⁹ CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 69-70.

normal, ou seja, aceitava a idéia do escravo existindo apenas como uma mercadoria, pelo menos para este momento⁶⁰. Nestes estudos as vendas teriam uma motivação apenas econômica, como nos coloca Kátia Mattoso ao falar das vendas privadas, ou seja, daquelas que não eram realizadas nos leilões públicos:

Por que essas vendas privadas? Ocorre que um senhor de escravos que tem dificuldades financeiras será obrigado a realizar seu capital para pagar dívidas ou obter dinheiro vivo para suas necessidades cotidianas. Outros desejam vender escravos já idosos, produzindo menos, ou, ao contrário, cedem a uma oferta tentadora feita por um escravo bem dotado.⁶¹

Dessa forma, necessidade e interesses econômicos é que ditariam a ocorrência das vendas, sendo o escravo um bem “livremente alienável”⁶². No entanto, a partir dos anos 80, diversas questões passaram a ser revistas por estudos que procuraram, no cotidiano dos cativos, manifestações de resistência e afirmação de suas humanidades. Neste ínterim, a própria relação de compra e venda foi revista. Esse momento passou a ser visto como uma encruzilhada, como um ponto bastante complexo. Por um lado, ainda era uma relação comercial de uma mercadoria (escravo), podendo representar, economicamente, o crescimento de determinada região, sua riqueza ou miséria. Por outro lado, numa análise das pessoas envolvidas, esse momento passou a ser muito mais rico, sendo um ponto de mudança para a vida dos cativos, pontuado por questões políticas⁶³.

Pensando o cativo através dessas novas perspectivas abertas pelos autores acima citados, que reconhecem as relações escravistas como um espaço de negociações entre senhores e cativos, em que homens e mulheres submetidos a certas condições específicas de exploração do trabalho construíram seus modos de vida e de luta, é que podemos analisar de um novo ângulo a questão da venda dos escravos⁶⁴.

Reconhecendo o cativo, mesmo com toda a carga de violência que ele carrega, como um lugar estável para o escravo, é que procuro desenvolver esta análise. Considero o cativo dessa

⁶⁰ GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 67

⁶¹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.74.

⁶² GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 67.

⁶³ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 48.

⁶⁴ LARA, Silvia H. *Trabalhadores escravos*. In: *Trabalhadores*. N. 1 Campinas: Fundo de Assistência à cultura, 1989, p. 18.

forma pois, a princípio, ele daria as condições em que o escravo passaria sua vida. Levando em consideração que as normas que regulam o trabalho e a vida dos escravos são construídas através de um processo de pressão, exigências e concessões destes e de seus senhores, entendo que essas normas variem de lugar a lugar, e que são apreendidas e transmitidas através da experiência de cada cativo⁶⁵. A noção de experiência, aqui, tem um lugar fundamental. Tomando-a como um conjunto de normas, valores e práticas, apreendidas através da vivência, legitimadas pela comunidade ou grupo (nisto inclusos senhores e feitores), de ações justificadas por uma certa tradição ou senso de “direito adquirido”.⁶⁶ E é através da sua experiência que o escravo vai definir o que é justo, injusto, permitido ou proibido, partindo disto para sua ação na sociedade.

Desta forma, a permanência em um mesmo lugar, onde através da experiência as normas eram conhecidas e tinha-se uma certa perspectiva de vida, permitia a familiaridade com o local. Era possível saber as medidas do trabalho e castigos e os espaços de autonomia permitidos, como acesso a terra, folgas e festas. A própria permanência tornava possível a constituição de família e laços de parentesco e camaradagem duradouros, e essas redes de solidariedade, que se expressavam também através do compadrio, podiam acalentar planos e expectativas de liberdade ou de uma vida melhor⁶⁷. Em vista disso, como coloca Maria Helena Machado estudando processos criminais na região de Campinas, “a estabilidade foi percebida pelos escravos como direito ao qual [sic] cabia preservar mesmo que de forma violenta”.⁶⁸

Por essas razões, o momento da ruptura dessa estabilidade era um ponto de angústia ou expectativa dos escravos. Com a morte de seu senhor um cativo poderia ser colocado sob novas condições, talvez piores que as precedentes. Além disso, a qualquer momento o seu senhor poderia colocá-lo à venda, sendo que muitos escravos acabaram transferidos para um local bastante

⁶⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 58-59.

⁶⁶ THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 260-261.

⁶⁷ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Op. Cit., p. 188.

⁶⁸ MACHADO, M..Op. Cit., p. 115.

diferente e distante de sua origem⁶⁹. E neste novo ambiente, sob novas condições, esses cativos teriam de restabelecer toda uma série de relações.

Entretanto, quando se tratava de um cativo considerado violento pelos cativos, a venda podia ser buscada como forma de mudar positivamente suas condições. Assim, tivemos casos de escravos que buscaram influenciar suas vendas pedindo aos seus senhores que os vendessem.

De qualquer forma, a venda do cativo representava para este uma mudança, que pode ser positiva ou negativa. Como nos coloca Silvia Lara: “trocar de senhor significava muitas coisas: com sua venda, podiam ser alteradas as condições de vida e de trabalho, desfaziam-se laços familiares, amizades e diversas alianças, rompiam-se acordos e conquistas.”⁷⁰No caso de Carlos e Ciríaco, a venda para fora da Corte, a saída do cativo do qual conheciam as normas e onde podiam já ter estabelecidos laços de solidariedade, em um ambiente urbano onde tinham maiores expectativas de liberdade, significava para eles um atraso, uma privação de algumas de suas liberdades⁷¹, ou até uma escolha de trabalho. Diversos outros casos são tratados pela historiografia, de escravos que tomam atos desesperados ao saberem que serão vendidos, ou que procuram fugir de seus novos cativos:

Muitos se recusavam a ser vendidos: manifestavam desagrado pelo novo senhor, sendo então trocados por outros escravos na negociação; procuravam padrinhos que os protegessem ou mesmo que os comprassem; fugiam quando a venda estivesse acertada; ou praticavam ações mais violentas que os levassem às malhas da Justiça, tornando assim o negócio impraticável.⁷²

Isso nos leva à questão de que esses homens e mulheres tinham informações sobre o cativo em outros locais, considerando-os mais violentos e inaceitáveis. Acredito que somente informações sobre um cativo cruel, somadas ao impacto da potencial mudança, é que poderiam levar a tais atitudes extremas. Contudo, esta “rede de informações”, ou pelo menos este caminho

⁶⁹ Após 1850, estima-se que cerca de 209.000 escravos foram movimentados pelo tráfico interno, principalmente em direção às lavouras de café do Sudeste. MATTOSO, K.M.. Op. Cit., p. 63-64.

⁷⁰ LARA, S.H.. *Trabalhadores*, p. 9.

⁷¹ Hebe Mattos nos coloca que a autonomia e a possibilidade de viver por conta própria, numa proximidade a condição livre, eram maiores no meio urbano. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Op. Cit., p. 50-51.

⁷² LARA, S.H.. *Trabalhadores*, p. 9.

das conversas e boatos, ainda não foi devidamente estudado. De qualquer forma, o próprio Sidney Chalhoub analisa diversos casos em que os escravos se levantam não contra sua condição, mas contra uma venda indesejável⁷³. Maria Helena Machado também aponta para a resistência violenta dos cativos a essa situação:

Autos criminais recontam histórias de escravos resistindo à venda como Guilherme, o qual dissera a seus parceiros que “iria aprontar tal espalhafato que seria invendável” sendo acompanhado pelas declarações de outros dois escravos, os quais afirmaram que “preferiam matar alguém e ir pra cadeia do que ser vendido numa fazenda em Campinas...”, todos acusados de homicídio de um negociante encarregado de vendê-los na região de Campinas⁷⁴.

Apelar para o crime parece ter sido a última maneira encontrada por estes homens para, numa expressão de Sidney Chalhoub, “influenciarem o rumo que tomariam suas vidas dali por diante.”⁷⁵ É importante ressaltar também como os escravos conheciam a sua condição de venda e sabiam como influenciar nesse momento, como Guilherme no caso acima, de cuja fala a autora destaca que ele deseja se tornar “invendável”. Sabendo o que era esperado dele (obediência, trabalho), um escravo podia decidir se tornar um problema, impedindo sua venda ou desvalorizando-se muito. Mas a mesma estratégia, (de se tornar um problema) poderia servir ao escravo para o fim contrário, o de abandonar um cativo desagradável através da venda. Criando confusões, fugindo ou simplesmente não trabalhando, o cativo teria condições de exigir sua venda, “proposta” que poderia ser bem recebida por um senhor desejando livrar-se de um problema. Isso mostra, mais uma vez, como esse campo da venda foi um local de embate de interesses.

Desejando um escravo cumpridor de suas obrigações, isto é, trabalhador e obediente, o senhor utilizava-se da violência como um recurso disciplinador. Mas ele mesmo sabia que esse recurso tinha os seus limites, pois não era possível manter vigilância absolutamente constante sobre os escravos, e não era possível fazê-los trabalhar somente através da força. Por isso, outros

⁷³ CHALHOUB, S. Op. Cit..

⁷⁴ MACHADO, M. Op. Cit., p. 116.

⁷⁵ CHALHOUB, S.. Op. Cit., p. 32.

elementos eram necessários para incentivá-los⁷⁶, e é onde entram as questões políticas colocadas anteriormente no texto. Marcando toda a escravidão, estas questões dizem respeito à constituição de famílias, de espaços de sociabilidade, de margens de autonomia, até mesmo de recompensa, pois era preciso que o próprio escravo interiorizasse a ordem para que ela pudesse ser mantida dentro de um limite não muito dispendioso aos senhores. Seriam esses acordos, “contratos” não escritos da escravidão que garantiriam uma certa paz⁷⁷.

Acontece que, ao quebrar este acordo, ao forçar situações que tornassem o cativeiro insuportável para os cativos, o senhor corria o risco da revolta ou recusa de servi-lo por parte de seus escravos. E quando a recusa ou incapacidade do escravo faziam dele um problema, a administração dos castigos podia não ser suficiente para contornar a situação, podendo tornar-se, inclusive, o foco das reclamações. Foi se queixando dos castigos injustos por parte de seu senhor que escravos como Clara, Luisa e Francisca, escravas em Campos em fins do século XVIII, se rebelaram e passaram a exigir sua venda⁷⁸. Ou seja, elas não quebraram a ordem escravista, mas passaram a requisitar uma mudança na sua situação dentro da mesma. Muitas vezes os escravos se valeram do que Eduardo Silva chamou de “fugas reivindicatórias”, ou seja, fugas que não visavam romper com a situação do escravo, mas sim serviam como um meio de exigir uma mudança⁷⁹. É esse o caso de Jacintho, escravo em Campinas que “por não ter gosto de servir a seu senhor” havia fugido e procurava um novo comprador, “mas não tem conseguido porque seu senhor pechincha muito...”⁸⁰. Fugir, procurar um protetor e exigir a sua venda abriu para escravos como Jacintho, mais uma possibilidade de interferirem em seus destinos.

É interessante ressaltar como em alguns processos criminais os cativos justificam suas ações contra os senhores, agressões ou até assassinatos, como uma última medida, depois de diversas tentativas de fazer entender que desejavam a venda. O ponto fundamental não é saber se esse

⁷⁶ SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 139.

⁷⁷ MACHADO, M.H.. Op. Cit., p. 58-59.

⁷⁸ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Op. Cit., p. 265.

⁷⁹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. Op. Cit., p. 63-64.

⁸⁰ MACHADO, M.H.. Op. Cit., p. 116.

argumento era verdadeiro em cada caso, mas saber que deveria haver um certo consenso social ao redor da idéia de que o escravo deveria ser vendido caso se mostrasse insatisfeito e pedisse sua venda, para evitar um resultado violento. Caso contrário, penso que não haveria motivo para os cativos utilizarem essa explicação frente às autoridades. Eles pareciam esperar respaldo exatamente nessa idéia aceita pela sociedade.

Ao mesmo tempo, os senhores também podiam utilizar a ameaça ou o ato da venda para castigar escravos problemáticos. A ameaça da venda era mais uma arma no arsenal do senhor, que podia usá-la para pressionar seus escravos. Um escravo desobediente podia ser vendido para uma distante lavoura, perdendo seus laços de parentesco e convívio, tendo de enfrentar novas situações de trabalho. A venda era também o melhor meio de o senhor se livrar de problemas e de escravos indesejados, como parece ter sido o caso do africano Manoel, em um caso relatado por Oswaldo Cabral: “E, na Cadeia da Cidade estava à venda pelo seu senhor, o Manoel, africano, de meia idade, entendido em engenho de arroz. Vendia-o, pelo senhor, a Firma Matos & Coimbra.” Cabral ainda procura interpretar essa ação do senhor: “Ou fujão, ou baderneiro... Talvez gostasse da pinga... De qualquer forma, o dono queria livrar-se dele”⁸¹.

Contudo, não podemos esquecer que estes escravos sabiam muito bem o que estava definido como seu papel, o que seria o “bom escravo”, e podiam muito bem tornarem-se problemáticos devido ao desgosto com o cativo ou com determinado cativo.

O caso do africano Manoel em Desterro, o dos irmãos Carlos e Ciríaco no Rio de Janeiro, além do de Guilherme e seus parceiros em Campinas, apontam para um sujeito fundamental que mediava essas relações de compra e venda: os negociantes de escravos. Comerciantes que podiam ou não ter sido especializados nessas transações, esses homens se colocavam no meio desta relação entre senhores e escravos, aparecendo várias vezes nos processos crime como alvo de atentados dos cativos. Como aponta Sidney Chalhoub, a passagem da venda para as mãos dos negociantes podia representar uma redução importante na capacidade desses cativos de agirem sobre seus destinos,

⁸¹ CABRAL, Op. Cit., p 393.

uma vez que seriam reduzidos à condição de mercadorias, perdendo o espaço de negociação que tinham com seus senhores⁸². Mas sua margem de manobra não estava terminada, pois eles podiam interferir nos procedimentos que cercavam a compra.

O ato da venda parecia estar envolto em uma série de costumes, que envolviam inclusive um período de experiência do escravo com seu novo senhor, que poderia voltar atrás na compra caso este não o satisfizesse. É assim que, examinando os registros comerciais da casa de comissões do comerciante de escravos José Moreira Veludo, na Corte, Chalhoub destaca que “os processos comerciais nos quais Veludo esteve envolvido registram algumas informações, por assim dizer, a contragosto: há escravos que fogem; outros que decepcionam seus compradores e são devolvidos; outros que ficam doentes e provocam a anulação de transações já realizadas”.⁸³ Levando em consideração a natureza das relações comerciais no Brasil da época, perpassada por laços de amizade, lealdade e endividamento⁸⁴, não é de se estranhar essa ligação e a existência de um “período de teste”, em que a compra poderia ser revertida em caso de desgosto do comprador do escravo. Na verdade, era costume que não se passasse escritura definitiva de venda nesse período, tanto para permitir esse espaço de experiência, não só do senhor com o cativo como do cativo com seu novo ambiente de trabalho, quanto para evitar impostos sobre a transmissão da propriedade.⁸⁵

Esse período de teste podia aparecer como uma excelente oportunidade para o cativo expressar sua aceitação ou rejeição ao novo cativo.⁸⁶ Um recém chegado problemático podia resultar na reversão da sua venda, o que para um senhor poderia representar menos dor de cabeça futura. Além disso, como pode ser observado em vários anúncios de venda de escravos nos jornais, havia uma preocupação constante com os “vícios” dos cativos. Examinando o processo da venda do escravo Silvestre e de sua contestação, ocorrido no Recife na década de 1870, Peter Beattie abordou

⁸² CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 32.

⁸³ CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 48.

⁸⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*.p. 136.

⁸⁵ CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 52.

⁸⁶ Idem.

diversos aspectos do comércio de escravos.⁸⁷ Entre eles, Beattie tocou na questão dos “vícios”, práticas dos cativos vistas como negativas, como o alcoolismo ou fugas freqüentes. Nisso aproximou-se da questão da sexualidade, pois o problema apontado na venda de Silvestre foi exatamente o vício da sodomia.⁸⁸

Além disso, neste período podiam vir à tona muitos conflitos causados pela mudança de ambiente sofrida pelos escravos. O tráfico interno, intensificado após 1850, não trouxe apenas uma mudança de cativo, de espaço, em grande parte significou “um acentuado processo de concentração social da propriedade cativa”.⁸⁹ Ou seja, uma mudança qualitativa no ambiente, marcado pela transferência de escravos de pequenos proprietários para as grandes fazendas.⁹⁰ Levando em consideração que a experiência adquirida no cativo anterior, que envolvia negociações, relações com senhores e feitores, e uma série de acordos e direitos adquiridos, podia estar em desacordo com as normas locais, estas experiências anteriores levaram a muitas lutas reivindicatórias por parte dos cativos, e a uma relevante presença destes migrantes forçados nos processos-crime⁹¹, pelo menos para algumas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro.

Este parece ter sido o caso do ‘preto Roque’, pernambucano que havia sido deixado por um vendedor a um fazendeiro de Cantagalo, na província do Rio de Janeiro, “a contento para o comprar se lhe agradasse”, em 1866. Durante sua rotina de trabalho, Roque “sentara um pouco para descansar e chupar cana munido de seu canivete”, sendo repreendido pelo feitor, que o acusou de não querer trabalhar. Acusando o feitor de “bater-lhe à toa”, Roque foi reclamar do ocorrido com seu atual senhor, no que foi seguido pelo feitor. Vindo de um pequeno plantel, onde tinha uma relação mais direta com o senhor, Roque procurou a mediação de seu novo senhor para resolver o conflito, tendo interrompido o almoço do fazendeiro. José de Souza Brandão, o fazendeiro, ouvia isoladamente a versão do feitor, quando foi novamente interrompido por Roque, que desejava ser

⁸⁷ BEATTIE, Peter M.. The slave Silvestre’s disputed sale: corporal punishment, mental health, sexuality, and “vices” in Recife, 1869-1879. *Estudos Interdisciplinares de America Latina y del Caribe (E.I.A.L.)* (Tel Aviv), vol. 16, n. 1 (2005), p. 41-65.

⁸⁸ *Idem*, p. 52.

⁸⁹ MATTOS, H.M. *Op. Cit.*, p. 109.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ MATTOS, H.M.. *Op. Cit.*, p. 119.

ouvido. Respondendo a este novo desacato, o senhor mandou colocá-lo no tronco, ao que o escravo respondeu que ia por suas próprias pernas, sem a necessidade do feitor. Vendo-o ainda munido com o canivete o senhor ordenou sua prisão, mas Roque resistiu e colocou-se em fuga, sendo preso depois de perseguição e luta com o feitor, agregados e outros escravos da fazenda (um do quais inclusive veio a morrer devido aos ferimentos sofridos, o que deu origem ao processo contra Roque)⁹².

O que transparece no quadro acima é a diferença de expectativas sobre a relação senhor-escravo entre Roque e seu pretense senhor⁹³. Tendo em seu cativeiro anterior um contato mais próximo com o senhor, com o qual podia tratar diretamente, Roque manteve esse comportamento para tentar influir em seu novo cativeiro, na relação com o feitor e com o trabalho e o descanso. Até ter sua prisão ordenada, ele não desacatou as ordens do fazendeiro, respeitando sua autoridade. Contudo, entendendo de outro modo esta relação, Brandão viu como desacato ao feitor a atitude do escravo e o feitor viu como recusa ao trabalho sua pausa para chupar cana.

De todo modo, a existência deste período de teste, o espaço de influência ou escolha da parte dos cativos, até mesmo a necessidade destes aceitarem sua condição e as mudanças pela qual ela passa com a realização da venda, aproximavam o momento de compra e venda muito mais de um espaço de confronto, marcado por uma série de costumes e estratégias, do que de uma relação comercial normal. Neste sentido, as reflexões realizadas pelo historiador inglês Edward P. Thompson sobre a venda de mulheres na Inglaterra e a “economia moral da multidão” podem ser bastante úteis.

Tratadas por muito tempo como um resquício de barbarismo, o estudo de Thompson revelou que a venda de mulheres na Inglaterra do século XVIII, na verdade estava imbuída mais de uma função de “divórcio informal” do que de uma face comercial⁹⁴. Assim, havia quase um roteiro para a venda, que incluía certa humilhação da esposa colocada à venda talvez para restabelecer a honra

⁹² Roque foi condenado a galés perpétuas por homicídio, Brandão não perdeu nada pois estava com o escravo em um período de teste antes da compra, e coube a Joaquim Jerônimo da Costa Machado, comerciante do Rio, o prejuízo com a perda do cativo. *Idem*, p. 116-118.

⁹³ *Idem*, 118.

⁹⁴ THOMPSON, E.P. *Op. Cit.*, p. 236-237.

do marido, já que esta era realizada em um mercado local através de leilão. Porém, o comprador em boa parte dos casos já era sabido, sendo normalmente amante da mulher⁹⁵. De modo semelhante, a venda do escravo também parecia estar imbuída de algumas normas. Apesar do escravo ser considerado coisa, mercadoria, parece certo que havia a necessidade de que ele aceitasse a venda, caso contrário poderia colocar uma série de obstáculos à transação, como nos exemplos anteriormente colocados. Ao mesmo tempo, ele também podia desejar a venda, assim como a esposa no caso inglês, e era interessante e aceito pela comunidade que essa venda desejada acontecesse, para evitar problemas futuros. Nos dois casos, o controle da relação de venda parece estar completamente nas mãos dos agentes (homens ou senhores). Todavia, um estudo minucioso revela a influência dos objetos de venda (esposas e escravos), que na realidade poderiam determinar o resultado das relações. O estudo de Thompson ajuda a lançar luz sobre uma questão antes tomada como certa e definida (a venda das mulheres) e mostrar como por trás de uma fachada de barbarismo e ritual simplório, costumes e tradições ocultavam uma teia de relações que passava pela definição de papéis e da honra, um campo de conflito que se resolvia no ritual da venda das esposas. Dessa forma, como exemplo e método, ajuda o pesquisador a pensar essas relações de compra e venda de escravos sob uma outra ótica.

Não quero estabelecer uma igualdade entre as duas relações, pois isso seria simplificar e deixar de lado diferenças gigantescas de épocas, lugares e personagens. São relações distintas com sujeitos diferenciados. O que espero fazer ao realizar essa reflexão é mostrar como uma atitude que tem uma aparência simples pode na verdade esconder uma série de outras implicações.

Além disso, as pesquisas de Thompson também nos remetem à questão dos costumes. Estes, apesar de não irem necessariamente contra a ordem estabelecida, de permanecerem em um campo não oficial, em muitos casos ditavam as regras aceitas e praticadas pela comunidade. E, ainda segundo Thompson, “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam

⁹⁵ Idem, p. 237.

reivindicações conflitantes”⁹⁶. No caso da Inglaterra no século XVIII, Thompson analisa as reações populares e suas formas com relação aos cercamentos, aos aumentos dos preços dos cereais, às mudanças na jornada de trabalho e a questões de comportamento e honra dentro da comunidade, entre outras⁹⁷. E a forma como ele trata dessas questões já serve como método para muitas pesquisas envolvendo o escravismo brasileiro. Família, castigos, trabalho, diversas questões passaram a ser analisadas sob esse referencial nas últimas décadas, considerando os costumes um constante campo de luta. Entre esses campos podemos colocar, ainda muito timidamente, o período de testes e da reversão da venda, a aceitação ou negação do senhor, e até a utilização da violência pelos cativos como forma última de escapar a uma venda, como vistos anteriormente.⁹⁸

De diversas formas as obras de Thompson nos ajudam a entender melhor este momento ímpar na relação senhor escravo que é a venda dos cativos. A percepção de sua situação, por parte dos escravos, pelas idéias deles a respeito de seus cativeiros ou de seus futuros senhores, podia acarretar diversas reações. Podiam tornar uma venda desejável ou intolerável, dependendo de sua posição frente aos seus senhores ou compradores, resistindo ou criando problemas. De forma semelhante, os senhores manejavam a questão da venda como ameaça ou forma de se livrar de escravos indesejáveis. Assim, o comércio de escravos tornava-se um campo de lutas, onde cativos jogavam o futuro de suas vidas e a possibilidade de influenciarem seus próprios destinos.

Esse campo de luta, de uma forma bastante clara, mostra mais uma vez como eram comuns na relação senhor e escravo problemas não previstos pela ficção jurídica em que se baseava. A garantia do senhor, o poder sobre a livre alienação do escravo como uma mercadoria qualquer⁹⁹, uma das facetas dessa instituição, mostra-se minado e comprometido exatamente pelo seu objeto. Desmente-se a visão, levada ao extremo por Fernando Henrique Cardoso em seu estudo da

⁹⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 16-17.

⁹⁷ THOMPSON, E.P.. *Costumes em comum*. Op. Cit.

⁹⁸ Sobre a influência de Thompson e sua contribuição ao estudo do escravismo no Brasil: LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História* (Departamento de História, PUC-SP), n.12, out. 1995, p. 43-56.

⁹⁹ Idem, p. 67.

escravidão no Rio Grande do Sul, de que o cativo teria assumido para si a imagem que o senhor teria dele, a de coisa¹⁰⁰.

Um escravo recusar, desejar ou sabotar sua venda mostrava aos seus contemporâneos que as questões levantadas pelo cotidiano eram muito mais amplas do que aquelas levantadas pelo direito positivo. É exatamente este campo que tornava a escravidão uma instituição singular. Sobre essas mercadorias ímpares, que desejavam, recusavam e procuravam interferir sobre suas vendas é que recaem os olhares dos historiadores na tentativa de entender a escravidão e seus desdobramentos na sociedade brasileira.

Conclusões em aberto...

Pelo que se percebe na rápida apresentação realizada até agora, vemos como de maneira geral o comércio de escravos, especialmente o interno, não recebeu um tratamento tão aprofundado como outros aspectos da experiência escravista. A família escrava, resistências e negociações ligadas à vivência cotidiana foram temas bem mais explorados pelas pesquisas realizadas até o momento.

Contudo, muito dessas relações comerciais envolvendo seres humanos já foi problematizado. As redes de comerciantes que movimentavam e estruturavam esses negócios, as formas como ele era realizado e diversas das questões que passavam por sua prática e repressão, todos esses elementos surgiram das pesquisas trazendo mais complexidade ao debate do tema.

O próprio tráfico interno já conta com certas discussões. Seu volume e principais rotas de transferência já vêm sendo explorados há bastante tempo. Sobre seus personagens e impacto em diferentes regiões, e mesmo dentro de determinados grupos dentro da população cativa, restam

¹⁰⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 125.

ainda muitas dúvidas. Falta, especialmente, uma obra mais ampla que procure cercar essas experiências, detendo-se na análise específica sobre o tema¹⁰¹.

O que me proponho nos próximos capítulos é trazer esta discussão e algumas de suas questões para o Sul do Brasil, analisando como se deram as relações envolvendo o comércio de escravos e o tráfico interno na segunda metade do século XIX, no porto de Desterro, a capital da província de Santa Catarina, e contribuir, de alguma forma, para esta lacuna na historiografia.

¹⁰¹ Pensar que a obra mais abrangente e completa sobre o tráfico interno seja o trabalho de doutorado de 1976, do prof. Robert Slenes, e que ainda não tenha sido traduzido para o português mostra um pouco do descaso relativo ao tema. Seria interessante pensar os debates que poderiam surgir de uma maior divulgação e pesquisa sobre o assunto.

Capítulo 2

O comércio de escravos em Desterro

Segundo os apontamentos da historiografia brasileira, o período de ouro do tráfico interno de escravos se deu entre 1850 e o início da década de 1880. Neste período, milhares de cativos foram transferidos intra e inter-regionalmente. Como apontam os estudos de Robert Slenes e Robert Conrad, já citados anteriormente, o número de transferências entre as regiões gira em torno de 200 a 300 mil escravos.

Poucos estudos foram realizados acerca do impacto deste comércio sobre as diferentes regiões do país. A formação de cada economia regional e sua relação com o comércio interno ou exportador brasileiro, as condições dos seus produtores e até a possibilidade de acesso a mão-de-obra alternativa afetaram de forma diferenciada a inserção de cada região no mercado interno de escravos.

Tentando esclarecer a posição da província de Santa Catarina dentro deste mercado, especificamente do porto de Desterro, começo a análise pelo estudo da presença escrava na região. É importante ressaltar que este porto representava também a economia da Ilha de Santa Catarina como um todo e do litoral adjacente. Esboço um perfil desta população para em seguida analisar o impacto do tráfico interno e a dinâmica do mercado de escravos na capital da província.

Santa Catarina é muitas vezes tratada como uma província onde a presença escrava, e negra em geral, foi muito reduzida. Assim sendo, este grupo não teria grande relevância para a formação da população atual, majoritariamente composta por descendentes de imigrantes europeus chegados no fim do século XIX e início do XX.

Contudo, o que os estudos mais recentes vêm apontando é exatamente a presença de consideráveis contingentes de africanos e de seus descendentes no conjunto da população do litoral catarinense durante o século XIX. Devido à própria especificidade da formação histórica do litoral sul, e do extremo sul em geral, e de sua economia, o número de escravos não foi tão elevado quanto

o das regiões agro-exportadoras. Contudo, também não era insignificante. A escravidão deixou marcas nas sociedades do Sul do Brasil, afetando o cotidiano e a forma das relações sociais desenvolvidas entre a população.

Conseguir informações sobre a população de determinada região pode se mostrar um desafio de razoável complexidade quando se trata dos séculos XIX ou anteriores. As informações normalmente tornam-se mais esparsas e de menor confiança à medida que recuamos no tempo. Contudo, estudos demográficos, de uma maneira geral, permitem aos historiadores terem uma noção acerca de uma série de características de determinada população. Procurar reunir algumas dessas informações sobre a população escrava de Santa Catarina na segunda metade do século XIX torna-se uma ação vital para compreender melhor essa parcela da população e sua dinâmica.

Censos e mapas de população

As fontes selecionadas para esta pesquisa sobre a população catarinense foram os mapas e os censos realizados entre os anos de 1840 e 1888, que são partes integrais ou foram anexados aos relatórios que os presidentes de província apresentavam anualmente às Assembléias Provinciais¹⁰². Além disso, utilizo o censo realizado em todo o império no ano de 1872, que traz diversas informações sobre Desterro e as freguesias da Ilha de Santa Catarina.

Os mapas populacionais permitem o acompanhamento da evolução demográfica da província e da relação entre livres e escravos, além de fornecerem outras pistas sobre distribuição populacional e migrações realizadas em determinados períodos¹⁰³. Informações sobre o estado civil, distribuição da população entre os sexos, natalidade e óbitos também podem ser encontrados nesses recenseamentos. Dessa forma, os censos constituem fonte importantíssima para a compreensão de questões como a composição da população escrava por origem, sexo, estado civil e idade. Contudo,

¹⁰² Os relatórios de presidentes de província, por sua vez, foram digitalizados e podem ser consultados através do site do Center for Research Libraries, de Chicago (www.crl.edu/content/provopen.htm).

¹⁰³ Nos relatórios encontra-se normalmente a população geral da província, mas em diversos anos temos informações sobre a distribuição da população pelos municípios e freguesias em toda Santa Catarina.

nosso objetivo neste artigo não é realizar uma pesquisa e análise completa dos dados demográficos, e sim levantar algumas características dessa população cativa.

Os números apresentados pelos censos, contudo, não são desprovidos de erros e distorções, que têm de ser levados em consideração. A crítica à exatidão dos recenseamentos já não é novidade na historiografia. Analisando censos do Rio de Janeiro, Mary Karasch em diversos momentos aponta para incongruências dos números apresentados em determinados anos.¹⁰⁴

O risco da inexatidão ainda é maior porque, da coleta à compilação, essas informações foram transmitidas por uma rede de funcionários que nem sempre funcionava a contento. As informações apresentadas pelos diversos presidentes tinham origem nos levantamentos realizados pelos Chefes de Polícia e Delegados de cada município.¹⁰⁵ Eram estes funcionários os responsáveis pela coleta das informações e exatidão das mesmas. Contudo, comprometendo o resultado das estatísticas populacionais da província, são vários os anos nos quais o presidente não recebe o envio dos mapas solicitados, ou os recebe com desconfiança, deixando nos próprios relatórios críticas aos números apresentados. Já em 1842, o presidente da província, Antero José Ferreira de Brito, criticava a falta de exatidão nas informações, esperando um maior aplicação dos delegados nos relatórios e mapas futuros. “Bem longe estão estas cifras de merecerem inteiro crédito”, dizia João José Coutinho, o presidente da província em 1849, “não só porque muitas famílias occultão de propósito parte de seus membros, principalmente solteiros receosos de recrutamento, como por os encarregados do recenseamento nos diversos Quarteirões pouco capricharem para o fazer com a devida exactidão.”¹⁰⁶ E reclamações desta natureza foram repetidas por todo este período. Em 1851, o presidente João José Coutinho apontou que as cifras estariam apresentando uma população em número inferior ao da realidade. Indica ainda o caso de algumas cidades, como a Capital, que

¹⁰⁴ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 99-142.

¹⁰⁵ Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1842. Cidade de Desterro, Typ. Provincial, 1842, p. 33.

¹⁰⁶ Falla que o presidente da provincia, o ex.mo snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1850. Desterro, Typ. Catharinense de Emilio Grain, p. 24.

segundo os números apresentaram grande déficit populacional de um ano para outro, o que ele considerava enganoso.¹⁰⁷

Além do problema da exatidão, em diversos anos faltam dados sobre alguns municípios, devido ao atraso ou à falta de envio das informações. Assim, em 1849, faltam dados sobre os municípios de Porto Belo e a freguesia de Garopaba. No mapa de 1851, faltam dados de 7 das 16 freguesias, e o presidente usa os números anteriores dessas faltantes para completar uma estimativa provincial.

Um outro problema apresentado é a falta de informações sobre diversos anos. A maior parte dos relatórios não apresenta os números gerais de população e de batismos e óbitos, e essa apresentação, quando ocorre, está principalmente concentrada nas décadas de 1840 e 1850. Aparentemente ocorreu uma mudança do interesse que regia a elaboração desses relatórios. A preocupação com a população em geral é substituída por uma preocupação mais específica, com os imigrantes europeus e com os escravos. Os relatórios passam a apresentar unicamente números da população das colônias e dos cativos na província, desaparecendo informações precisas sobre o restante da população (alguns presidentes indicam apenas uma estimativa geral da população total).

Contudo, mesmo com tantas falhas, essas fontes nos fornecem dados únicos sobre a população. As tendências indicadas ao observarmos esses números por um longo período, as proporções entre os números apresentados e mesmo a capacidade desses de se aproximarem da realidade já nos fornecem indícios significativos sobre nosso objeto de estudo. Deixando de lado a exigência de uma precisão que essas fontes não apresentavam, podemos ainda apreender muito com elas sobre a dinâmica da população cativa em Santa Catarina.

¹⁰⁷ Falla que o presidente da província, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirige á Assembléa Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.º de março de 1851. Cidade do Desterro, Typ. do Novo Iris, 1851, p. 20.

Tabela 1 - População da província de Santa Catarina 1840-1886.

Ano	População total	Livres (%)	Escravos (%)
1840	66.218	53.707 (81,11%)	12.511 (18,89%)
1849	74.927	60.985 (81,40%)	13.942 (18,60%)
1851	85.755	70.789 (82,55%)	14.966 (17,45%)
1855	101.559	87.364 (86,03%)	14.195 (13,97%)
1859	127.786	108.658 (85,03%)	19.131 (14,97%)
1864	133.738	117.418 (87,80%)	16.320 (12,20%)
1874	159.802	144.818 (90,63%)	14.984 (9,37%)
1885			7.681
1886			8.249

Fonte: Relatórios de Presidente da Província 1840-1888. www.crl.edu/content/provopen.htm.¹⁰⁸

À primeira vista, vemos como a presença escrava teve um peso relativamente importante na população da província, a qual costumava ser caracterizada pela quase inexistência de trabalhadores cativos. Sua presença responde a quase um quinto dos habitantes catarinenses nos primeiros anos da análise, caindo posteriormente para índices entre 15% e 10%. Entretanto, como podemos observar na tabela acima, a retração percentual da população escrava deu-se principalmente devido à expansão da população livre, que mais que duplicou no período estudado. É fundamental notar que, apesar da queda percentual e da diminuição no fim do período, em números absolutos chegou a ocorrer um crescimento da população cativa até o fim da década de 1850, e a manutenção de um número próximo ao de 1849 até meados da década de 1870.

Resta saber até que ponto esse número possa estar equivocado, por uma subcontagem anterior ou pela própria não declaração dessa presença escrava em censos anteriores. Mesmo assim, fica a idéia de que essa expansão após o fim do tráfico africano possa ter ocorrido em parte graças a um crescimento vegetativo da escravaria, visto que as condições para reposição e expansão de plantéis haviam sido dificultadas com o fim do tráfico atlântico (1850) e com o resultante encarecimento da mão-de-obra cativa. Faltam-nos dados para entendermos a dinâmica da expansão e manutenção dos plantéis no período anterior a 1850, e dessa forma percebermos como nascimentos e óbitos afetavam esta população. De toda forma, com essas dificuldades no pós 1850,

¹⁰⁸ Não foram encontradas informações sobre a população geral ou livre da província nos últimos anos consultados. Em pouquíssimos anos foram informados os números da população para o grupo de libertos. Nesses casos eles foram somados aos livres, o que parecia ser realizado nos números gerais apresentados.

os senhores de escravos de Santa Catarina, em grande parte produtores de alimentos, de baixo preço e que enfrentavam uma grande concorrência nas outras províncias, passaram a enfrentar condições econômicas adversas para promover a expansão e manutenção dos plantéis através da importação de cativos. Contudo, a compra de escravos no mercado interno ocorreu em pelo menos uma região da província. Estudos focados na cidade de Lages apontam para a existência do comércio de escravos em um momento de expansão da escravaria na região, após o fim do tráfico atlântico¹⁰⁹. Mas esta região, como será melhor visto posteriormente neste capítulo, apresenta algumas características diferentes do restante da província, o que faz com que não possamos generalizar essa experiência para o restante de Santa Catarina.

A possibilidade do crescimento vegetativo desta população é apoiada pelos números de batismo e óbitos anexados a diversos relatórios¹¹⁰. O número de escravos batizados em nenhum momento foi igual ou inferior ao de óbitos. Na maioria dos anos dos quais temos informações, a diferença a favor dos nascimentos supera uma centena de indivíduos, chegando ao máximo de 347 em 1864. Séries de dados mais completas são necessárias para termos uma visão mais exata dessa capacidade de reprodução dos escravos. Mas esses números apóiam a hipótese de que o crescimento do número de cativos registrado nos censos até 1859, e a manutenção de um número elevado deles até a década de 1870, compensando vendas e alforrias, possa ter uma importante influência do crescimento vegetativo dessa população.

Para os estudos acerca da família escrava, é interessante destacar que apesar desse crescimento vegetativo, o número de casamentos entre os escravos era baixo. Em raríssimos anos observamos mais do que 10 casamentos entre cativos (foram 14 em 1849) em toda a província, e normalmente esse número era menor do que cinco. Em 1840, o número de escravos casados não chegava a 5% do total e em 1874 não atingiu sequer 2%. A relação entre os casais, portanto, devia

¹⁰⁹ BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2005, p. 116-117, 122.

¹¹⁰ Junto a esses números, encontramos também os de casamentos. Poucos foram os relatórios que apresentaram esse registro, sendo que este artigo é baseado nos números encontrados nos seguintes anos: 1849, 1853, 1856, 1858, 1859 e 1864.

se dar fundamentalmente em uniões não formais, não sancionadas pela igreja, porém possivelmente estáveis e reconhecidas pela sociedade.

À hipótese levantada soma-se o fato de que o desequilíbrio entre os sexos, tão presente em diversas localidades, não se fazia presente em Santa Catarina. Um considerável equilíbrio entre os sexos apareceu nos levantamentos sobre a população escrava. Novamente contando com números que surgem nos relatórios em alguns anos, foi possível montar um quadro de comparação entre os sexos¹¹¹. Nesses anos, a diferença entre os sexos não ultrapassou a de 1, 29 homens para cada mulher (1859), tendo oscilado entre este valor e o de 1,12 em 1864. Esses números se aproximam do que Bert Barickman coloca para as lavouras de fumo e mandioca no Recôncavo baiano, onde também se fazia presente um maior número de nascimentos, em contradição ao desequilíbrio da lavoura canavieira, importadora de mão-de-obra africana¹¹². O processo de crioulização da população (com o envelhecimento dos africanos e maior proporção de crioulos na população) pode ser apontado como uma das razões desse maior equilíbrio, e ele pode ser confirmado em Desterro através da pesquisa de origem dos escravos, como se verá mais adiante.

O declínio do número de escravos sofreu influência direta do aumento da taxa de concessão de alforrias para os escravos. A conquista da liberdade, por concessão ou compra, estava longe de ser inalcançável na escravidão brasileira, tornou-se ainda mais atingível nas décadas finais da escravidão. Estudos sobre Desterro já identificaram uma intensificação das alforrias nas décadas de 1870 e 80, o que teria provocado uma queda no número de escravos. Contudo, não foram realizados estudos sobre a questão da alforria em outros municípios catarinenses. Assim, faltam-nos dados, especialmente os quantitativos, para compreendermos a intensidade do impacto das alforrias sobre o declínio da escravidão em Santa Catarina.

Além disso, temos de considerar também a diversidade da escravidão nas regiões da província. A presença escrava e as mudanças que ela atravessou na segunda metade do século XIX podem ter afetado de forma diferenciada as localidades catarinenses. Para procurar responder tais

¹¹¹ Os relatórios em que foram encontradas essas informações são os dos seguintes anos: 1855, 1859, 1864, 1874 e 1886.

¹¹² BARICKMAN, Op. Cit., p. 258.

questionamentos, desenvolvemos a tabela abaixo, selecionando os dados de alguns municípios catarinenses, que acreditamos mais representativos:

Tabela 2 - População escrava nos municípios catarinenses

Ano	Desterro	Laguna	Lages	São Francisco do Sul
1840	7.589	2.126	290	1.970
1852	8.914	3.087	603	2.951
1859	9.297	4.098	1.304	4.432
1864	7.200	3.427	1.403	4.288
1885	3.209	2.775	1.197	2.347

Fonte: Relatórios de Presidentes da Província 1840-1888. Por uma questão de espaço e coerência, agrupei os dados sobre o total da população nos quatro municípios existentes em Santa Catarina durante todo o século XIX: Desterro (Capital), Laguna, Lages e São Francisco do Sul. Assim, as populações escravas de municípios desmembrados desses primeiros, depois de calculadas foram incluídas na soma do município de origem.

No quadro acima percebemos como as próprias tendências entre os municípios são divergentes, talvez refletindo a diferença na base de suas economias. Lages, ligada fundamentalmente à pecuária, contrasta com as demais localidades, baseadas na produção de alimentos, especialmente farinha. A cidade serrana apresentou uma duplicação no conjunto de seus escravos depois da proibição do tráfico atlântico, e continua a ampliar seu plantel mesmo quando os outros municípios já apresentam uma diminuição no número de escravos. O próprio ritmo de diminuição dessa população parece divergir entre as cidades. Laguna e, principalmente, Lages perdem menos escravos nas décadas finais do que Desterro e São Francisco.

Variadas podem ser as causas das diferenças entre esses municípios, que poderiam explicar as diversas formas como a presença escrava se transformou ao longo da segunda metade do século. O incentivo à formação de famílias entre os escravos, o impacto do tráfico interno, a ocorrência de epidemias, os próprios arranjos de trabalho e negociações que permitiam a alforria dos escravos, entre outros fatores, podem ter contribuído para essa diversidade. Mais uma vez, uma série de questões permanece em aberto, esperando análise para que possamos compreender melhor o que se passou com a população escrava da província.

Assim, observamos como a presença escrava em Santa Catarina, longe de ser desprezível, manteve sua força até meados da década de 1870. Em uma época onde renovar e manter plantéis através da compra no estrangeiro era impossível, a compra no tráfico interno cara, a reprodução parece ter sido o caminho através do qual se mantiveram e até se ampliaram os plantéis da província. Em uma população que não sofria com uma desigualdade gritante entre os sexos, a formação de famílias (não necessariamente sancionadas pela igreja) parece ter sido possível. Mas muito ainda falta ser estudado, principalmente para explicar o peso de alforrias e do tráfico interno na diminuição do número de escravos, e também para esclarecer as diferenças entre as diversas localidades catarinenses e a forma como estas lidaram com a questão da presença escrava.

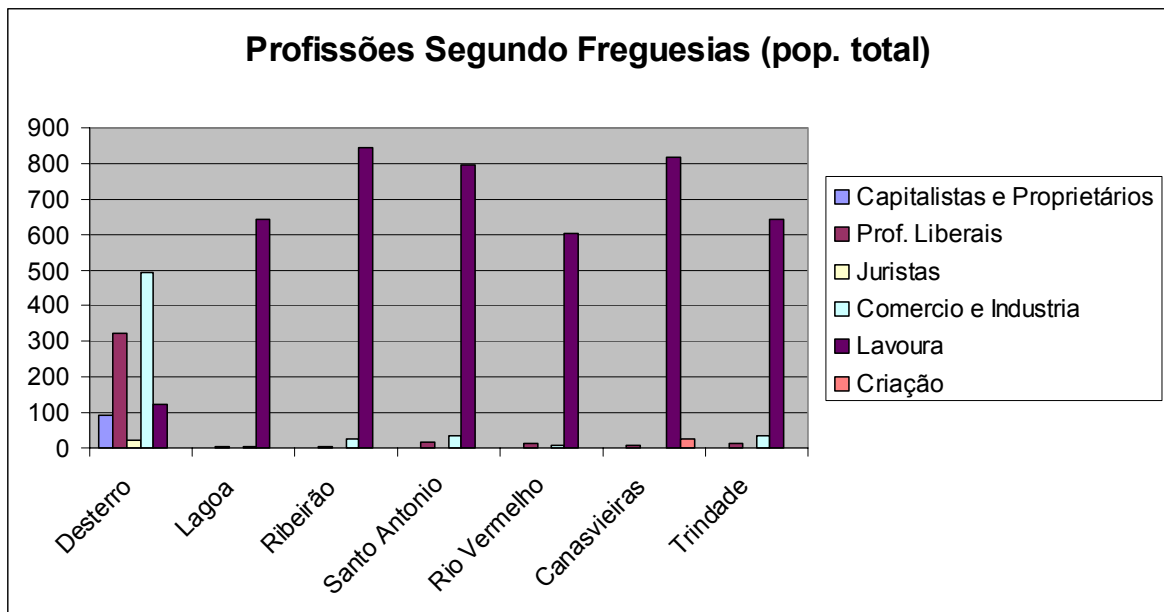
Tratando especificamente de Desterro, foco dessa análise, outras informações tornam possível termos um perfil mais aproximado da população cativa. O recenseamento do Império, realizado no ano de 1872, corrobora a tese de que a população escrava de Desterro era majoritariamente composta por indivíduos nascidos no local (ou pelo menos na província).¹¹³ Mapeando a população das diversas freguesias segundo a origem, observamos que na sede do Município (que hoje corresponde ao centro da cidade), dos 1119 escravos, 85% eram oriundos da própria província de Santa Catarina, 2% deles vieram do Rio de Janeiro e 2% do Rio Grande do Sul. Não sem razão, essas duas províncias são importantes parceiros comerciais ligados por linhas de navegação durante toda a segunda metade do século XIX, como se verá mais adiante. Ainda em 1872, 10% do total de escravos era de origem africana. E essa presença africana se repetia, em quase todas as freguesias, em média entre 9% e 4% da população escrava, salva exceção de Canasvieiras, onde não foi registrada a presença de africanos escravizados.

A presença de escravos crioulos, nascidos na própria província, era ainda mais forte em outras freguesias. Em Santo Antonio, dos 380 escravos existentes em 1872, apenas 3 deles eram oriundos de outras províncias (1 de São Paulo e 2 da Bahia), 34 deles eram africanos. Na Lagoa da Conceição os crioulos somavam 94% dos 441 escravos. De maneira geral, os escravos nascidos na

¹¹³ Sempre existe a possibilidade de erros ou fraude de registros, mas sem poder comparar esses dados apresentados pelo censo com outras fontes, não tenho como averiguar se essa declarada maioria de nascidos na província correspondia a realidade. Dessa forma optei por utilizar o que foi declarado ao recenseamento.

própria província de Santa Catarina representavam de 85% a 99% dos cativos presentes na Ilha de Santa Catarina (com extremos na cidade de Desterro e em Canasvieiras).

Outro ponto de destaque é o fato de que os escravos nascidos em outros pontos do país concentravam-se exatamente em Desterro. A sede do município, como centro de comércio e especialmente como núcleo administrativo, reunia a população com maior poder aquisitivo da região e a mais economicamente diversificada. Um quadro das profissões da população em geral nos ajuda a entender melhor essa concentração na sede do município:



Fonte: IBGE. Recenseamento do Brazil em 1872. Província de Santa Catharina.¹¹⁴

Como Capital, os empregos públicos na sede chegam a somar 106 cargos. Além disso, suas funções como porto e principal centro comercial da província explicam a elevada taxa de “capitalistas e proprietários” entre a população de Desterro.

Somada à proximidade do porto, e à passagem constante de escravos pelo mesmo, é esse maior poder aquisitivo um fator chave para entender essa maior presença de cativos originais de outras regiões do país. Com ele tornou-se possível adquirir cativos no mercado interno mesmo em um momento em que seu valor estava em elevação. Isso fica mais claro em comparação com as

¹¹⁴ O censo de 1872 elabora essas classificações gerais no que tange a ocupação da população. Fiz um resumo dessa classificação para resultar em uma melhor leitura. Para isso, resumi as informações retiradas do censo, alocando as respectivas ocupações na classificação mais geral dada pelo próprio recenseamento.

demais freguesias da Ilha. Em nenhuma delas o grupo dos escravos nascidos fora da província foi maior do que 2%.

O fato de a maior parte dos escravos da Ilha de Santa Catarina serem provenientes da própria província nos coloca duas possibilidades: o nascimento na própria Ilha, o que implicaria em corroborar a tese do crescimento natural da escravaria; ou a concentração de escravos de outras partes da província na Capital. Essa segunda hipótese parece não se manter segundo a leitura do número de escravos nos demais municípios catarinenses. Como se trata de um número que envolve grande quantidade de indivíduos, não procuro explorar as possibilidades de fraude nesses registros, que poderiam ter ocorrido para burlar algum imposto. De toda forma, acredito que essa adulteração não tenha ocorrido a ponto de tornar problemática a leitura dessa fonte. Assim, a diminuição no número de cativos em alguns desses municípios parece não estar ligada a uma atração levada a cabo pela Capital. Nos registros do porto de Desterro, que serão analisados posteriormente, não observamos um considerável movimento de cativos sendo enviados para a Ilha de Santa Catarina. Acontecem algumas chegadas e partidas, mas elas não parecem representar um movimento suficientemente grande para explicar o grande número de escravos originais desta região.

É na sede do município onde se concentra também uma maior diversidade do emprego de escravos, condizendo com sua maior complexidade econômica em relação às freguesias do interior da Ilha. Entre os homens escravizados, observamos uma grande distribuição entre diversas ocupações econômicas. Apesar de 24% dos cativos terem aparecido como “sem profissão”, o que observamos no restante é uma boa variedade de empregos. A maior parte dos homens estava ligada ao serviço doméstico (21%), o que no caso de Desterro, com uma grande quantidade de chácaras e sítios no perímetro urbano, não exclui a possibilidade de um trabalho regular na produção de gêneros alimentícios. Criados e jornaleiros vieram em seguida (15%) como segunda maior ocupação de cativos. A concentração de pessoas na sede do município parece ter favorecido a ocorrência do trabalho temporário de cativos (“escravos de ganho”), o que explicaria este elevado número. Junto a essa maior concentração de pessoas, como maior concentração de edificações da

Ilha, não é de se estranhar que a presença de escravos ligados ao setor da construção tenha atingido 9% das ocupações.

Como porto, Desterro também propiciava o emprego de escravos nas funções de marítimos e de pescadores, que representam em conjunto 12% das ocupações cativas. Surpreendeu-me o fato de 7% do total da escravaria na sede estar ligado ao que o censo descreve como “operário em madeiras”. Desconhecia o peso de uma indústria de corte ou beneficiamento de árvores na Capital, ainda mais na sede do município. Talvez fosse fruto de uma procura do porto e de estaleiros estabelecidos aqui.

Por fim, a presença de pequenas indústrias e manufaturas mostra sua influência no quadro de profissões de trabalhadores escravizados. Cerca de 12% dessa população escrava se dividia entre operários de vestuário, chapéus, calçados, calafates (mostrando novamente a importância do porto) e artistas.

Entre as mulheres não observamos essa diversificação. O emprego de trabalhadoras escravizadas aparece no censo ligado somente a três atividades profissionais (sendo que 20% delas aparecem como “sem profissão”). Ocorre um predomínio total na concentração do emprego de cativas no serviço doméstico (73%). As restantes dividem-se entre criadas e jornaleiras (4%) e costureiras (3%). A rígida divisão entre os serviços, com a ampla gama de atividades desenvolvidas pelos homens e a restrição da atividade feminina, me leva a pensar que essa escolha reflete muito da concepção da época sobre o emprego das mulheres, e a retenção delas próximas a atividades desenvolvidas junto ao lar.

O conjunto dos escravos ligados ao “serviço doméstico”, contudo, não deve ser entendido como um bloco unitário. Sob essa classificação, poderiam ser reunidos trabalhadores ligados a diversas funções dentro de uma residência (cozinheiros, lavadeiras, engomadeiras) e mesmo fora delas (trabalhando em pequenos sítios contíguos à habitação).

O que se observa nas ocupações da população em geral, referente a uma maior diversificação da sede do município frente a uma atividade pouco variada nas demais freguesias,

também se reflete nas ocupações escravas. No restante da ilha, a maior parte dos trabalhadores escravizados ocupa-se de atividades na lavoura (entre 33% e 44% dos cativos de cada freguesia). A utilização de escravos para serviços domésticos também parece bastante difundida (entre 47% e 18%). Estranhamente, mesmo se tratando de uma ilha, e contando com o fato da maioria das freguesias estarem localizadas no litoral, ou terem rios e canais que as ligavam ao mar, a presença de escravos ligados às atividades de marítimos e pescadores ocorre somente em um caso. Encontramos somente 1 escravo registrado como pescador no Ribeirão. No restante da Ilha, nenhum escravo é apontado como sendo pescador ou marinheiro por profissão. Talvez se deva ao fato dos senhores não apontarem estas como ocupações especializadas ou por seus escravos não as praticarem o ano todo. As profissões apontadas nestes registros podem se mostrar muito falhas quanto à formação de um quadro de ocupações em Desterro. Essas informações foram colhidas através de declaração, e não parecem ter sido objeto de preocupação dos declarantes quanto à precisão das mesmas, o que pode explicar a profusão das categorias indefinidas como “sem profissão” e “serviço doméstico”. O fato é que fica a lacuna (que talvez pudesse ser preenchida por alguns dos cativos ditos “sem profissão”), e o fato dos escravos marítimos serem também concentrados na sede do município.

Observa-se, entretanto, duas exceções. Através do censo de 1872, vemos a presença de importantes contingentes de trabalhadores especializados em determinadas freguesias. No Rio Vermelho, contando-se apenas as cativas, 35% delas foram classificadas como costureiras, superando as que se dedicavam aos serviços domésticos (34%) como principal ocupação. Na freguesia da Lagoa, apesar da grande maioria das cativas serem ocupadas pelo serviço doméstico (62%), há uma importante presença de 21% das cativas sendo classificadas como operárias em tecidos¹¹⁵. Talvez isso responda a ocupação dessas cativas na confecção de renda, atividade pela qual a Lagoa da Conceição ainda é bastante reconhecida.

¹¹⁵ Nosso limitado conhecimento da economia da Ilha e a preocupação com a temática central deste estudo impede que no momento possamos explorar melhor esses dados, mas fica a questão para pesquisas futuras.

A diversificação das ocupações de cativos nesses ramos pode ser observada também através dos anúncios de compra e venda nos jornais. Como será visto mais adiante, o comércio de escravos dentro da própria Ilha de Santa Catarina continuou ativo após a proibição do tráfico africano. Através de anúncios durante a segunda metade do século, senhores procuraram informar aos demais moradores suas necessidades ligadas à aquisição ou venda de cativos. Nessas, observamos uma série de profissões ocupadas por escravos. A procura por domésticas, escravas que lavassem, engomassem e “fizessem todo o trabalho de uma casa” é uma constante nos anúncios dos jornais. Além disso, aparecem também anúncios de cativos com habilidades maiores ou mais precisas, como um funileiro que é colocado à venda em 1861¹¹⁶ ou o seguinte africano:

Vende-se pela quantia de 200\$ rs. um preto de nação ainda em boa idade, entende de roça, e do trabalho de chácara; trata de animais; vende quitanda, cosinha e lava alguma coisa; he humilde e deligente para tudo que lhe dê proveito: para tratar na rua do Passeio n. 11. Desterro, 10 de Agosto de 1855.¹¹⁷

Apesar dessas atividades diferenciadas, o emprego de boa parte da população cativa estava mesmo relacionado com a produção de farinha de mandioca. Como principal produto da região, a farinha gerava uma renda considerável, observada pelo seu peso na pauta de exportações da província.¹¹⁸ Além disso, segundo estudo realizado por Fernanda Zimmermann sobre a freguesia do Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX, a produção de farinha gerava uma renda suficiente para movimentar o mercado de escravos, tendo promovido a aquisição de africanos pelos moradores.¹¹⁹ A posse de escravos por 40% das famílias, com 76% possuindo de 1 a 5 cativos, mostra a importância dessa mão de obra.¹²⁰ O grande emprego de cativos na lavoura, para a produção de farinha, fica nítido quando Zimmermann aponta que 92% dessa mão de obra era utilizada por senhores que se dedicavam a agricultura.¹²¹

¹¹⁶ BPESC. O Argos, n. 838, 18 de novembro de 1861.

¹¹⁷ BPESC. O Conservador, n. 351, 24 de agosto de 1855.

¹¹⁸ HUBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981, p. 77, 80.

¹¹⁹ ZIMMERMANN, Fernanda. Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório PIBIC, 2004, p. 12.

¹²⁰ Idem, p. 6.

¹²¹ Idem, p. 13.

A gama de ocupações nas quais se empregavam escravos, desta forma, mostra a importância desta força de trabalho para a economia desterrense. Talvez não tanto pela sua presença em números, mas especialmente pelo simples fato de sua existência trazer à tona uma série de relações que eram peculiares a este mundo de senhores e escravos. O reconhecimento da legitimidade na propriedade de um homem por outro, base da escravidão, penetra na sociedade em questão ao observarmos a naturalidade com que se dava o trabalho e o negócio envolvendo homens e mulheres escravizadas. E sobre esse negócio, tema deste estudo, é que vamos nos debruçar agora.

O comércio de escravos em Desterro

Tendo atingido seu número máximo em 1859, a quantidade de cativos decaiu até que não existissem mais escravos na cidade de Desterro no início de 1888. Segundo Oswaldo Cabral, a partir de 1856 os pequenos centros do país sofreram diminuição de sua população cativa, devido principalmente ao tráfico interno para a grande lavoura e também para as cidades maiores.¹²²

Fernando Henrique Cardoso também reafirma essa idéia, colocando que havia um incremento no número de escravos até a década de 1850, sendo que a partir de 1872 teria começado o decréscimo dos escravos, devido principalmente à venda para os centros mais dinâmicos do país, ocorrendo uma rápida desagregação do regime servil¹²³.

Dessa forma, através principalmente da venda para outras províncias, teria se reduzido e terminado a presença escrava em Santa Catarina. Esse momento de “esvaziamento” da escravidão em Santa Catarina, contudo, recebeu um tratamento bastante superficial, sendo que o peso relativo do tráfico, das alforrias e da mortalidade para a diminuição do número de cativos não foi examinado, assim como não há pesquisas apontando para como o tráfico interno funcionava.

Meu objetivo neste capítulo consiste em reunir as fontes localizadas sobre o comércio de escravos e buscar estabelecer um volume e o modo de seu funcionamento. Com isso, deixamos de

¹²² CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 383.

¹²³ CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. Op. Cit..

lado uma pesquisa intensa sobre os outros fatores de mudanças na escravidão nas últimas décadas do século XIX. Busco com isso me concentrar melhor na temática específica desta pesquisa¹²⁴.

Para atingir a movimentação comercial de escravos entre as províncias e mesmo dentro de Desterro, procurei estudar diferentes séries de fontes, que serão apresentadas e analisadas a seguir. Com isso, pretendo caracterizar cada uma das fontes, com suas peculiaridades e relevância, para posteriormente fazer uma análise abrangente do comércio de cativos na capital catarinense.

Anúncios de escravos nos jornais de Desterro

Ao iniciar este trabalho com um anúncio de venda de escravos, procurei não somente mostrar um dos espaços de negociação de cativos e a normalidade desta relação. Busquei também dar destaque a uma fonte fundamental para este estudo sobre o mercado de escravo: os anúncios de compra e venda publicados nos jornais de Desterro.

Na busca pela construção de um panorama do comércio de escravos na capital catarinense, a utilização dos anúncios de compra e venda nos jornais permite-nos tomar conhecimento de uma série de dados. Em geral, esses anúncios traziam informações bastante sumárias sobre o escravo e seu senhor, possibilitando uma identificação do cativo, de seu ofício e do local para transação. Um bom exemplo de anúncio regular é o visto a seguir, datado de 1850:

Vende-se

Na rua do Príncipe n. 4 vende-se hum Escravo de nação Mina muito reforçado próprio para a roça: quem d'elle precisar dirija-se ao mesmo n. acima a tratar com Silva & Bastos.¹²⁵

¹²⁴ Pode-se encontrar informações mais específicas sobre essas mudanças nos seguintes estudos: PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005; GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser "ingênuo em Desterro/SC: a lei de 1871: o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2005; DAUWE, Fabiano. *A Libertação Gradual e a Saída Viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação dos Escravos*. Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004.

¹²⁵ BPESC. O Novo Íris, n. 43, 9 de Agosto de 1850.

Foram levantados 599 anúncios de compra, venda, aluguel ou arrematação de escravos nos jornais que circularam em Desterro entre 1849 e 1888.¹²⁶ É importante ressaltar o motivo da escolha do recorte temporal. Somente a partir do fim da década de 1840, e especialmente no começo da década seguinte é que temos uma série regular de jornais na capital catarinense, que nos permitiu realizar a pesquisa. Anterior a isso, restam nos acervos consultados apenas uma dezena de exemplares de uma série de periódicos. Além disso, a escolha do recorte também foi influenciada pela data da cessação do tráfico africano, mantendo a pesquisa restrita ao tráfico interno de escravos.

Uma outra ressalva fundamental é a que essa pesquisa de anúncios não engloba a totalidade dos movimentos de compra e venda de cativos. Muitas vezes, nas décadas de 1860 e 70, os anúncios não se limitavam a um número fechado de cativos, apontavam para uma intenção de compra de “alguns” ou “vários” cativos. Além disso, não temos informações sobre a distribuição dos periódicos entre os assinantes e compradores de Desterro, mas o que aparece é uma concentração dos anúncios, dos endereços para informação ou negociação, na sede do município de Desterro. Tendo em vista a concentração de atividades comerciais na sede e proximidades do porto, além da importante presença de cativos na área urbana, não é de se estranhar essa concentração., mas isso não exclui a participação de senhores das freguesias da ilha e do continente adjacente deste mercado.

Nestes anúncios, observamos de maneira clara como a escravidão estava firmemente enraizada nas práticas e mentalidade dos habitantes de Desterro, como do resto do país. A naturalidade deste comércio de indivíduos e mesmo de famílias aparece incontestada até a década de 1880. Mariano José da Roza, em 1870, vende uma família inteira de cativos: um casal de 28 e 24 anos com um filho de 3, “todos por preço muito commodo”.¹²⁷ Mas, algumas vezes, com a venda

¹²⁶ Foram consultadas as coleções de microfímes da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e da Biblioteca Central da UFSC. A relação dos jornais consultados com o intervalo em que foram observados os anúncios em cada publicação se encontra anexada ao fim deste estudo.

¹²⁷ UFSC/BU. O Despertador, n. 810, 01 de novembro de 1870.

surge a ameaça da dissolução de uma família, como é o caso do anúncio de José Francisco Pacheco, que em 1865 coloca uma escrava à venda, com ou sem os dois filhos.¹²⁸

Observa-se também a presença de diversos anúncios que têm como objeto escravos ainda crianças. Em 1852, Carlos Duarte Silva compra em Desterro, para pessoas do Rio de Janeiro, crioulos ou pardinhos de ambos os sexos, entre 10 e 12 anos¹²⁹. Em 1861, um vendedor que não quis se identificar (dando o endereço da Typographia para informações), coloca à venda um escravo pardo de 2 anos de idade, de saúde perfeita¹³⁰. Esses exemplos consolidam ainda mais a idéia da naturalidade do escravismo mesmo em uma localidade onde tradicionalmente sua importância é tida como pequena.

As informações fornecidas permitem a construção de algumas idéias sobre o mercado de escravos, além de fortalecer outras teorias sobre a presença escrava em Desterro. A princípio, os anúncios nos ajudam a entender o próprio mercado de mão-de-obra da cidade. Um ponto de suma importância se destaca para que possamos entender melhor a dinâmica deste mercado: a diferença entre o mercado local e o comércio interprovincial de escravos.

O perfil dos anúncios publicados entre 1849 e 1888 nos permite fazer uma diferenciação básica entre os negócios voltados ao mercado local e ao das províncias do Sudeste, especialmente o Rio de Janeiro. Essa diferenciação pode ser observada através dos anúncios da seguinte forma: enquanto a compra para fora da província é anunciada em termos de “alguns”, “vários”, ou de determinado número de cativos sob encomenda, o mercado local trabalha com números menores e específicos de escravos (geralmente 1 por anúncio). Normalmente, os comerciantes ligados ao tráfico interprovincial em Desterro anunciavam que a venda se daria para fora da província, em geral para o Rio de Janeiro. Um anúncio comum dessa operação, publicado em 1868, deixa os números dessa procura em aberto:

Escravos

¹²⁸ BPESC. O Despertador n. 226, 18 de abril de 1865.

¹²⁹ BPESC. O Novo Íris, n. 180, 19 de dezembro de 1851

¹³⁰ BPESC. O Argos, n. 792, 25 de setembro de 1861.

Quem tiver crioulos de 10 a 26, e crioulas de 8 a 14 annos de idade, se os quizer vender por muito bom preço, sendo sadios e vistosos, dirija-se ao Largo da Praça n. 24, sobrado, aonde se comprão estes escravos para seguirem para o Rio de Janeiro.

Victorino de Menezes.¹³¹

As únicas limitações impostas pelo anúncio giram em torno da idade, origem e saúde dos cativos. Procuravam-se crioulos que tivessem em uma boa faixa de preço, ou seja, jovens e com capacidade de trabalho, sem moléstias que pudessem atrapalhar a conclusão de um negócio¹³². Fora isso, habilidades profissionais não eram consideradas e experiência em determinadas áreas também não. Parece certo que essas habilidades, se presentes, valorizariam o cativo, mas o que fica claro, nesse tipo de compra, é a preocupação de transferir escravos jovens e em boas condições de saúde de uma forma geral. O conhecimento de um ofício seria uma característica secundária. Nisto, os anúncios de compra para o tráfico inter-provincial diferem muito dos voltados para o comércio local, como comentarei adiante. O perfil procurado por estes anúncios foi constante durante todo o período estudado. Buscavam-se jovens (variando entre 10 e 25 anos), de ambos os sexos, e saudáveis.

Todavia, em um momento específico o perfil do escravo procurado pareceu estar mais ligado a restrições da conjuntura do que a especificidades da procura. Em 1851, editoriais nos jornais locais criticavam os ingleses por estarem prejudicando o Brasil e nosso comércio, devido aos atos de repressão ao tráfico atlântico de escravos (apontados como pirataria). Ao mesmo tempo, José Joaquim do Amaral, anunciava a compra de escravos de ambos os sexos que não fossem muito velhos, e que deveriam ser crioulos ou ladinos, por terem de embarcar para fora da província¹³³. O receio à interceptação e captura por parte dos ingleses, que a época faziam constantes intervenções mesmo na navegação de cabotagem, parece ter sido o impulso fundamental a essa restrição. E não era sem motivo. Em fins de julho de 1851, o navio Novo Mello, fundeado na baía da Ilha de Santa Catarina, foi apreendido por um navio de guerra britânico. Vinha do Rio de Janeiro, trazendo

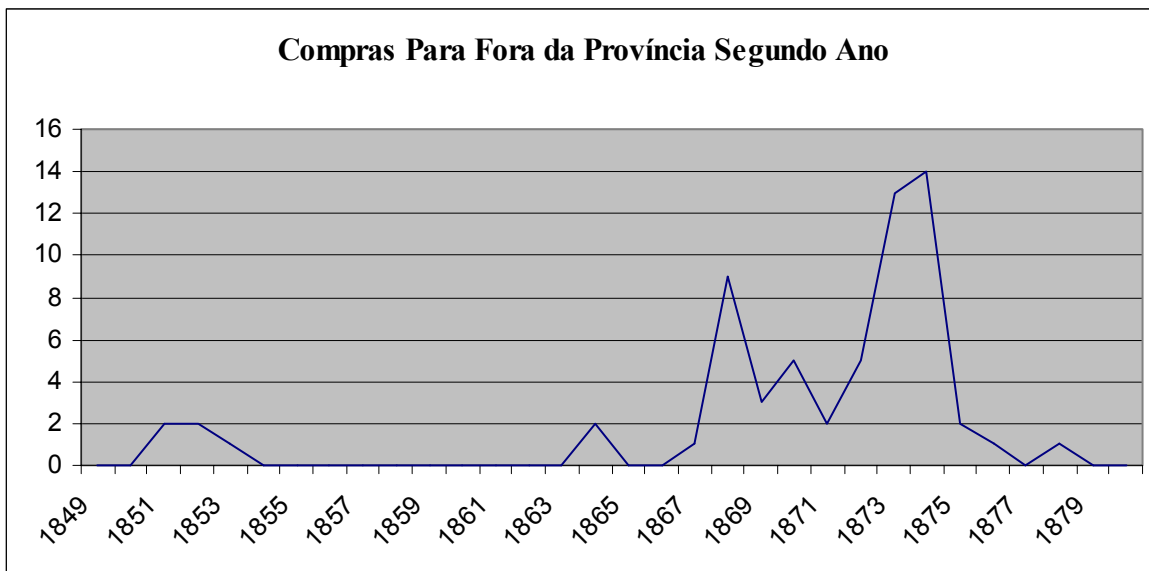
¹³¹ UFSC/BU. O Despertador, n. 577, 01 de agosto de 1868.

¹³² Como visto por Sidney Chalhoub, moléstias e problemas físicos apresentados por escravos nos seus primeiros dias no novo cativo eram motivos aceitos para que a venda fosse desfeita, com o comprador recebendo seu escravo de volta e o comerciante tendo que ficar com um cativo sem condições de trabalho ou com baixa valorização no mercado.

¹³³ BPESC. O Novo Íris, n. 149, 29 de agosto de 1851.

passageiros e gêneros para os comerciantes de Desterro. Com a apreensão, o comandante inglês ofereceu liberdade aos escravos tripulantes do Novo Mello nas colônias britânicas. Com a recusa destes, o comandante os desembarcou em Desterro e levou a embarcação para Santa Helena¹³⁴. Outras apreensões foram feitas na área e também no litoral do Sudeste, mostrando os problemas que poderiam ocorrer com o transporte de escravos, especialmente se africanos recém-chegados ou reconhecidos como ilegais pelos britânicos.

Contabilizando esses anúncios de compra para fora da província, em especial aqueles que apontavam para a compra de “vários” cativos, conseguimos perceber como esse fluxo parece ter se intensificado em determinadas épocas.



Fonte: Anúncios de compra de escravos nos periódicos de Desterro (1849-1888).

Após 1850, com a proibição o tráfico africano de escravos, há um pequeno movimento de compra de cativos na região para revenda no Sudeste. Ocorre em seguida uma retração e o desaparecimento desse tipo de negócio até a década de 1860. A intensificação desse comércio, principalmente no ano de 1868 condiz com o momento nacional em que o tráfico interno de

¹³⁴ MAMIGONIAN, Beatriz G.. *O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.

escravos ganha força. A década de 1870 é tida por muitos historiadores como o momento de máxima intensidade neste comércio.¹³⁵

Neste momento, diversos comerciantes da capital passam a trabalhar, não necessariamente com dedicação exclusiva, nesse mercado de transferência de cativos, o que será melhor analisado no capítulo seguinte, ao traçarmos um perfil desses negociantes.

Também condizente com o quadro nacional, esse mercado entra em declínio com a chegada dos anos 1880. Diversos problemas com revoltas e insubordinação escrava no Sudeste, em grande parte devido à mudança nas condições de cativeiro que muitos desses cativos enfrentaram, começaram a fazer os próprios fazendeiros paulistas questionarem esse comércio. Problemas relacionados à possibilidade da abolição da escravidão, e a expectativa da forma como ela se daria, criaram uma tensão entre as províncias compradoras de cativos (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Essas passaram a se sentir crescentemente ameaçadas pela possível ocorrência de uma abolição realizada às suas custas, isto é, sem indenização aos senhores. Unilateralmente, já que o debate nacional sobre a proibição do tráfico interprovincial de escravos estava travado, as assembleias provinciais dessas três províncias do Sudeste aprovaram taxas altíssimas sobre a entrada de escravos, o que tornou proibitiva a transferência dessa mão-de-obra.

De qualquer forma, vemos uma intensificação da transferência de cativos de Desterro para outras regiões do país no mesmo momento em que ela se dá no âmbito nacional. Nos períodos em que esses anúncios não aparecem, não pode ser descartada essa transferência, mas a flutuação nos mesmos indica uma retração nessa transferência, que podia estar ligada à diminuição na demanda de braços pelo Sudeste ou de oferta na província (talvez devido à influência da Guerra do Paraguai, que fez subir a demanda pela farinha de mandioca).

Em outro tipo de anúncio, voltado para as vendas locais, o que se verifica é a continuidade de avisos buscando ou oferecendo cativos para determinadas ocupações. Nesse tipo de propaganda transparece uma atenção mais específica sobre as habilidades dos cativos, uma maior preocupação

¹³⁵ SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 329-331.

com a sua utilização produtiva. Em geral, são anúncios individuais ou de pequenos grupos vendidos ou procurados por senhores da região. Assim, a formação de um mercado local de escravos e sua dinâmica pode ser apreendida através da análise dessa fonte.

Durante a segunda metade do século XIX, o mercado para escravos domésticos, lavradores e com alguns outros ofícios específicos permaneceu ativo na capital catarinense. Como visto anteriormente, a mão-de-obra escravizada encontrava-se presente em uma série de profissões, especialmente na sede do município, e os anúncios de compra e venda ajudam a perceber que eles se mantiveram nestes postos ao longo da segunda metade do século.

Contudo, condizente com a maioria de escravos ocupados no serviço doméstico ou sem profissão definida no registro do censo de 1872, são nessas duas categorias que encontramos a maioria dos cativos postos à venda ou buscados para compra ou aluguel. Para melhor acompanharmos a passagem do tempo, dividi o período estudado em 7 fases: entre 1849 e 1850, onde procuro ver um pouco da situação de fim eminente do tráfico africano; entre 1851 e 57, observando uma primeira fase no pós-abolição do comércio atlântico; e depois divisões a cada 5 anos (1861-65; 1866-70; 1871-75; 1876-80; 1881-85). Fazendo essa periodização, tento observar possíveis mudanças no mercado escravo.

Seguindo os anúncios de compras, observamos em todo o período uma predominância da procura por cativos que tivessem como ocupação o serviço doméstico, ou que não tivessem uma especificação de ofício. No mínimo $\frac{3}{4}$, senão todos os escravos procurados nos sete períodos estudados eram enquadrados nestas categorias. Somente em três períodos observamos a presença de compras de escravos com outras ocupações (1851-57; 1866-70; e 1876-80), nos quais observamos uma considerável presença de cativos ligados ao trabalho na lavoura (respectivamente 8, 4 e 10% das compras). Além desta ocupação, marinheiros, pedreiros e carpinteiros também foram citados nestes anos, mostrando a existência de mercado para escravos com estes ofícios.

Analisando apenas os anúncios de venda nestes períodos, continuamos a observar o predomínio de escravos ligados ao trabalho doméstico ou sem profissões declaradas (variando,

igualmente, no mínimo a $\frac{3}{4}$ dos anúncios). Contudo, observamos uma maior diversificação nas profissões anunciadas. Em 1849 encontramos a maior gama de ocupações. Além de uma maioria de domésticos e escravos sem ocupação definida, encontramos quitandeiras, padeiros, marítimos, pedreiros, carpinteiros, costureiras, oleiros, calafates e lavradores. A presença dos lavradores entre os escravos vendidos é novamente destacada. Chegam a somar 18% entre 1881-85, e representam percentual elevado também na década de 1850, com 16%.

Apenas em um período, entre 1876 e 80, não temos outras ocupações além de doméstico e sem ofício. No restante, vemos com frequência a venda de profissionais com certa especialização. A presença dessa mão-de-obra diversificada fica em torno de 27% entre 1849 e 50. Estabiliza-se depois na faixa dos 20% entre 1851 e 1870. Cai em seguida para 8% e desaparece entre 1876 e 80. No último período, volta a ser uma faixa mais ampla, ficando em 24%. A expansão da procura por escravos no mercado interno, verificada na década de 1870, parece de algum modo ter interferido nos anúncios da venda de escravos, ou mesmo neste mercado local. Resta verificar essa hipótese e saber de que forma e até que ponto isto ocorreu.

Cruzando estes dados de oferta e procura de mão-de-obra cativa com informações mais gerais sobre o contexto e condições econômicas em Desterro, talvez consigamos ter uma maior clareza da razão que impulsionava os senhores a comercializarem cativos. Analisar estes dados em comparação com indicadores econômicos, por exemplo, pode nos dar indícios sobre a utilização mercantil da produção escravista. No fim deste capítulo, ao desenvolvermos um quadro mais preciso do comércio escravo na capital catarinense, essa questão será uma das linhas de nossa busca.

Além de preocupações ligadas à ocupação dos cativos, a compra e venda de escravos parece também ter passado por outras questões. É interessante observar como o perfil do escravo buscado denuncia certa estratégia dos senhores, que podia estar ligada a estratégias de domínio ou mesmo de manutenção ou reprodução de plantel: “Deseja-se comprar um casal de escravos: quem tem algum

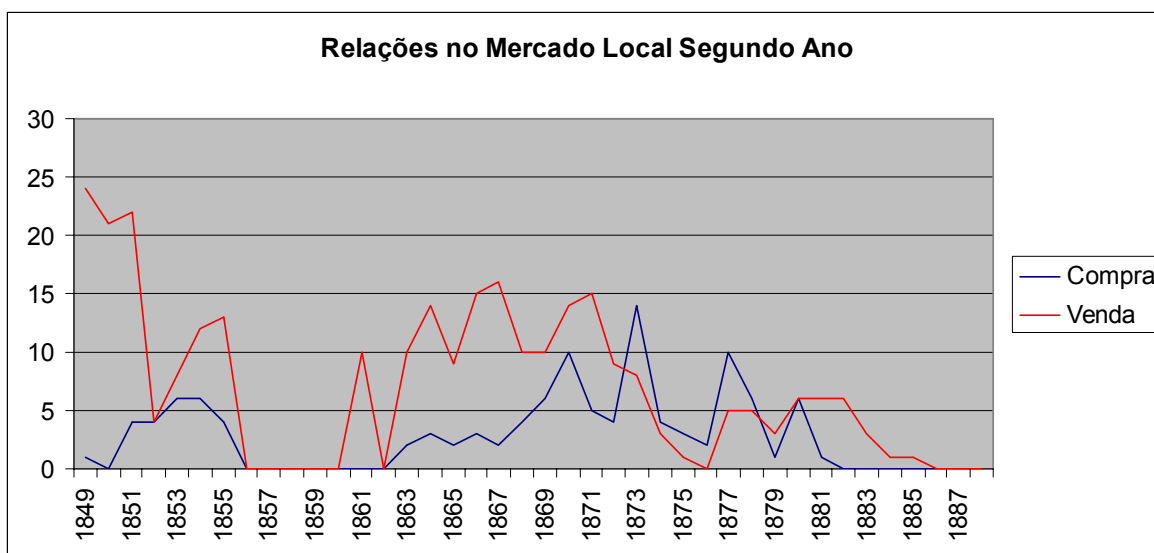
para vender dirija-se ao Doutor Anatólio Ramaugé, rua do Livramento n. 20.”¹³⁶A busca por casais foi pouco numerosa, mas ocorreu com alguma regularidade. No período, encontrei anúncios que anunciavam abertamente a compra ou venda de 6 casais (4 compras: 1854, 1876, e duas em 1880; e 2 vendas: 1870 e 1880). Em outros momentos, vendem-se escravos de sexos distintos do mesmo plantel, mas não há o anúncio claro de que formassem um casal.

Além de casais, como já visto, encontramos diversos anúncios de negócios de escravas com filhos. A separação de famílias através da venda foi permitida até 1869, quando se aprovou o decreto n. 1695, que além de proibir a venda de escravos em pregão e exposição pública impedia a separação de famílias escravas através da venda¹³⁷. Assim, até aquela data, a possibilidade de comprar escravas com “crias” ou sem as mesmas dava aos senhores certa flexibilidade para a escolha do plantel, e ao mesmo tempo que podia arruinar laços familiares. Entre os anúncios, encontramos 18 deles que tratam de negócios que envolvem uma escrava e suas “crias”, espalhados entre 1851 e 1880. Desses, quinze dizem respeito à venda de cativas com filhos. Apenas 3 apontam para a intenção de comprar escravas com filhos, em 1870, 1873 e 1876.

A análise da quantidade de escravos colocados à venda ou procurados, ao longo da segunda metade do século, pode nos trazer informações mais interessantes a respeito do mercado de mão-de-obra escrava.

¹³⁶ BPESC. O Conservador, n. 274, 17 de novembro de 1854.

¹³⁷ Decreto n. 1695, de 15 de setembro de 1869. SENADO FEDERAL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Brasília: Senado Federal, 1988, Vol. 1, p. 327.



Fonte: Anúncios de compra e venda de escravos nos periódicos de Desterro (1849-1888).

De maneira geral, através dos anúncios, observa-se como os senhores de Desterro na segunda metade do século procuraram os jornais preferencialmente para vender seus cativos. Ocorre, contudo, uma importante flutuação no início da década de 1870 e em alguns anos seguintes, onde os anúncios de compra repetidas vezes superaram os de venda. Penso que isso pode ser um reflexo da competição na demanda de escravos com os comerciantes ligados ao tráfico interno.¹³⁸ A redução dos anúncios de venda de escravos durante os anos de pico do comércio interno (como visto no gráfico anterior), pode representar um menor interesse em anunciar vendas, já que bastava ao interessado em se livrar de um cativo procurar um dos vários comerciantes que estavam envolvidos com este negócio. Por outro lado, os interessados em comprar cativos, não podendo contar com tantos anúncios de venda, passaram a ter de anunciar suas intenções para competir com os comerciantes pela preferência dos senhores vendedores.

Essa dinâmica específica dos anúncios ajuda a entender um elemento da motivação de anunciar negócios com cativos. Mas esse mercado também era influenciado por outros fatores que provocavam variação das tendências de compra e venda. A necessidade de mão-de-obra, em alguns momentos, somada ao desenvolvimento de atividades econômicas ou a valorização da produção local são fatores que promoviam uma maior tendência à compra ou manutenção de cativos. A

¹³⁸ Robert Slenes aponta para essa influência do mercado nacional sobre os preços locais de escravos, especialmente sobre o Nordeste em: SLENES, Robert W. *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888*: Op. Cit.

atração do mercado interno, com a possibilidade de realizar lucros ao vender escravos ao Sudeste, onde seu preço era mais elevado, também foi outro fator que influenciou de perto os anúncios, como já se viu.

O estudo dessa variação no mercado, ligada à valorização dos produtos locais, à formação de preço do escravo na região e à influência do tráfico interprovincial de escravos, serão temas melhor vistos na conclusão deste capítulo. Com a análise de outras fontes, nos próximos itens dessa pesquisa, teremos um material mais rico para lançar questões a esse mercado.

Esses estudos ligados à economia e à oferta e procura de mercadorias e cativos, entretanto, não esgotam nossa discussão sobre a compra e venda de cativos. Como já foi dito, apesar de ser considerado legalmente como uma mercadoria, os próprios juristas reconheciam que os homens e mulheres escravizados eram “mercadorias peculiares”.

Apesar de se mostrar como uma tendência dominante durante quase todo o período do estudo, a opção pela venda, em alguns momentos, esteve mais ligada a problemas dos senhores com os escravos do que necessariamente a uma opção por outras formas de trabalho ou a necessidade de ganhos monetários. Denunciando problemas na hierarquia e no domínio senhorial, diversos anúncios apontam para características que a princípio, vendo pelos olhos de hoje, deveriam estar omitidas pelos senhores interessados na venda. Esse parece ter sido o caso de Liberato Francisco da Silveira. Em 1855, este senhor vende sua escrava com o seguinte anúncio:

Vende-se uma escrava sadia, sem vícios, bonita figura, sabendo lavar, engomar e cozinhar, e o mais serviço de uma casa, por ser muito fiel, o motivo da venda he por ella não querer servir; para tratar com o abaixo assignado e para vel-a na Cadeia d'esta Cidade.¹³⁹

Depois de anunciar as qualidades da escrava a ser vendida, coisa bastante comum, esse senhor aponta para a motivação deste negócio: a quebra de seu domínio sobre a escrava, que se negava a obedecê-lo. Mesmo depois de mandá-la para a cadeia, onde receberia a devida punição, o senhor não acreditou em uma possível mudança de comportamento da escrava. Nem o castigo ou a

¹³⁹ BPESC. O Conservador, n. 350, 21 de agosto de 1855.

ameaça de ser vendida para longe mudou a decisão da cativa de não mais aceitá-lo como senhor (ou a aceitar alguém como senhor, pois não sabemos até que ponto ia a decisão da escrava). Causa certa surpresa entre nós essa “propaganda negativa” que o senhor fez da cativa (que não queria mais servir), mas é ainda mais interessante o fato de que ao incluir essa informação, Liberato provavelmente não acreditava que ela prejudicaria o negócio. Talvez porque o comprador logo tocasse nesse assunto e pudesse conferi-lo com a cativa. Mas devo explorar a possibilidade de que os senhores acreditavam que mesmo tendo negado um senhor, a cativa ainda não teria se levantado contra sua condição, e a continuação da utilização dela como trabalhadora escravizada ainda se fizesse possível.

A vontade escrava, a aceitação de sua condição ou das condições de seu cativo, aparece também em outros momentos como uma necessidade para a boa convivência entre senhores e cativos. Em 1855, um anúncio sumário nos indica a necessidade dessa aceitação por parte do cativo: “Na casa n. 1 da rua do Ouvidor há para vender uma escrava, que pede para ser vendida.”¹⁴⁰ Esse caso parece bastante semelhante ao anterior, a não ser pelo fato do conflito entre senhor e escrava não ter atingido o ponto de ter de envolver o cárcere público.

Não foi incomum encontrar entre os anúncios casos de escravos que, no momento em que eram anunciados, estavam detidos na cadeia da cidade: “Vende-se um escravo de nação, de nome Thomaz; he bom padeiro e cosinheiro: quem o pretender dirija-se à rua do Menino Deus n. 22, e para o ver na Cadeia desta Cidade, prefere-se a venda deste escravo para fora da província.”¹⁴¹ Além de explicitar problemas com o cativo, que estava preso, o anúncio ainda nos permite observar como a presença desse escravo poderia incomodar ou atormentar o ex-senhor. Talvez devido ao pequeno tamanho da cidade, e ao temor de futuros encontros e conflitos com o cativo. O fato é que, se em algumas vezes os anúncios não chegam a apresentar queixas explícitas dos senhores, demonstram o desconforto com a presença dos cativos vendidos na região, caso também do anúncio

¹⁴⁰ BPESC. O Conservador, n. 373, 16 de novembro de 1855.

¹⁴¹ BPESC. O Novo Íris, n. 171, 14 de novembro de 1851.

que segue: “Vende-se para fora da Província, uma escrava crioula de vinte e tantos anos, sem vícios: quem a quizer comprar, dirija-se a esta typographia”.¹⁴²

Desses anúncios que deixam transparecer conflitos, apresentados até agora, a maioria é do início dos anos 1850. Sua ocorrência foi observada durante toda essa segunda metade do século, sem que esse registro tenha se tornado mais corriqueiro no fim do período escravista. Não consegui observar um aumento da tensão entre senhores e cativos através deles, somente uma resolução de conflitos através da venda explicitada em alguns poucos exemplos. É possível, contudo, que a facilidade de vender cativos para o mercado interprovincial tenha feito diminuir o número de vendas anunciadas, como já foi dito, e que com isso os registros de conflitos também tenham ficado subestimados. O fato é que a venda foi também utilizada de forma constante para a resolução de conflitos. E isso ocorreu durante todo o período estudado. A ameaça da venda e sua realização, para efeitos disciplinares, deixou sua marca na experiência de senhores e escravos na Ilha de Santa Catarina, tal qual ocorreu no restante do país.

Lembrando de toda a discussão realizada por Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade* a respeito da resistência dos escravos a sua venda para locais distantes, encontramos apenas um caso desta natureza relatado nos jornais de Desterro. De toda forma, é um relato bastante emblemático. Em 20 de dezembro de 1873, na seção noticiosa do jornal *O Conservador* o caso é colocado assim:

Tentativa de Suicídio – Pretendera suicidar-se hontem na ocasião de embarcar para o Rio de Janeiro, um crioulo do negociante Jorge de Souza Conceição. Motivou este acto de loucura, segundo consta, o engano de que se servirão para elle embarcar, persuadindo-lhe que ia para Canas Vieiras, o que dando logo por isso se lançou ao mar, sendo salvo pela tripulação do bote com muita dificuldade. A lei de emancipação devia ser mais benignus [sic], em favor desses infelizes; ás vezes o amor a ganância de obter-se na corte um alto preço, faz despresar e entorpecer os sentidos de humanidade, obrigando-se assim a esta classe desfavorecida a abandonar afeições caras; e até o amor do torrão em que nascerão que pode nella ser um sentimento muito natural. A lei de 28 de Setembro ainda não prevenio todas as eventualidades desta ordem, mas a sabedoria do governo imperial em que tanto confiamos há de dar a seu tempo remédio a estes males.¹⁴³

¹⁴² BPESC. O Conservador, n. 191, 24 de janeiro de 1854.

¹⁴³ UFSC/BU. O Conservador, n. 91, 20 de dezembro de 1873.

Através do suicídio, forma extrema de tentar definir o futuro de sua existência, o cativo em questão procurou interferir no curso que tomava a sua vida. É de um contraste incrível, talvez um bom exemplo das contradições que mexiam com a escravidão na época, o fato de apesar de reconhecer o amor e o apego do escravo à terra e às pessoas com quem convivia, o jornalista não ter se dado sequer o trabalho de ter colocado o nome deste indivíduo, descrevendo-o somente como uma propriedade de um comerciante.

O que vem novamente à tona com esta notícia é a possibilidade de o escravo atrapalhar o negócio quando as condições eram-lhe inaceitáveis. Semelhante ao caso dos irmãos Carlos e Ciríaco, tratado por Chalhoub, no qual os escravos se recusam a prosseguir ao embarque quando são informados que seriam mandados da Corte para o interior¹⁴⁴, é somente no momento em que descobre que será mandado para longe de casa que o cativo reage contra a situação. É importante observar como o comerciante procurou evitar problemas com o escravo ao esconder dele o destino que o aguardava, procurando ludibriá-lo o maior tempo possível. Essa aparente antecipação do comerciante a um problema ligado à resistência dos cativos ao envio ao Sudeste demonstra que pode não ter sido a primeira vez que algo desta natureza (talvez não nos mesmo termos) tenha ocorrido. Utilizar de um pretenso embarque para o Norte da Ilha, o que era corriqueiro e aceitável para o escravo, para tentar evitar confusões até colocá-lo dentro do navio, convenhamos, mostra o quanto este comerciante estava atento ao que pensavam os cativos no que se refere ao tráfico interno.

O jornalista responsável pela “Secção noticiosa” toca em pontos sensíveis da tensão que envolveu o tráfico interno de escravos: o rompimento com as afeições, parentes e colegas, possivelmente esposa e filhos, e o distanciamento de uma condição conhecida, de um amor à terra que é até meio “forçado” pelo escritor, mas que pode ser melhor entendido como o apego a condições de vida e trabalho conhecidas, e talvez até vistas como favoráveis em relação à região para a qual o cativo seria transferido.

¹⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 69-70.

Essas tensões humanas, contudo, não esvaziavam o leque de questões que o tráfico interno lançou aos seus contemporâneos. Tendo sua sabedoria cobrada pelo jornal, o governo imperial muitas vezes ficou no meio do fogo cruzado entre grupos de opiniões e interesses contraditórios. A relação do governo com o comércio inter-regional de escravos, sua proibição, taxaço ou regulamentação, que se somava às pressões e ações das diversas assembleias provinciais foi outra arena de luta importantíssima para entendermos as tensões envolvidas neste negócio, como se verá a seguir.

O comércio de escravos no legislativo.

Diversas obras já procuraram traçar a história da escravidão pelo ponto de vista da legislação brasileira. A leitura dos debates parlamentares mostrou aos historiadores de hoje a falta de um consenso e de uma linha de ação hegemônica no que tange a escravidão e o seu fim na segunda metade do século XIX. Diversas correntes de idéias estiveram em conflito durante todo o século para a decisão do que seria feito da escravidão no Brasil.

Jaime Rodrigues aborda em *O infame comércio* como a existência de uma série de correntes de pensamento levou a muitos debates sobre a proibição ou não do tráfico africano de cativos, mesmo depois de assumido o compromisso com a lei de 1831.¹⁴⁵ Até mesmo a revogação dessa lei esteve em pauta em 1837, mostrando a força dos grupos favoráveis ao tráfico. E se a luta no parlamento foi aos poucos sendo vencida, com o convencimento de que o país deveria cumprir o acordo com a Inglaterra, devido à pressão inglesa e ao fortalecimento do governo para conseguir aprovar tal decisão em 1850, fora do Parlamento ainda havia muito em disputa.

Em alguns momentos, observa Rodrigues, a população de determinadas localidades onde ocorriam os desembarques ilegais se colocou ao lado dos traficantes, contra a autoridade, brasileira

¹⁴⁵ RODRIGUES, Jaime. Capítulo 2 – Causas “irrealizáveis”, “impossíveis” e “impolíticas”. In: *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000. As disputas e idéias a respeito da abolição do tráfico africano de escravos já foram bastante discutidas pela historiografia nacional. Partindo disso, tento concentrar a discussão no objeto deste trabalho, o tráfico interprovincial de cativos e os desdobramentos desses debates em Santa Catarina.

ou inglesa.¹⁴⁶ Mais importante que isso, o autor acompanha como a imagem desses traficantes foi sendo modificada com o passar dos anos. A princípio, vistos como corajosos homens que desafiavam a autoridade e as forças inglesas em busca de algo que era do interesse do país, um esforço na imprensa e no parlamento, em processo que culminou em 1850, acabou por colocá-los como foras-da-lei e piratas.

Essas mudanças, divergências e disputas dentro do governo não foram privilégio das questões ligadas ao tráfico africano. Diversas questões ligadas a direitos como liberdade e propriedade entraram nos campos da disputa. Ou melhor, intensificaram essa presença. Como acompanha Sidney Chalhoub, as disputas judiciais a respeito da liberdade e do direito de propriedade sobre escravos tornaram-se, ao longo do século, um debate que trazia mais à tona nos tribunais questões e decisões políticas do que necessariamente de jurisprudência.

O comércio de escravos entre as províncias brasileiras também não deixou de causar polêmica entre os parlamentares brasileiros, especialmente entre os representantes da grande lavoura do Norte e do Sul do Império¹⁴⁷. Apesar de ocorrer há séculos, o tráfico interno nunca havia alcançado o posto de única forma legal de suprimento de mão-de-obra escravizada. Neste lugar de destaque, passou a ser alvo da atenção de parlamentares preocupados tanto com a extinção do trabalho escravo como com a manutenção dele.

De maneira mais imediata, o crescimento desse mercado interno trouxe à tona o medo do esvaziamento de mão-de-obra em algumas regiões do país. Com a diferenciação de preços de cativos e riqueza entre os senhores do país, a atração de escravos para algumas localidades colocou aos representantes de províncias menos prósperas desafios em relação à conservação da escravidão. Em diversas assembleias provinciais foram aprovadas leis que taxavam a saída de trabalhadores

¹⁴⁶ Idem, p.178-179. O autor cita casos em que a comunidade procurava interferir no trabalho de investigação sobre o tráfico e até mesmo uma ocorrência em que marinheiros ingleses foram atacados ao desembarcarem em uma região onde havia suspeita de tráfico ilegal de africanos.

¹⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império*. 1871-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 36.

escravizados para outras províncias. Em Santa Catarina, os deputados aprovaram no ano de 1852 uma taxa de 30 mil réis para cada escravo que fosse exportado da província¹⁴⁸.

A razão que levou os deputados catarinenses a votarem essa lei, contudo, parece não ter sido apenas a de impedir a saída de trabalhadores escravizados. Falando aos deputados provinciais, o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, aponta que “uma das razões que teve a Assembleia para decretar pela Lei 340, o imposto de 30\$000 réis sobre cada escravo, que sahir da Província parece-me, ter sido a de obstar o extravio da meia-siza, da qual se isentavão os compradores com as fingidas cartas de ordens dos vendedores.”¹⁴⁹ Utilizando-se de procurações, os negociantes, que na prática já eram proprietários dos cativos (pois já haviam pago a seus ex-senhores um adiantamento) não pagavam a meia-siza pela compra dos mesmos. Contudo, a elevação no preço dos cativos havia feito esta taxa de 30 mil réis perder seu valor, pois não mais correspondia, aproximadamente, à da quantia de 5% do preço do escravo devida para a quitação da meia-siza. Como o presidente da província observou que esta elevação nos preços devia continuar com o fim do tráfico, sugeriu então que aquele valor fosse elevado a 50 mil réis e somado a ele a meia-siza. Com isso, acreditava o presidente que ganharia a província, com o fim da sonegação, e os próprios compradores, que teriam em mãos documentos oficiais de propriedade. Sua idéia, entretanto, não foi acolhida pela assembléia, que manteve o valor.

O que transparece nessa fala do governador, é que a atitude dos deputados provinciais pela taxação não envolveu apenas questões ideológicas ligadas à manutenção dos trabalhadores escravos. A tentativa de manter a arrecadação da província, um problema recorrente em Santa Catarina, onde orçamentos deficitários foram quase a norma na segunda metade do século, parece ter tido um peso fundamental nessa decisão.

Lendo o corpo da lei 340, o que se observa realmente é uma preocupação em evitar a sonegação do imposto. Diversos mecanismos são estabelecidos ali para tentar barrar essa saída. O

¹⁴⁸ Através da lei provincial n 340, de 3 de abril de 1852. Coleção de Leis da Assembléia Provincial de Santa Catarina. Centro de Memória da ALESC.

¹⁴⁹ Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por occasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853, p. 22.

escravo somente poderia sair da província sem pagar a taxa sendo acompanhado pelo senhor, e este deveria ter a intenção de retornar com o cativo, caso contrário seria taxado. Na prática, contudo, essa fiscalização não parece ter sido tão aplicada, e o subterfúgio das procurações continuou a ser usado para burlar as taxações.

A intenção de impedir ou ao menos dificultar a saída de escravos através das taxações sobre a saída destes das províncias, não foi o único meio utilizado para tentar evitar esse esvaziamento. A ameaça da drenagem de braços para o Sudeste criou um forte impacto sobre fazendeiros de algumas províncias. Mesmo regiões tradicionalmente identificadas com o trabalho escravo, com grandes plantéis, sentiram-se ameaçadas com essa disputa por braços. Segundo Evaldo Cabral de Mello,

As províncias do norte tentaram agir inicialmente através de suas assembleias provinciais, seguindo o exemplo de Pernambuco, onde se criara um pesado imposto local sobre os escravos transportados para outras províncias. Mas por volta de 1854, tornara-se evidente que a medida era insuficiente para frear o comércio inter-regional. É então que se recorre ao Governo imperial. O projeto apresentado por João Maurício Wanderley à Câmara dos Deputados proíbe o tráfico interprovincial e prevê a aplicação das mesmas penas estabelecidas pela lei Eusébio de Queiroz para o tráfico africano.¹⁵⁰

As dificuldades impostas por essa disputa, que se ampliavam devido a condições desiguais dos competidores por mão-de-obra, criaram as condições iniciais de uma tensão que percorreu boa parte da segunda metade do século: uma constante desconfiança e cobrança das atitudes entre as províncias do Norte e do Sul do Império. No momento da proposta de Wanderley (futuro Barão de Cotegipe¹⁵¹), não houve consenso na Câmara, nem mesmo entre os representantes do Norte, e seu projeto acabou sendo deixado de lado.¹⁵² A impossibilidade de barrar o tráfico interno pelos impostos, devido à valorização do preço dos cativos, levou alguns dos representantes do Norte a

¹⁵⁰ MELLO, Op. Cit., p. 38.

¹⁵¹ “Foi Deputado Geral pela Bahia e presidente da província da Bahia (1852-1855). Bacharel em Direito e diplomata, ocupou também os cargos de Presidente do Banco do Brasil, de Juiz dos Feitos da Fazenda e de Juiz municipal (...) Foi um dos líderes do Partido Conservador, tendo levado a Lei dos Sexagenários à sanção de Dom Pedro II.” Texto retirado de: <http://www.senado.gov.br/comunica/historia/cotegipe.htm>, acessada no dia 24 de outubro de 2005.

¹⁵² Aparentemente o projeto não foi sequer discutido. Nas atas da Câmara de Deputados, consta a apresentação do projeto (que é bastante sumário) que não é acompanhada de nenhuma fala ou discussão.

tentar uma intervenção do Império na matéria, o que não tiveram força para realizar. E não foi a única tentativa nesses termos:

Em 1856, outro parlamentar baiano, José Augusto Chaves, aproveitara-se do debate em torno da reforma hipotecária para aventar a idéia da “localização” do escravo, prendendo-o ao solo e transformando-o em servo, idéia que tampouco prosperou.

Desde então a grande lavoura nortista desinteressou-se da proibição do comércio inter-regional de escravos. Essa atitude tornou-se especialmente evidente na década de 1870 quando representantes sulistas começaram a agitar no Parlamento a necessidade da abolição do tráfico.¹⁵³

Essas tentativas frustradas, somada a uma possibilidade de algum ganho com as vendas de escravos, logo fizeram os representantes do Norte desistirem de tentar alguma ação no parlamento. E o comércio interprovincial de escravos seguiu seu curso sem maiores questionamentos até a década de 1870.

Em Santa Catarina, as ações em relação à questão do tráfico interno também acabaram por se restringir à taxação da saída de cativos até a década de 1870. Já em 1855, essa taxa teve seu valor aumentado para 120 mil réis¹⁵⁴, talvez com intenção de acompanhar a elevação do preço dos cativos (colocada pelo presidente Coutinho em 1853), ou somente pela possibilidade de arrecadar mais com essa elevação.

Além disso, o único debate controverso sobre esta taxação de escravos foi quanto à aplicação do montante arrecadado. Em 1869, uma assembléia majoritariamente conservadora aprovou um projeto que estabelecia que a quantia arrecadada pelo imposto de saída de escravos deveria ser destinado ao fundo de emancipação de escravos da província¹⁵⁵. No ano seguinte, uma assembléia liberal, preocupada principalmente com a questão da arrecadação e do acúmulo de

¹⁵³ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 38.

¹⁵⁴ Comparativo de arrecadação de impostos (Mappa D) anexado a Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1859.

¹⁵⁵ Fundos de Emancipação foram formas comuns de ação visando a libertação de cativos respeitando os ditames das regras escravistas vigentes na sociedade brasileira. Eram normalmente constituídos pelo Estado, imperial ou provinciais, realizando a compra da liberdade de cativos que eram classificados em listas com a anuência de seus senhores. Foi estabelecido e regulado um fundo nacional através da lei de 1871, mas as províncias continuaram a ter fundos próprios. Para maiores informações: DAUWE, Fabiano. Op. Cit..

déficits pelos cofres provinciais, revogou essa medida. A arrecadação desse imposto voltou a ser destinada ao tesouro da província, sem vinculação à emancipação.

Diferenças de visão sobre o emancipacionismo e a preocupação constante com os problemas orçamentários parecem ter sido as principais questões debatidas. O parecer da comissão de fazenda e orçamento da Assembléia Provincial, publicado em 1877, ainda mostrava dúvida se “a saída dos escravos da província é um mal ou um bem”, mas mesmo assim decidia aumentar este imposto devido à situação “pouco próspera” que as finanças provinciais atravessavam.¹⁵⁶ Destinar as verbas obtidas (a arrecadação deste imposto, entre 1855 e 1860, anos dos quais temos informações pelos relatórios dos presidentes da província, totalizou 15:711\$000 réis)¹⁵⁷ para um uso específico enquanto o quadro da arrecadação era problemático pareceu inconcebível aos liberais, mesmo se tratando de questões de emancipação. Em vez de uma função prática na manutenção de plantéis ou na política escravista mais ampla, a preocupação dos políticos catarinenses com a saída dos cativos parecia estar mais ligada a problemas de ordem orçamentária, vendo essa saída como fonte de recursos para os cofres provinciais.

Um conflito envolvendo a cobrança dos impostos relativos à saída de escravos, apesar de não ter ocorrido em Desterro, permite-nos ter uma melhor noção de como funcionava essa arrecadação. Para que os escravos pudessem transitar de uma província para outra, era necessário que recebessem um passaporte dado pelo delegado de polícia da região. Em 1870, em ofício enviado ao presidente da província, o delegado de São Francisco do Sul (no Norte da província) se queixou do coletor de impostos local. Segundo o delegado, ele mesmo teve de recolher a taxa do imposto de saída do cativo Bazílio e depois disso passou o passaporte para a saída deste da província. O passaporte havia sido negado pelo coletor, porque este acreditava que haviam

¹⁵⁶ O Conservador, n. 418, 21 de abril de 1877.

¹⁵⁷ Falla que o presidente da província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1859 (Mappa D); e Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos 'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura (Mappa F).

irregularidades na situação do cativo e que o delegado estava sendo omissos ou mesmo cúmplices dos sonegadores de impostos.¹⁵⁸

A situação era a seguinte: Antonio Lopez de Souza, senhor do crioulo Bazílio, descontente com a ociosidade deste, resolveu vendê-lo. Passou uma procuração ao negociante Caldeira, para que este negociasse o cativo no Rio de Janeiro. Acontece que ao ficar sabendo que seria vendido, Bazílio se revoltou e acabou preso. Com receio da atitude do escravo, Antonio deixou Bazílio na casa de Caldeira até o momento do embarque. Segundo o relato, neste momento Antonio pediu e recebeu um adiantamento de Caldeira pela venda do escravo. Quando foi pegar o passaporte para a viagem do escravo, Antonio foi surpreendido pelo coletor, que negou o passaporte, afirmando que Antonio havia vendido o escravo a Caldeira, e que portanto, ainda devia a meia-siza sobre o escravo.¹⁵⁹

Nesse momento o delegado foi envolvido através da reclamação de Caldeira e Antonio. O próprio delegado decide arrecadar o imposto e emitir o passaporte para o cativo, que foi embarcado por Caldeira para ser negociado, no Rio, pela Portella & Cia. Assim, a intromissão do delegado permitiu a realização do negócio, sem que fosse necessário o pagamento da meia-siza.

Na mesma época, Caldeira foi acusado pelo mesmo coletor de ter comprado o escravo Luiz de Henrique Dettmer, e não ter pago nem meia-siza nem imposto de saída. Segundo ofício de Henrique Dettmer, encaminhado ao presidente da província, a questão tinha se desenrolado da seguinte forma: tendo comprado e ensinado ao escravo Luiz o ofício de sapateiro, incomodou-se por estimar e tê-lo tratado como um filho e ver-se irritado com pequenas rebeldias do cativo. Certo dia, quando foi corrigi-lo, o escravo teria se engalfinhado com o senhor. Não querendo surrá-lo, nem tê-lo em casa, decidiu entregar Luiz ao senhor Antonio Francisco Caldeira. Este poderia tê-lo a bordo ou vendê-lo, caso não se corrigisse. Para isso, passou uma procuração a Caldeira. Ocorreu que Luiz foi negociado no Rio por Portella & Cia. Ao retornar, quando tentou pagar a taxa de saída, o coletor não aceitou, reclamando também a meia-siza.

¹⁵⁸ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Catálogo Seletivo de Documentos Referentes à Escravidão. Ofícios dos Delegados de Polícia para o Presidente de Província. 1870/1883, p. 3.

¹⁵⁹ Idem, p. 5.

Infelizmente não temos a conclusão do caso. A princípio os negócios se desenrolaram normalmente. Nas duas situações, fica claro como os problemas de relacionamento entre senhores e cativos influenciavam a decisão da venda. Ou pelo menos o discurso que os dois senhores manipulam, apresentando-se como bons senhores. E também transparece a decisão do escravo (no caso de Bazílio), reagindo violentamente ao saber da notícia da venda. O interessante no caso de Luiz é observar como seu senhor deixa-o com Caldeira por um período, pelo menos é o que diz no ofício, sem compromisso, um verdadeiro período de teste, em que o negociante pode ficar com o escravo e ver se o mesmo se ajustava às suas necessidades.

A atuação do coletor, rígida ao exigir o pagamento dos dois tributos, contrastando com a do delegado, que recolhe a taxa e arranja a saída do cativo, deixa-nos a questão de até que ponto a exigência da arrecadação dependia mais do esforço dos coletores, e de seu conhecimento das relações comerciais na cidade, do que de uma vigilância pontual no embarque dos cativos. Mesmo com a exigência do passaporte para a saída dos escravos, temos a impressão que ficava muito a cargo dos esforços das autoridades fiscais a realização dessas cobranças.

A década de 1870, na qual as transferências internas de cativos atingem seu auge, traz novas questões relacionadas a este negócio, em grande parte devido ao volume de escravos transferidos. Robert Slenes aponta que somente no período entre 1870 e 1881, atingiram os portos do Sudeste (especialmente Rio de Janeiro e Santos), cerca de 10 mil escravos por ano¹⁶⁰, vindos principalmente do Nordeste. Essa transferência, além de causar diversos problemas para a relação entre senhores e escravos devido a experiências diferenciadas, como visto no capítulo anterior, mexeu também com a distribuição escrava entre as regiões brasileiras. Nesta época, segundo o censo de 1872, as 3 grandes províncias compradoras de cativos, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, passaram a concentrar 2/3 de todos os escravos existentes no país¹⁶¹.

É de suma importância para entender a dinâmica que levou ao fim do comércio interprovincial de cativos perceber a mudança de posições entre o Sul e o Norte. Depois de meados

¹⁶⁰ SLENES, Robert. W. Op. Cit., p. 124.

¹⁶¹ MELLO, p. 41.

da década de 1850, o Norte aceita seu lugar como vendedor de escravos, retirando lucros dessas vendas, enquanto o Sul (Sudeste), carente de braços, usa essa mão-de-obra para manter e expandir seu plantéis de escravos. Contudo, como coloca Evaldo Cabral de Mello, essa convergência de interesses foi bastante fugaz¹⁶². Com o aumento das transferências ao longo da década de 1870, invertem-se as posições das regiões no que tange a limitação ou proibição do comércio inter-regional de escravos:

Completara-se a inversão das posições regionais. Ao passo que o norte, atingido pela crise econômica do decênio de 1870, tem no tráfico um recurso com que financiar suas perdas, o sul, preocupado com o crescimento do comércio em decorrência daquela crise, começa a temer os efeitos da desproporção da escravaria existente, numa e noutra região, sobre a estabilidade do regime escravocrata.¹⁶³

A década de 1870 marca assim uma divisão importantíssima na questão do comércio interno; ao mesmo tempo em que atinge seu auge, as transferências realizadas e a concentração regional da propriedade escrava delas decorrente provocam uma crise nas províncias importadoras, que passam a questionar esse comércio. Para as províncias do Norte, antes receosas da drenagem de braços escravos, a existência de mão-de-obra livre em grande número proporciona a substituição dos cativos. Além disso, devido à crise na economia algodoeira e a queda no preço internacional do açúcar, somada à grande seca de 1877-79, a possibilidade de vender escravos a preços altos era uma excelente forma de conseguir recursos em uma conjuntura de crise.¹⁶⁴ Com isso, expande-se a transferência de mão-de-obra escravizada.

Na província de Santa Catarina, a ação de comerciantes ligados ao comércio interprovincial de escravos também se intensificou nesta época, como vimos anteriormente. Nessa assembléia provincial, a intensificação desse comércio não passou despercebida. Enquanto no Sudeste, especialmente em São Paulo, as tensões advindas da transferência de cativos, com aumento de crimes e conflitos nas fazendas, chegou a construir entre os fazendeiros a idéia do “negro mau

¹⁶² MELLO, p. 40.

¹⁶³ MELLO, p. 41.

¹⁶⁴ MELLO, p. 47.

vindo do Norte”, em Santa Catarina os problemas disciplinares também parecem ter sido acirrados por este comércio.

Falando à assembléia provincial no ano de 1876, o deputado João José Pinheiro¹⁶⁵ lançou à assembléia o seu projeto de proibição da saída de escravos da província. Iniciou questionando a razão para a fraqueza da lavoura da província, e apontou como resposta a falta de braços, pois os escravos, que trabalhavam esta terra, estavam sendo vendidos. Depois disso, criticou os

especuladores que fazem commercio com carne humana, commercio que nem é honroso, nem humanitário para quem delle usa. Não é honroso, Sr. Presidente, por que esses especuladores procurão sempre illudir as repartições fiscaes, em prejuizo de nossas rendas; não é humanitário porque com elle, separão-se os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos, entes que na familia são bem caros; separação Sr. Presidente, que muitas vezes equivale a morte, pó que esses entes jamais se avistão. (O Sr. Deputado Caldas: *apoiado, muito bem.*)¹⁶⁶

Em seguida, Pinheiro criticou os agentes desses comerciantes, que diante da ganância, passavam a seduzir os escravos:

Estes assim seduzidos, começam por desagradar os seus senhores, tornando-se malandros e insubordinados, de modo que os senhores para não se encommoarem mais com os escravos, visto que elles não lhes querem mais obedecer, vêem-se na necessidade de os vender: então o agente tem conseguido seu intento; o escravo vai logo parar nas mãos desses especuladores que ou mandão ou vão com elles barra fora em procura dos mercados do Rio de Janeiro ou S. Paulo, onde os vendem por bom preço.¹⁶⁷

Depois de apresentar esta estratégia dos agentes, o deputado apresentou um caso concreto, ocorrido em sua freguesia, Canasvieiras. Segundo ele, havia ali um lavrador, dono de um sítio e alguns escravos, que se empregava na lavoura junto com eles e produzia o suficiente para sua subsistência e um pequeno excedente comercializável. Isso durou até o dia em que ele mandou os cativos realizarem certo serviço e esses se recusaram. Ao repreendê-los, eles tornaram-se insubordinados e planejaram contra a vida do senhor, que foi avisado a tempo por uma escrava fiel.

¹⁶⁵ PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 617-618.

¹⁶⁶ UFSC/BU. O Conservador, n. 321, 12 de abril de 1876.

¹⁶⁷ Idem.

Pergunta o deputado o que teria causado essa mudança nos cativos, que até aquele dia eram obedientes e tratados como filhos pelo senhor. O deputado acredita que a culpa era dos agentes dos comerciantes, pois assim que o senhor, desgostoso com os escravos, decidiu que iria vendê-los, apareceram os agentes para realizar a compra.

Manejando uma série de construções ligadas a ideologia do domínio senhorial, como a figura do bom senhor que trata os escravos como filhos, e a questão da falta de braços e da necessidade os escravos, o deputado Pinheiro demoniza os agentes e especuladores. Critica-os por estarem tumultuando a província, tirando a paz e a tranqüilidade do senhores, que podiam ter seus escravos jogados contra si por esses negociantes. Como defensores da ordem e do bem estar dessa população, diz o deputado, restaria à assembléia proibir o tráfico interno, ou ao menos dificultá-lo ao máximo. Contudo, apesar de certo apoio nas interrupções dos demais deputados, o projeto não foi aprovado e a questão do comércio interno continuou na mesma situação. Talvez devido ao receio da perda da arrecadação dos impostos, ou mesmo do problema de congelar a propriedade escrava através da proibição dessa venda, o que poderia ser impopular, marcando uma interferência sobre o direito à propriedade.

No Parlamento, as discussões sobre a proibição do tráfico interno não avançavam, agora por interesse dos representantes do Norte. As tensões acerca da distribuição escrava se acirravam no fim da década de 1870, e para os mais pessimistas, a criação de uma divisão entre províncias escravistas e livres poderia gerar uma divisão no país, e o próprio Imperador temia a reedição, no Brasil, do conflito que levou os Estados Unidos à guerra civil.¹⁶⁸

Frente à imobilidade do governo imperial, a solução para o tráfico interprovincial foi encontrada pelas assembléias provinciais das três grandes províncias importadoras.

Em 1881, graças aos impostos provinciais, o comércio inter-regional estava praticamente morto. No ano seguinte, Cristiano Ottoni constatava que “as casas de comerciantes que se ocupavam com esse gênero de negócios fecharam as portas, e

¹⁶⁸ MELLO, Op. Cit., p. 41.

hoje são raras as vendas”. Entretanto, só em 1885, pela lei Saraiva-Cotegipe, o Parlamento do Império abolirá finalmente o tráfico interprovincial.¹⁶⁹

Assim, o tráfico interno de cativos teve seu fim graças à iniciativa dos próprios compradores. Na Assembléia catarinense, essa quebra no tráfico demorou um pouco a ser observada, e no orçamentos da década de 1880, no ano fiscal de 1882-83 vemos o registro da última saída, com uma arrecadação de 500\$000 réis (200\$ por escravos e 150\$ por escravas). Nos anos seguintes nada é observado. No orçamento 1884-85, ainda é orçada uma renda de 2:000\$, mas não se observa nenhuma arrecadação do imposto de saída.

Nos últimos anos da escravidão, a Assembléia pareceu aproveitar a perda de legitimidade e expectativa sobre essa instituição para criar algumas taxações. Em 1881, criou um imposto de 40\$000 sobre a venda ou doação de escravos. A arrecadação dessa taxa nos permite observar como mesmo sem o tráfico interno e com a possibilidade do fim da escravidão sendo apresentada, continuaram os negócios com trabalhadores escravizados.

Tabela 3 - Arrecadação do imposto sobre venda ou doação de escravos (40\$000).

1881-82	200\$000
1882-83	3:000\$000
1883-84	120\$000
1884-85	2:200\$000
1885-86	2:720\$000
1886-87	3:120\$000

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província à Assembléia Provincial (1840-1888).

O que se observa, mesmo com flutuações gigantescas em dois anos, é uma continuidade nos negócios com escravos até os últimos momentos. Fica a questão de como os contemporâneos viam o horizonte que se colocava à propriedade escrava e a viabilidade de se adquirir escravos em um momento de crítica nacional a essa instituição, de visível desagregação da mesma.

Foram também criadas taxações sobre os comerciantes de escravos e sobre as procurações para a venda de escravos, que acabaram sendo bem menos prósperas do que a medida anterior. Aparecendo no orçamento de 1885-86, nada foi arrecadado na taxa sobre comerciantes. Sobre as

¹⁶⁹ Idem, p. 55.

procurações, em 1884-85, 20\$000 réis foram arrecadados, sendo cobrada uma taxa de 1\$000 por procuração. No ano seguinte, aumentada para 10\$000, foram arrecadados 30\$000, sendo a última entrada observada.

De maneira geral, o que se observou nas medidas tomadas pela Assembléia de Santa Catarina sobre o comércio interno, foi muito mais uma preocupação com a arrecadação do que necessariamente com a proibição da saída ou criação de graves impedimentos à exportação de escravos. A fiscalização da saída de cativos para a cobrança do imposto parece não ter sido eficiente a ponto de evitar o subterfúgio de utilizar as procurações como meio de não efetuar o pagamento da meia-siza sobre a transferência de escravos. E dessa forma, mesmo com a cobrança de impostos que se observava também em outras províncias, o comércio interno de cativos incorporou Santa Catarina neste mercado.

Os escravos no movimento do porto.

Outra forma de observarmos a movimentação de escravos indo e vindo através do tráfico interno é a movimentação nos portos na segunda metade do século. Ao longo do período, em diversos periódicos, a movimentação diária do porto de Desterro era publicada, com a indicação do nome e algumas características das embarcações, seus capitães, rota, carga e passageiros. Infelizmente, esses registros não formam uma seqüência perfeita. Em diversos anos eles deixaram de ser apresentados, e em outros a informação se resumiu ao nome da embarcação, capitão e carga, sem discriminar os passageiros, o que não nos permite observar escravos e negociantes entre eles. Assim, não temos condições de obter informações pessoais dos que viajaram de navio em longos períodos do século XIX. Nossas informações começam em 1849, indo até 1851 com certa regularidade. A partir daí, temos registros esparsos até 1853 e de 1861 e 1862. O quadro volta a se constituir em 1869, 1870 e 1871, para se perder novamente e só voltar em 1878, com registros

esparsos em 1879 e 1880¹⁷⁰. Com isso, fica bastante prejudicada a análise do movimento de cativos através dos portos. Contudo, acredito que ainda pode nos fornecer informações úteis para melhor entender o quadro geral do impacto do comércio interno de escravos em Santa Catarina.

Nas descrições existentes, conseguimos perceber embarques e desembarques não somente de escravos, mas também de senhores com cativos e negociantes ligados ao tráfico interno. Utilizando as informações retiradas dos anúncios para identificar os nomes de comerciantes envolvidos, conseguimos perceber a presença de apenas um deles em idas e vindas de navio: Manoel Antonio Victorino de Menezes. O restante dos comerciantes parece voltado apenas ao envio de cativos por navio, sem acompanhá-los.

Ao longo do século, percebemos a continuidade da movimentação de senhores acompanhados por seus cativos. Entre os anos analisados, 112 escravos entraram pelo porto de Desterro acompanhados de seus senhores, enquanto 140 fizeram o caminho oposto. Cabe ressaltar que em alguns momentos, as pessoas que acompanham os cativos podiam não ser seus proprietários, sendo comerciantes ou agentes desses, que viajavam para realizar um negócio. Procurei então observar repetições nos nomes das pessoas que viajavam com cativos. Contudo, minha pesquisa não resultou em novidades. Apenas Victorino de Menezes aparece nas viagens estando ligado ao tráfico interno. Nesses registros, encontramos em 1871 que o vapor *S. Francisco* partiu para o Rio de Janeiro no dia 19 de Janeiro, e na listagem de passageiros publicada vamos encontrar o senhor Victorino de Menezes e 5 escravos.¹⁷¹ Em 1879, conseguimos acompanhar mais de perto uma de suas viagens, pois no dia 29 de outubro vemos Victorino partir para o Rio de Janeiro acompanhado de 7 escravos e depois retornar sozinho no dia 15 de Novembro¹⁷². No ano seguinte ele faz operação parecida, indo novamente com 7 escravos para o Rio de Janeiro no dia 11 de março, a bordo do vapor *Canova* e retornando sozinho no dia 28¹⁷³.

¹⁷⁰ Entre esses anos, foram coletados 163 registros de entrada e saída de navios com escravos no porto de Desterro.

¹⁷¹ O *Despertador*, n. 834, de 24 de Janeiro de 1871.

¹⁷² O *Despertador*, n. 1736 e 1741, de 29 de outubro e de 15 de novembro de 1879, respectivamente.

¹⁷³ UFSC/BU. O *Despertador*, n. 1775, 13 de março de 1880.

Além das viagens desse negociante, podemos observar o movimento de muitos senhores com cativos, alguns aparentemente de mudança. No ano de 1850, vemos entrando em Desterro, vindo do porto do Rio de Janeiro o vapor *Imperatriz*, que traz a bordo João José Coutinho, que assume o cargo de presidente da província, acompanhado de 7 escravos¹⁷⁴. De forma semelhante, no ano anterior, o Senador Mafra embarca em direção ao Rio de Janeiro acompanhado de 4 escravos¹⁷⁵. O mesmo se dá com Manoel Antonio Marques de Faria, que viaja com a família e 4 escravos para o Rio de Janeiro no ano de 1870.

Além dessas informações, temos alguns acontecimentos episódicos, como escravos sendo acompanhados por policiais. Em 1870, Adão, escravo de Custódio Pereira Saraiva, desembarca vindo do Rio de Janeiro, acompanhado por um policial¹⁷⁶. No ano seguinte, é Francisco quem chega do Rio também escoltado por policial¹⁷⁷. Resta-nos saber por que esses cativos foram acompanhados. Seriam eles fugitivos sendo trazidos de volta ou criminosos com pena de remoção do Rio de Janeiro? As limitações da fonte nos impedem de atingir essa resposta.

Alguns cativos parecem viajar sozinhos, como Joaquim, escravo de Domingo Luis do Livramento, que vai e volta do Rio de Janeiro, aparentemente sem a companhia do senhor no ano de 1850. Tendo retirado passaporte para a viagem no dia 8, ele parte no vapor *Natividade* no dia 20 de fevereiro e retorna no mesmo navio dia 6 de abril.¹⁷⁸

A importância da ligação de Desterro com o Rio de Janeiro é reforçada quando se leva em consideração que, dos 252 escravos que acompanharam passageiros nos registros esparsos entre 1849 e 1880, 100 foram para esta cidade e 80 vieram dela. Rio Grande, o segundo maior porto de saída dos passageiros com escravos que desembarcaram em Desterro, com 25, recebeu a visita de apenas 13 escravos que acompanhavam seus senhores. Para Santos, de onde entraram apenas 2

¹⁷⁴ BPESC. Conciliador Catharinense, n. 75, 23 de janeiro de 1850.

¹⁷⁵ BPESC. Conciliador Catharinense, n. 63, 12 de dezembro de 1849.

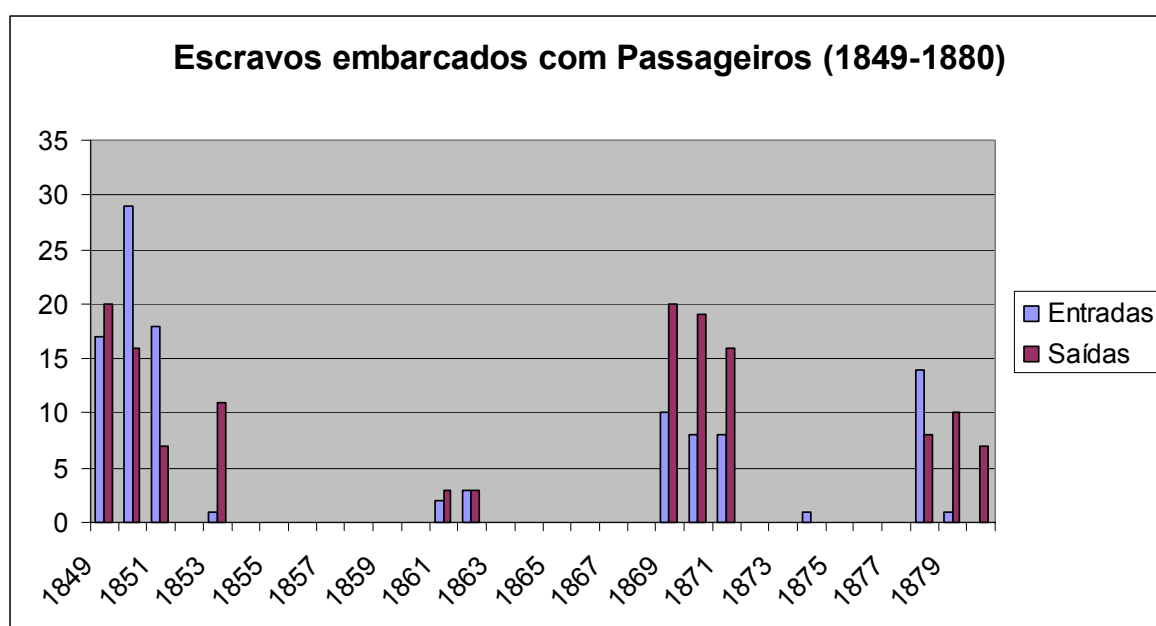
¹⁷⁶ UFSC/BU. O Despertador, n. 775, 01 de julho de 1870.

¹⁷⁷ UFSC/BU. O Despertador, n. 869, 26 de maio de 1871.

¹⁷⁸ Os passaportes eram exigidos para que se pudesse transitar entre as províncias. Tentei localizar os registros de emissão de passaportes para conseguir maiores informações sobre o movimento do comércio de escravos, porém não consegui localizá-los. Consegui apenas alguns registros em jornais, mas tratando-se de uma série muito reduzida, não foi possível a obtenção de maiores informações. BPESC. Conciliador Catharinense, n. 83 e n. 95, 20 de fevereiro e 06 de abril de 1850, respectivamente.

cativos acompanhando seu senhor, 16 escravos foram enviados com acompanhantes. Esse desequilíbrio, levando em consideração a ocorrência de negócios de pelo menos um comerciante de escravos catarinense com a cidade¹⁷⁹, deixa a impressão de que essas viagens fazem parte do transferência de cativos entre as províncias.

De toda forma, um gráfico com a entrada e saída de escravos acompanhados de escravos segundo o ano, permite que vejamos como se distribuiu essa movimentação na segunda metade do século:



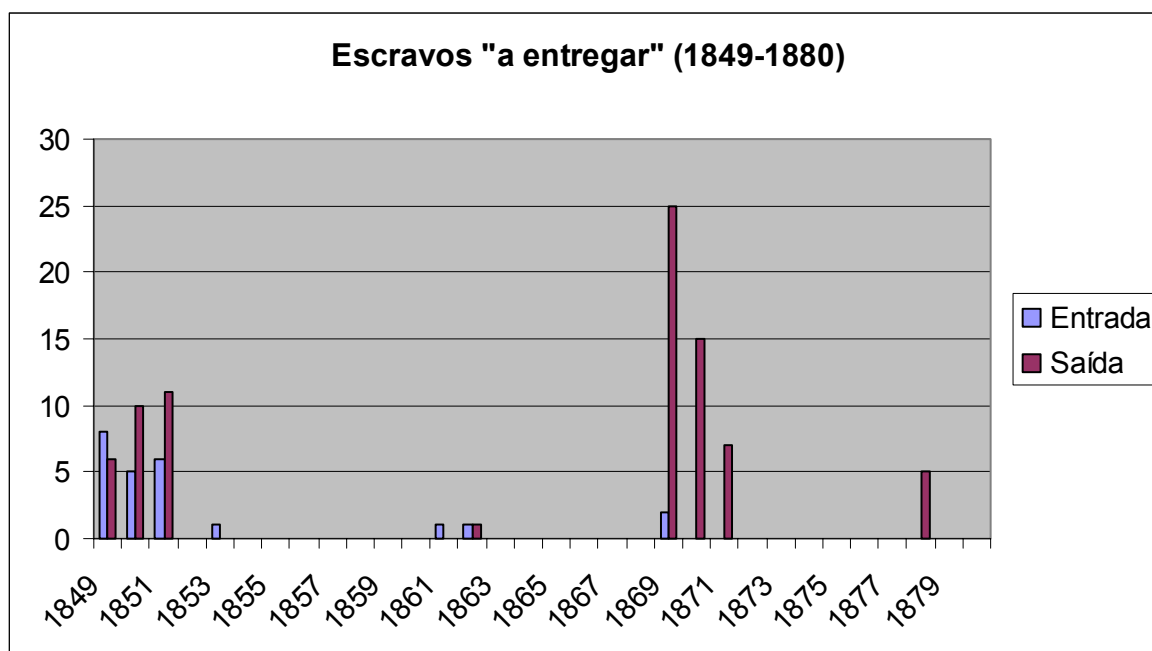
Fonte: Relatórios de movimento do porto de Desterro publicados nos jornais (1849-1888).

O pequeno número de registros permite-nos acompanhar as viagens ao longo de apenas alguns anos. Observa-se que não houve uma grande variação na ocorrência das viagens com o passar do tempo. Senhores continuam a levar seus escravos consigo do início ao fim do período, mas não temos condições de estabelecer com clareza se estes eram levados para comercialização ou se só acompanhavam os proprietários. Perceber a influência do tráfico interno nessas viagens com os próprios senhores, apesar dele ocorrer, como já vimos, é bastante frágil. Em alguns anos, a mudança de uma pessoa com muitos escravos, como é o caso de João José Coutinho em 1850, pode

¹⁷⁹ Victorino de Menezes tem negócios nesta cidade, viajando para ela em 1869 com 4 escravos. BPESC. O Despertador, n. 705, 30 de outubro de 1869.

provocar uma grande alteração no número total de entradas. Contudo, a tendência geral de saída de escravos nos anos 1870, que pode ser confirmada pelos anúncios de compra para fora da província, pode ser também observada aqui, com as saídas superando largamente as entradas. Fica a questão do início do período. Pois, por esta lógica, teria havido entrada de cativos até 1852.

O tráfico interprovincial de escravos, contudo, fazia-se predominantemente por outro meio. Os escravos não eram embarcados com passageiros. Como apontado no capítulo anterior, a categoria de escravos “a entregar”, cativos que viajavam sozinhos e deveriam ser entregues a determinadas pessoas no porto de chegada, parece ter sido a forma utilizada pela maior parte dos comerciantes para enviar os cativos ao seu destino. Como Robert Slenes coloca em seu estudo *The demography and economics of Brazilian slavery*, quase sempre os cativos mandados “a entregar” no porto do Rio de Janeiro eram escravos postos à venda¹⁸⁰. Desse modo, seguir as indicações dos escravos “a entregar” parece ser um bom modo de procurar cercar os movimentos do tráfico interno de escravos em Desterro. Tabelaando esses registros, chegamos ao seguinte quadro:



Fonte: Relatórios de movimento do porto de Desterro publicados nos jornais (1849-1888).

¹⁸⁰ SLENES, Op. Cit., p. 123.

O gráfico acima corrobora muitas das idéias correntes acerca do tráfico interno. O ápice da saída de escravos “a entregar” deu-se exatamente na década de 1870, apontada como o ponto máximo do tráfico interno. A saída de cativos é quase absoluta nestes anos, com uma entrada de 2 escravos em 1869. No período todo, 80 escravos “a entregar” foram enviados para fora da província. 71 deles foram para o Rio de Janeiro, confirmando mais uma vez a importância da ligação dessa praça com Desterro. Dos restantes, 8 foram para o Rio Grande e 1 para Santos.

Essa importância da Corte como parceiro comercial aparece também na relação de escravos entregues em Desterro. Dos 24 escravos vindos de outros portos neste período, 20 eram oriundos do Rio de Janeiro, 3 do Rio Grande e 1 de Paranaguá. E novamente observamos a maior introdução de cativos na região ainda nos primeiros anos da vigência da proibição do tráfico africano. Dezenove dos 24 escravos que foram entregues no porto de Desterro o foram entre 1849 (8), 1850 (5) e 1851 (6). O maior número no ano de 1849 parece deixar clara uma intenção de trazer cativos enquanto eles ainda eram mais acessíveis. Não tendo acesso aos dados dos anos anteriores, não conseguimos ver se ocorreu uma intensificação dessa compra devido à expectativa do fim do tráfico africano ou se esse número encontrava-se dentro das transferências normais realizadas entre Desterro e o seu principal porto fornecedor de cativos.

Dos registros do porto de Desterro conseguimos extrair algumas informações importantes sobre o comércio interno de escravos. Primeiramente, os dados corroboram a participação de Desterro no mercado nacional de escravos. A seguir, deixam claro o impacto da intensificação do tráfico interprovincial na década de 1870 na transferência de escravos da região para o Sudeste. Por último, mostram que com o término iminente do tráfico africano em 1849 e mesmo com o fim deste nos dois anos seguintes, os senhores de Desterro ainda procuraram adquirir escravos.

Considerações sobre o comércio de escravos em Desterro.

O que se observou ao analisarmos diferentes séries de fontes sobre o comércio de escravos foi sua continuidade durante grande parte do século XIX. As necessidades de mão-de-obra ou de recursos promoveram grandes transferências de escravos entre senhores de diferentes regiões do país e mesmo dentro dessas regiões. Desterro, uma pequena capital provincial, não estava fora desse mercado. A simplicidade, pra não dizer omissão, com que este negócio foi tratado até o momento não deve esconder o fato de sua presença ter sido cotidiana, marcando a sociedade local.

Analisando este comércio, destacou-se a necessária divisão entre o mercado local e o nacional de escravos. O estudo da inserção de Desterro no tráfico interprovincial de escravos não pode deixar de lado a presença do comércio local. Este esteve marcado pela procura de cativos motivada mais diretamente por necessidades específicas de mão-de-obra, deixando transparecer também problemas de disciplinas dentro da própria ordem escravista. Indisciplinas, insubordinação, o “não querer mais servir ao senhor”, essas questões aparecem nos enunciados de alguns dos anúncios locais. A necessidade de profissionais para cuidar da lavoura, de uma casa, “que entendam de padaria”, marinheiros ou outros também fica clara através desses anúncios. E sua continuidade até a década de 1880, já em declínio acentuado, mostra o quanto a escravidão resistiu na capital catarinense.

A busca ou oferta de famílias, crianças, homens e mulheres também nos forneceu pistas interessantes. A falta de um padrão reconhecível, como a tentativa de prolongar os plantéis pela manutenção ou aquisição de mulheres e crianças, levanta questionamentos quanto à legitimidade ou expectativas ligadas ao futuro do escravismo. Não parece ter havido tentativas racionalizadas de criação de cativos, pelo menos não que pudéssemos apreender com o levantamento nessas fontes. Crianças e mulheres foram mais vendidas do que compradas, mostrando que não ocorreram tentativas de se constituir plantéis visando a reprodução.

A manutenção de plantéis com mulheres e crianças, contudo, é outra questão. O que se pôde levantar indica um forte componente de nascimentos escravos na manutenção do escravismo.

Pesquisas como a de Antonio César Spricigo indicam a possibilidade de que o crescimento vegetativo tenha sido um importante fator para o crescimento dos plantéis, pelo menos no extremo Sul da província.¹⁸¹ Além disso, pela valorização do preço dos cativos, este crescimento mostrou-se um acontecimento que proporcionou ganhos consideráveis, pelo menos no que tange à riqueza acumulada pelos senhores. Na região da freguesia de Araranguá, analisada por Spricigo, a propriedade escrava constituía-se no principal núcleo da riqueza dos senhores. E levando em consideração histórias como a de Infância, escrava de Marcelino Teixeira de Souza, conseguimos entender melhor essa questão. Acompanhando registros de batismo, Spricigo aponta que somente a escrava Infância havia dado a luz a dez filhos. As sete escravas que este senhor possuía geraram 25 filhos, que continuaram a trabalhar e aumentaram a riqueza de Marcelino.¹⁸²

O mercado local, desta forma, constituiu um espaço de auxílio à manutenção da ordem escravista durante todo o século XIX. Parte da necessidade de determinados profissionais continuou sendo suprida pelo mercado de mão-de-obra escrava praticamente até a abolição, em 1888. Em 1884 registrou-se o último anúncio de venda de escravos em jornais no Desterro. Neste momento, a crítica aberta à publicação desses anúncios, reflexo da perda de legitimidade escravista, fez com que os negócios com escravos deixassem de ser anunciados nos jornais da capital catarinense.¹⁸³ Esses negócios, contudo, continuaram a ocorrer. Seguindo o registro do imposto de 40\$000 réis, sobre venda ou doação de escravos, continuamos a observar a transferência de cativos. No ano fiscal de 1881-82, o primeiro do registro desse imposto, apenas 5 escravos foram transferidos. Nos anos seguintes, entretanto, as transferências foram mais numerosas: foram 75 entre 1882-83; 3 em 1883-84; 55 em 1884-85; 68 em 1885-86; e 78 em 1886-87.¹⁸⁴ Considerando que o tráfico interno de

¹⁸¹ SPRICIGO, Antônio César. *Os caminhos da escravidão na Freguesia do Araranguá – 1840-1888*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.

¹⁸² Idem, p. 6. Spricigo cogita a hipótese de enriquecimento pela comercialização desses cativos, mas a escassez de outras fontes não permite que ele conclua a ocorrência generalizada de tal prática.

¹⁸³ Em artigo do dia 11 de abril de 1885, n.78, o jornal Conservador denuncia o falso “abolucionismo” do jornal rival, A Regeneração, devido a um anúncio de fuga de escravos publicado neste último periódico.

¹⁸⁴ Falla com que o exm. sr. dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 5 de fevereiro de 1884, (Mappa SN); Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da província de Santa Catharina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente, dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886 (Mappa SN 2); Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de

cativos já estava praticamente paralisado a partir de 1881, entendo que as transferências registradas tenham se dado majoritariamente (se não de forma integral) no mercado local.

A relação de Desterro com o mercado nacional de escravos nos lança algumas outras questões. A primeira diz respeito ao volume da participação da capital catarinense nesse mercado. Sem podermos confirmar a exportação dos cativos através de outras fontes (como passaportes), concentrei a análise do número de cativos exportados nos registros da movimentação do porto, através dos escravos “a entregar”, e no imposto de saída de cativos. Juntando estes dois registros, o montante geral de saídas registradas foi de 231 escravos em todo o período. Contudo, este número deve ser tomado com cautela.

Para conseguir um número de cativos baseado no imposto de saída, tive de fazer uma operação matemática passível de crítica. Como há uma diferença na cobrança sobre homens e mulheres (que varia entre 30 e 50 mil réis), optei por dividir o montante apresentado (que não possui divisão da arrecadação por sexo) pelo valor masculino. Com isso, e levando em consideração a grande presença de mulheres entre as escravas mandadas “a entregar”, obtive um número de escravos bem abaixo daqueles que realmente devem ter sido exportados.

Além disso, ocorre uma grande falha nesses registros, e em momento algum tenho informações vindas de duas fontes para um mesmo ano. Assim, nos anos em que temos um grande número de saídas pelo imposto de exportação, não temos o registro do porto com a saída de escravos “a entregar”. Além disso, nos anos 1870, tidos como o auge do mercado interno, temos registros muito esparsos das duas fontes. No que tange ao imposto de saída, além da falta de registros temos o problema da sonegação desse imposto, que foi tantas vezes levantada, como mostrado anteriormente.

A saída de escravos acompanhados de seus senhores ou de pessoas com procurações, que não foi totalizada neste montante, além de bastante numerosa, era utilizada como estratégia de exportação por pelo menos um grande comerciante de cativos. Victorino de Menezes aparece em

outubro de 1887, p. 37-38. Frente aos números dos demais anos, fica bastante estranho o registro de 83/84, sendo bastante provável que algum problema ligado à cobrança ou ao seu registro tenha ocorrido.

diversos desses registros levando grupos de cativos para a venda no Rio de Janeiro ou em Santos. Somente essas saídas elevariam em mais 24 o total de escravos exportados. E mais, se este negociante conseguiu suprir as encomendas anunciadas por ele, somente estes negócios transferiram mais de 165 escravos.

Com todos esses problemas, a constituição de um quadro mais preciso do volume de escravos transportados pelo tráfico interprovincial torna-se um desafio que exige muito de estimativas e arredondamentos imprecisos. O que se percebe é uma constante saída de escravos, que podemos presumir pela profusão de anúncios de compra, tornou-se mais intensa na década de 1870, com negociantes dedicados por mais tempo a esta tarefa¹⁸⁵.

Além disso, o volume arrecadado pelo imposto de saída de escravos na década de 1850 mostra que esse movimento deve ter tido maior envergadura do que o até agora estimado. Nos anos fiscais de 1856-1857 e 1857-1858 temos uma arrecadação da saída de mais de 50 escravos por período. Levando em consideração que esses anos não são considerados o auge desse movimento de saída (tendo em vista os anúncios de compra de escravos), e parecem ter sido anos normais (sem desastres ou graves problemas econômicos), a média da saída de escravos parece ter sido bem mais alta do que aquele primeiro número por nós atingido. Não temos condições de afirmar que o volume de escravos exportados nestes anos tenha sido típico (nem sequer conseguimos ter exatidão do número de escravos exportados). Desta forma, não podemos ampliar esses números para o período em estudo. Como esforço para a constituição de um esboço do que poderia ter sido esta saída, contudo, a ampliação desses números nos aponta para uma exportação considerável de escravos, que pode ter atingido mais de mil e quinhentas “peças” em toda Santa Catarina.¹⁸⁶

O subregistro dessas saídas seguindo-se o movimento do porto é desanimador, especialmente por não termos dados dos dois registros no mesmo ano, o que faz com não possamos

¹⁸⁵ Falo com base no número de anúncios de compra de “vários escravos”, que se amplia nos anos finais da década de 1860, e mantém-se elevado e constante durante toda a década seguinte, com negociantes mantendo por anos a fio suas propostas de compra de escravos para o Rio de Janeiro.

¹⁸⁶ Um cálculo de 30 anos, tendo como média de saída 50 cativos, uma média abaixo da observada nos dois anos considerados e sem somar o auge da década de 1870, aponta para 1500 escravos exportados. Um problema do orçamento é que muitas vezes ele não nos permite ver de que local foram arrecadados os impostos, o que nos tira a capacidade de sentir o peso de cada cidade catarinense no mercado interno.

compará-los. Mas a indicação da saída de escravos em diversos barcos nos permite entender de que forma se deu este tráfico. Partindo junto a demais cargas e passageiros o transporte de escravos pelas linhas regulares de vapores parece ter sido o meio utilizado para essa exportação. Não foi observado o uso de navios para o exclusivo transporte de escravos. Em grande parte, isso condiz com o que se sabe sobre o restante do país, onde o uso de navios dedicados ao tráfico interno de escravos não parece ter sido comum.¹⁸⁷ Somente Robert Slenes parece ter encontrado navios dedicados a essa função, e isso apenas para a década de 1870.¹⁸⁸

Os escravos embarcados para fora da província de Santa Catarina viajavam em pequenos lotes, acompanhados ou não por senhores ou responsáveis. Entre 1849 e 1853, praticamente a totalidade dos escravos que se movimentou entre as províncias estava sozinho ou acompanhado por mais um cativo. Somente em um caso, no ano de 1851, temos o registro de 5 escravos enviados ao Rio de Janeiro¹⁸⁹. Nos esparsos registros das décadas de 1860 e 1870, observamos proporcionalmente um maior número de envios de escravos em grupos de 3 a 5 elementos. No fim da década de 1860 e na de 1870, quando voltamos a ter registros, são grupos de 4 a 7 escravos que o comerciante Victorino de Menezes acompanha aos portos do Sudeste.

Esses números condizem com o que Herbert Klein afirma sobre o comércio interno de escravos em 1852. Analisando as chegadas de navios ao porto do Rio de Janeiro, Klein conclui que geralmente os cativos eram enviados em pequenos grupos, de até 4 escravos por navio.¹⁹⁰ A regularidade dos transportes marítimos, e os gastos com a manutenção dos cativos à espera de envio, parecem ter feito com que senhores e comerciantes enviassem pequenos lotes ao invés de esperar para mandá-los em grandes grupos.

Além disso, lidar com pequenos grupos de escravos em uma situação conflitante, como era o caso do tráfico interno, tornava mais fácil manter a ordem no grupo. Uma concentração maior de cativos, descontentes com a venda como transparece em diversos casos já citados, poderia ser muito

¹⁸⁷ GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 142.

¹⁸⁸ Idem. Apud, SLENES, R., Op. Cit., p. 150, 174-75.

¹⁸⁹ BPESC. O Novo Íris, n. 129, 20 de junho de 1851.

¹⁹⁰ KLEIN, H. Op. Cit., p. 578.

mais arriscada para a manutenção da ordem, fazendo da loja ou depósito desses comerciantes um ponto de risco para a comunidade em que estavam inseridos.

Essa estratégia de mandar pequenos lotes não foi observada somente nessa fase do mercado interno de escravos. Analisando o comércio de escravos para o porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, entre 1788 e 1824, Gabriel Berute aponta o peso que as remessas de escravos em pequenos grupos possuía. Entre 1788 e 1802, um período de estabilidade econômica, o envio de um único escravo representava 50,7% das remessas, e o de até cinco cativos 40,7%. Essas remessas de pequenos grupos, contudo, sofreram uma diminuição na fase seguinte. Entre 1809 e 1824, período de expansão econômica, as remessas de um cativo passaram a 48,6%, e as de até cinco caíram para 22%. O envio de grandes grupos de escravos passou a suprir grande parte da necessidade de mão-de-obra criada¹⁹¹.

O que parece ficar claro nessas pequenas remessas, ao longo de todo o século, é que a expansão da navegação costeira e os custos de manutenção de escravos parados à espera de embarque desencorajavam que se retivesse um grande grupo de escravos. E uma própria limitação na procura, em fases de economia estabilizada, fazia com que os comerciantes não se dedicassem somente a este negócio, talvez encorajando os negociantes a apostarem mais na continuidade das remessas do que em seu volume. Para os anos em torno de 1850, a isso se somava o perigo representado pelos navios ingleses. Agindo próximo à costa do Brasil para combater o tráfico atlântico de escravos, a marinha da Inglaterra chegou a interceptar diversos navios ligados à navegação de cabotagem. Um navio repleto de escravos representava uma presa e tanto para os comandantes dos navios de guerra britânicos, podendo ser mais uma boa razão para enviar apenas pequenos lotes de cativos. De toda forma, essa pressão inglesa deixou de interferir no tráfico interno depois dos primeiros anos da década de 1850.

Analisando o comércio interno de escravos, Robert Slenes aponta a existência de dois mercados de escravos no Brasil, com variações de preços independentes, ligadas aos principais

¹⁹¹ BERUTE, Gabriel Santos. *A concentração do comércio de escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005, p. 10.

produtos de exportação do Nordeste e do Sudeste. Levando este estudo em consideração, penso na possibilidade de haver uma influência na variação dos preços locais dos escravos, e conseqüentemente deste mercado, relacionada ao produto mais importante desta província, a farinha de mandioca.

Sendo o principal produto de exportação de Santa Catarina, foi na farinha de mandioca¹⁹² que procuramos a influência sobre o preço dos cativos. Acompanhando o desempenho das exportações da província de maneira geral e da farinha de mandioca, Laura Hubener aponta a forte presença da farinha entre os produtos exportados (entre 85% e 78% dos alqueires exportados entre 1854 e 1872).¹⁹³ Os melhores desempenhos de Santa Catarina ocorrem exatamente nos anos em que há maior exportação de farinha. Essa importância atribuída à farinha nos coloca a questão de como o mercado local de escravos teria reagido à variação do preço desse produto.

Um conjunto de dados muito esparso sobre preços de cativos não nos permitiu fazer uma série comparativa de preços com a variação da farinha. Temos dados representativos apenas para os anos de 1864, 1878, 1879 e 1880. Dessa forma, não foi possível construir uma relação entre os preços de escravos e do principal produto de exportação da província, para verificar se haveria uma correspondência ou influência na variação dos preços.

A comparação entre as exportações da província (em réis e em alqueires de farinha)¹⁹⁴ com os dados de saída de cativos, fornecidos pelo registro do porto, anúncios e impostos provinciais nos fornecem algumas informações interessantes. Uma série de outras variáveis precisa ser pensada, mas observamos algumas possibilidades interessantes nesta análise. A princípio, vemos como as compras de escravos no mercado local passaram a superar os anúncios de vendas em um momento de expansão da exportação de farinha, durante alguns anos da década de 1870. Talvez isso ocorresse devido a uma maior ocupação de cativos na produção da farinha. Todavia, como já foi explorado, esse efeito poderia ser também fruto da menor necessidade de propagandear vendas, visto que diversos eram os anúncios de compra de cativos para fora da província neste momento.

¹⁹² HUBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981, p. 77.

¹⁹³ Idem, p. 83.

¹⁹⁴ Idem, p. 107 e 109, respectivamente.

As saídas de escravos verificadas pelos anúncios do porto e impostos parecem responder muito mais à atração dos preços no Sudeste do que qualquer variação local e de valorização da produção da província. Não foram observadas relações entre a exportação de cativos e os movimentos da balança comercial de Santa Catarina. Além disso, o mercado de escravos de Desterro e sua ligação com o mercado interno pareceu responder muito mais à demanda de zonas mais prósperas do que necessariamente de uma retração no interesse local pela manutenção da escravidão. E isto é reforçado pelos debates e incertezas que envolviam a taxaço e mesmo proibição da saída de cativos até 1878.

Quanto ao perfil dos escravos enviados de Desterro, observamos que ele não foge à regra nacional. Os anúncios de compra de escravos para fora da província, que buscavam geralmente escravos entre os 10 e os 24 anos, encaixam-se com perfeição no perfil dos traficados construído por alguns historiadores.

A maioria dos escravos envolvidos no tráfico interno, fossem homens ou mulheres, estavam na idade de trabalhar. Os exemplos de Klein e de Conrad mostram que entre 84 a 86% tinham idades entre os 10 e 40 anos. O exemplo de Klein mostra uma clara concentração (38%) de escravos na faixa dos vinte anos, e, no exemplo de Conrad eles são ainda mais jovens, com 57% deles entre os 11 e 20 anos e outros 14% entre 5 e 10 anos. Dados coletados por Eivaldo Fagundes Neves acerca das vendas para o tráfico interprovincial do interior da Bahia, entre 1874 e 1884, mostram que dois terços de tais escravos tinham entre 11 e 30 anos.¹⁹⁵

O que se observa é a busca por força de trabalho jovem, com condições de ainda servir por um bom tempo. A falta dos passaportes, e da informação da idade nos registros do porto, não nos permite averiguar as idades dos escravos que realmente saíram da província, mas a condição nos anúncios permite-nos pensar que a maioria dos cativos realmente se encontrava nesta faixa de idade.

Além de drenar uma força de trabalho jovem, é apontado que o tráfico interprovincial de escravos também buscou preferencialmente homens. A pesquisa de Herbert Klein no porto do Rio

¹⁹⁵ GRAHAM, Richard. Op. Cit., p. 136-37.

de Janeiro aponta que 65% dos escravos importados em 1852 eram homens. Defende também que grande parte desses trabalhadores estava ligado a serviços urbanos, com ocupação em determinadas áreas¹⁹⁶. Mello aponta que o tráfico interno atingiu principalmente a faixa da população escrava nordestina que era jovem e masculina. Com isso, um dos efeitos do tráfico teria sido a feminização dos plantéis no Nordeste.¹⁹⁷ Contudo, a pesquisa de Erivaldo Neves sobre uma cidade do sertão baiano destoa dessa conclusão. Lá, segundo o autor, destacou-se um elevado percentual de escravas dentre os grupos exportados. Cerca de 46% dos cativos mandados para fora da região eram mulheres. De alguma forma, a procura por escravos homens afetou de forma menos intensa essa comunidade. A formação dos plantéis, com um pequeno desequilíbrio entre os sexos, talvez tenha tido alguma influência nisso, mas Neves não consegue chegar a uma conclusão mais precisa.

Em Desterro, tomando como amostragem o sexo dos escravos mandados “a entregar”¹⁹⁸, conseguimos compreender o impacto do tráfico sobre a divisão sexual dos cativos. Analisando a saída de escravos vemos que 59% dos cativos exportados eram do sexo masculino, contra 41% de mulheres. Apesar de serem maioria entre os escravos comercializados localmente, as mulheres não ocupam a primazia do comércio interprovincial, apontando novamente para o efeito da preferência por homens no mercado inter-regional¹⁹⁹. Isso reforça a tese de que o tráfico interno drenou principalmente força de trabalho masculina. Talvez devido a questões locais, a intensidade com que este fenômeno se desenvolveu em Desterro parece ter ficado a meio caminho dos exemplos levantados por Klein e Neves. E isso apesar da região da Ilha de Santa Catarina estar mais próxima do perfil de Caetité, com uma divisão mais equilibrada dos sexos e economia baseada na produção de alimentos.

A entrada de escravos “a entregar”, fenômeno observado especialmente nos primeiros anos analisados (1849 a 1853), indica-nos também essa preferência por homens. Dos 18 escravos que entraram no porto de Desterro 61% eram homens. Com isso, fica claro como essa preferência não se

¹⁹⁶ KLEIN, H. Op. Cit., p. 582.

¹⁹⁷ MELLO, E. Op. Cit., p. 64.

¹⁹⁸ A amostragem dos sexos foi realizada através da declaração dos nomes de 59 dos 104 escravos mandados “a entregar” ao longo de toda a segunda metade do século.

¹⁹⁹ KLEIN, H. Op. Cit., p. 571, 585 ; MELLO, E. Op. Cit., p. 64.

deu somente em fases mais avançadas do tráfico ou só no Sudeste. A busca preferencial por mão-de-obra masculina escravizada, parece ter sido uma constante neste tráfico interprovincial pós-1850.

De toda forma, o que se estabelece é uma inserção de Desterro nas rotas do tráfico interno de escravos. Enviando cativos a partir de seu porto, o impacto desse negócio na população escrava se deu preferencialmente sobre homens jovens, e parece ter sido influenciado, de muitas maneiras, pelo quadro nacional que se desenrolava. Além disso, observamos o contraste claro entre este comércio interprovincial e suas preferências, e os negócios no plano local.

Capítulo 3

Comerciantes de escravos em Desterro

O mercado de escravos em Desterro, como vimos, movimentou um considerável número de cativos durante a segunda metade do século XIX. Infelizmente restam-nos poucos registros das pessoas tidas como mercadorias neste comércio. Maiores informações foram encontradas com relação aos homens e mulheres que comandaram essas transferências.

Procurando saber quem eram as pessoas por trás do comércio de escravos, procurei analisar, nas páginas seguintes, a atuação, posição social, atividades e relações desses negociantes e de que modo se colocaram no mercado de escravos que envolvia não só Desterro, mas também outras regiões do país.

Necessidade ou negócio

Procurando identificar os negociantes de escravos, me voltei aos jornais. De uma maneira geral, os anúncios de escravos aparecem nos periódicos contendo informações necessárias à execução dos negócios. Endereço e nome da pessoa com quem se deve tratar, indicação de idade, sexo e aptidão do escravo (tanto no sentido de obediência quanto de especialização), são as informações mais recorrentes nos jornais.

Através desses anúncios, podemos fazer uma distinção básica no comércio de escravos: entre senhores que negociam seus próprios cativos e comerciantes que servem de intermediários a transações de compra e venda em nome dos proprietários. A maior parte dos anúncios analisados refere-se a senhores que colocam escravos à venda ou buscam adquirir ou alugar escravos para determinadas tarefas. Assim sendo, esses negócios estão voltados para um comércio local, como visto no capítulo anterior. Em alguns anúncios, inclusive, os anunciantes apontam que as

transferências não serão ou não devem ser realizadas para fora da cidade ou província. Existem anúncios que informam também que a aquisição dos cativos não será realizada para futura negociação, e sim para o real emprego do escravo em alguma função produtiva.

Da mesma forma, como já foi visto anteriormente, muitos desses anúncios do mercado local se referiam a problemas de relacionamento entre senhores e cativos. Anúncios de escravos que estavam na cadeia ou que “não querem mais servir ao seu senhor” também foram observados, mostrando problemas na dominação senhorial que nem sempre o senhor conseguia contornar através das punições.

Este primeiro grupo de anunciantes estaria identificado com senhores que estão pessoalmente cuidando da comercialização de seus cativos. Devido a problemas com os escravos, necessidade ou interesse, esses senhores transferem a propriedade escrava, não necessariamente destinando este contingente para fora da província.

No conjunto dos anúncios levantados, aparecem majoritariamente as relações de compra e venda desse grupo, caracterizadas pelo anúncio de 1 ou 2 escravos. Dos 599 anúncios, 345 divulgam transações com 1 escravo e 62 com dois ou três.²⁰⁰ Em grande parte os 84 anúncios de compras de um único escravo aparecem com informações sobre a necessidade de determinado profissional: pedreiro, cozinheiro, marinheiro ou domésticas, indicando um interesse que visa suprir uma necessidade de trabalho e não objetivos puramente comerciais, como se verá no segundo grupo.

Podemos encontrar indícios desses indivíduos também em outra espécie de fontes: os livros de notas de escravos. Estes livros de cartório eram especificamente usados para anotar transações (venda, compra, doação) com cativos. Identificavam os negociantes e principalmente os escravos, como visto anteriormente. Permitem-nos seguir movimentos de compra e venda de senhores, suas estratégias de acumulação e mesmo sua ligação com o escravismo.

²⁰⁰ Estão incluídos aí anúncios de compra, venda e aluguel de cativos.

Nesses registros, vemos a transferência de escravos, na maior parte das vezes, ocorrendo com indivíduos isolados. Os escravos não foram transferidos em “lotes” ou mesmo em pares entre os proprietários de Desterro. As únicas transferências de mais de um escravo são as que envolvem mães com filhos ainda menores. Lembramos que devido ao Decreto n. 1695, de 1869, foi proibida a separação de famílias²⁰¹, o que foi reforçado pela lei n. 2040 de 1871, que impediu que os filhos nascidos de ventre livre, menores de 8 anos, fossem separados de suas mães contra a vontade delas²⁰². Assim, após 1871 ocorreram diversos casos onde cativas são vendidas e seus filhos, livres, são anotados junto a sua mãe, indo também servir o senhor dela até completar maioridade. Esse foi o caso de Paulino, filho de 5 anos da escrava Ignácia, que foi vendida em 1880 a Alexandre Carlos Vianna, morador de Desterro. Na própria escritura de venda foi anotado que acompanhava a doméstica seu filho ingênuo, registrado na Alfândega desta cidade.²⁰³ Contudo, como foi visto no capítulo anterior, a compra de escravas com filhos não parece ter sido uma estratégia deliberada dos senhores para garantir a expansão de sua força de trabalho. Pelo menos não como uma estratégia generalizada.

Também nos registros dos livros de notas de escravos conseguimos observar os movimentos de transferência de escravos entre os senhores de diferentes regiões de Santa Catarina. Devido à nossa limitação de fontes e à falta de estudos mais gerais sobre a estrutura de posse de escravos em Santa Catarina, não podemos avançar nossa análise para o impacto que essas transferências tiveram na difusão da escravidão na província, mas podemos alcançar indícios importantes para pesquisas com essa temática.

Nos quatro livros de notas de escravos²⁰⁴ localizados no Cartório Kotzias, temos os registros da transferência de 190 escravos entre os anos de 1864 a 1866, 1873 a 1875, e 1878 a 1881. Analisando os locais de residência declarados por compradores e vendedores, podemos ter uma

²⁰¹ Decreto n. 1695, de 15 de setembro de 1869. SENADO FEDERAL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Brasília: Senado Federal, 1988, Vol. 1, p. 327.

²⁰² Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871. *Idem*, p. 487.

²⁰³ Cartório Kotzias. Livro de notas de escravos, n. 9 (1878-1881), p. 44v-45.

²⁰⁴ Cartório Kotzias. Livros de notas de escravos, n. 26 (1864-1865), n. 3 (1865-1866), s/n (1873-1875) e n. 9 (1878-1881).

noção das transferências na região da Ilha de Santa Catarina. 91% dos escravos vendidos em toda esta área foram comprados por residentes em Desterro. Entre os cativos, 57% são vendidos por senhores que moram na vila de Desterro para compradores do mesmo local. Dos restantes, 19% vêm dos municípios de São José e São Miguel, localizados na porção continental que faz fronteira com a Ilha de Santa Catarina. Das diversas freguesias do interior da ilha vêm os 24% dos escravos restantes, com destaque para Santo Antonio (5%).²⁰⁵ Esse destaque para a freguesia de Santo Antonio, todavia, deve ser relativizado, pois a coletoria desta freguesia acabava por concentrar o registro de escravos não só do norte da ilha mas também de algumas localidades mais distantes da Lagoa da Conceição (ocorre quando moradores da freguesia da Lagoa registram seus escravos nessa outra localidade). Foram somente 8 os casos em que escravos foram vendidos de Desterro para o interior, tanto da ilha quanto do continente.

Assim, observamos a ocorrência de uma certa concentração da propriedade escrava na sede do município, atraindo esta mão-de-obra não só do interior da ilha mas também de localidades continentais próximas. Não podemos destacar a possibilidade de que alguns desses escravos, mesmo tendo sido comprados por senhores de Desterro, talvez tenham sido empregados em sítios ou fazendas em outras freguesias, mas não tenho como quantificar esse movimento.

Estranhamente, mesmo se tratando de compras realizadas pelos senhores no mercado local, em 2/3 (67%) dos casos os registros não apontam para a especialização dos cativos ou para a profissão desempenhada por eles. Talvez isso ocorra devido ao fato da preocupação do registro ser identificar determinado indivíduo, o que se dá por outras informações, deixando de ter peso a profissão do mesmo (o que é de grande relevância no que se trata dos anúncios).

De toda forma, o que esses registros de transferência locais e os anúncios em jornal nos indicam, é que este grupo de senhores ia ao mercado de escravos com objetivos específicos para a aquisição de mão-de-obra, para se livrar de trabalhadores inconvenientes ou mesmo para conseguir

²⁰⁵ Cartório Kotzias. Livro de notas de escravos, n. 9 (1879-1881) e 26 (1864-1865).

recursos rapidamente. Movidos pela necessidade, eles se diferenciam dos comerciantes, que viam neste mercado uma oportunidade de realizarem lucros.

Comerciantes de escravos

Este segundo grupo, de comerciantes, foi caracterizado por outra dinâmica. Negociavam um maior número de cativos, em diversas ocasiões somente intermediando as transações, não sendo proprietários. Esse foi o caso da venda do crioulo Theodoro, pertencente a um tal João Mannenback, morador na Praia Comprida, colocado à venda por Ferraz Pinto²⁰⁶. Três meses antes, era também na loja de Ferraz Pinto que se devia tratar a compra de um preto roceiro de 26 anos²⁰⁷. É interessante notar que o crioulo Theodoro estava preso no momento da venda, em um caso semelhante a um relatado por Oswaldo Cabral, do africano Manoel, citado no primeiro capítulo.²⁰⁸

Procurando os comerciantes que negociavam repetidas vezes com cativos, foi possível identificar e localizar o grupo ligado ao comércio de escravos em Desterro. Entre 1849 e 1888, 23 pessoas ou firmas apareceram fazendo seguidas transações com cativos. Alguns deles negociaram um pequeno número de escravos, aparecendo mais como intermediários de senhores na cidade, sendo encarregados de uma venda ou dados como contatos para transações com senhores do interior da Ilha. Sua função como intermediários de um pequeno número de transferências não parece ter sido suficiente para mantê-los, sendo que esta atividade relacionada ao comércio de cativos se fazia em paralelo com outras atividades comerciais. A seguinte lista foi construída através dos anúncios, de forma que conseguimos identificar alguns comerciantes, ou casas comerciais, ligados ao tráfico de escravos, com o volume de seus negócios e seus respectivos períodos de atuação neste mercado:

²⁰⁶ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC). O Novo Iris, n. 109, de 04 de Abril de 1851.

²⁰⁷ BPESC. O Novo Iris, n. [ilegível], de 30 de dezembro de 1850.

²⁰⁸ CABRAL, Op. Cit., p 393.

Tabela 4 – Negociantes ligados ao comércio de escravos, o volume dos negócios e seu período de atuação.

Negociante	Transações anunciadas	Período
Ferraz Pinto	7 compras e 4 vendas	1850-1855
Silva & Bastos	4 compras e 1 venda	1850-1854
José Bonifácio Caldeira de Andrade	4 compras e 3 vendas	1851-1866
Carlos Duarte Silva	4 compras e 2 vendas	1851-1873
José Joaquim do Amaral	Várias compras e 2 vendas	1851-1852
João Pinto da Luz	1 compra e 2 vendas	1852-1866
João de Souza Ribeiro	Várias compras	1853
Manoel Moreira da Silva	2 compras e 5 vendas	1854-1869
José da Lapa e Souza Cuentro	Várias compras e 2 vendas	1861-1870
Bento Vianna e Formiga	Várias compras	1864
José de Souza Freitas Junior	3 compras	1864
Jorge Conceição	1 compra e 7 vendas	1866-1874
Faria & Filho	Várias compras e 1 venda	1867-1868
José Francisco de Souza Conceição	Algumas vendas	1867
Costa Sobrinho & Motta	Várias compras e s/ venda	1868-1870
Jacinto Pinto da Luz	Várias compras e s/ venda	1868-1870
Manoel Antonio Victorino de Menezes	163 compras* e s/ vendas	1868-1876
Constantino Ferraz Pinto de Sá	Várias compras e s/ venda	1870-1878
Severo Francisco Pereira	Várias compras e s/ venda	1872-1880
Motta & Costa	Várias compras e 1 venda	1873-1877
João Pombinho da Silva	Várias compras e s/ venda	1873
Virgílio José Vilella	Várias compras e 3 vendas	1873-1883
José de Oliveira Bastos	Várias compras e s/ venda	1874-1877

Fonte: anúncios de compra e venda de escravos nos jornais de Desterro (1849-1888). A tabela é exclusiva para o negócio com escravos, e foi construída com base no primeiro e último anúncio publicado por cada negociante. *São para encomendas divulgadas. Anuncia ainda a compra de “vários” escravos.

Com a realização deste levantamento, conseguimos cercar a atuação desses indivíduos em diversos campos. Aparecem como “Várias compras” os anúncios de compras de números indeterminados de cativos, que foram uma fórmula comum entre os traficantes. Apesar de impossibilitar uma quantificação dos negócios, este tipo de anúncio foi um indício importante para verificar o envolvimento de negociantes no tráfico interno. Diversos dos comerciantes listados aparecem também desenvolvendo outras atividades. Ferraz Pinto anuncia a venda de diversos materiais em sua loja em 1851, de tesouras a charutos, de pentes a camas²⁰⁹. Seu filho, Constantino Ferraz Pinto de Sá, em 1870, anuncia que em sua loja de ferragens recebe do Rio de Janeiro

²⁰⁹ BPESC. O Novo Íris, n. 127, 13 de junho de 1851.

“ferragens, tintas, drogas, maçanes, objetos de armarinho e de escriptório, livros de instrução primária e secundária, etc.”²¹⁰

Dos 23 anunciantes listados, 9 deles aparecem nos jornais anunciando também mercadorias de suas casas comerciais, outro anuncia sua fábrica de charutos e cigarros²¹¹. Além disso, na Rua do Livramento n.5, no endereço em que José de Oliveira Bastos anuncia a compra de vários cativos, funciona a sua refinaria de açúcar²¹². Esses comerciantes são atuantes junto à totalidade dos comerciantes da Capital. Em uma “Representação do Commercio da Cidade de Desterro” contra impostos de importação criados pela assembléia, dos 23 nomes listados no protesto, 4 deles são de comerciantes também ligados ao comércio de escravos²¹³.

Uma ressalva importante a ser feita a respeito desses negociantes, que tratarei ao longo deste capítulo como “negociantes de escravos”, é a de que esta atividade, como se observa no parágrafo acima, não foi exclusiva entre esses homens, mas ocorreu paralela a outras. A própria definição desses homens como comerciantes de escravos me parece mais justa, na maioria dos casos, apenas para efeito de análise dos envolvidos no tráfico de cativos e não com algo que os definia como um grupo para a sociedade da época. E é com essa leitura que me refiro, durante este capítulo, a essa parcela de negociantes.

Na “lista de cidadãos qualificados votantes pela junta municipal da cidade do Desterro, districto de Nossa Senhora de Desterro”, vamos encontrar mais algumas informações sobre alguns dos integrantes desse grupo no ano de 1878. Assim localizamos alguns deles:

92. Constantino Ferraz Pinto de Sá, 40 annos, casado, negócio, sabe ler, filho de Silvério Ferraz Pinto de Sá, renda presumida 1:200\$, elegível.

192. Jacintho Pinto da Luz, 35 annos, casado, negócio, sabe ler, filho de João Pinto da Luz, renda presumida 1:200\$, elegível.

183. João Pombinho da Silva, 32 annos, viúvo, negócio, sabe ler, filho de João da Silva Pombinho, renda presumida 1:000\$, elegível.

²¹⁰ Universidade Federal de Santa Catarina/Biblioteca Universitária (UFSC/BU). O Despertador, n. 1158, 17 de março de 1874.

²¹¹ João Pombinho da Silva anuncia sua fábrica de charutos e cigarros, cita a rua do Senado n.1. UFSC/BU. A Regeneração, n. 498, 5 de agosto de 1873.

²¹² UFSC/BU. O Despertador, n. 1209, 15 de setembro de 1874.

²¹³ UFSC/BU. A Regeneração, n. 613 de 4 de Outubro de 1874.

188. Manoel Antonio Victorino de Menezes, 42 anos, casado, negócio, sabe ler, filiação desconhecida, renda presumida 2:000\$, elegível.

191. Severo Francisco Pereira, 31 anos, casado, negócio, sabe ler, filho de Miguel Francisco Pereira, renda presumida 3:000\$, elegível.²¹⁴

Todos os nomes listados que conseguimos localizar apresentam como profissão a de negociante. São homens já estabelecidos na praça e com uma renda considerável. Observando o caso de João Pombinho da Silva, que além de comerciante aparece anunciando uma fábrica de cigarros, podemos entender que a classificação da profissão de negociante pudesse abarcar também pessoas ligadas a pequenas fábricas. Esse poderia ser o “negócio” apontado pela classificação.

Além dessa participação no comércio geral, pude observar a presença de investimentos de alguns desses negociantes em outras áreas. A prática de compra de terras e imóveis, como uma estratégia de poupança e investimento dos comerciantes, dado o valor simbólico da propriedade da terra e a possibilidade de sua venda futura, está presente entre os negociantes de cativos, assim como continuava a ser a preferência de muitos investidores da Corte.²¹⁵ Em 1872, Jorge Conceição investe na compra de quatro braças de terras de Marinha na praia de fora, em Desterro²¹⁶ No mesmo ano ele compra também o Hotel dos Paquetes, localizado no Largo do Palácio, bem no centro da cidade.²¹⁷ E no ano de 1879 Virgílio José Vilella adquire um terreno na rua Formosa.²¹⁸ De forma semelhante, a companhia Motta & Costa adquire em 1874 não só uma chácara, mas também a fábrica de vela e sabão da viúva de Joaquim Duarte Pinto, localizada na prainha.²¹⁹ E a mesma empresa recebe uma procuração para cuidar dos negócios da Agência de Paquetes da linha do sul em 1875.²²⁰ Jacintho Pinto da Luz passa procuração, no ano de 1874, para que seja representado em ação contra a Companhia de Seguros Fidelidade em Porto Alegre.²²¹

²¹⁴ Lista dos cidadãos qualificados votantes pela junta municipal da cidade do Desterro, districto de Nossa Senhora do Desterro. UFSC/BU. A Regeneração, n. 1029, 26 de dezembro de 1878.

²¹⁵ FRAGOSO, João; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão*. (I). Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 145.

²¹⁶ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 35 (1872-1873), p. 32-33.

²¹⁷ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 35 (1872-1873), p. 73v.

²¹⁸ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 44 (1875-1879), p. 28v-29v.

²¹⁹ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 37 (1874-1875), p. 10v-12.

²²⁰ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 37 (1874-1875), p. 58.

²²¹ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 37 (1874-1875), p. 23-23v.

A própria localização desse grupo de negociantes, dada para o contato ou transação de escravos, coincide com a das casas comerciais de variados gêneros. Localizam-se no centro da cidade, próximo ao porto, a maioria (7 dentre os comerciantes) na Rua do Príncipe, onde se concentrava o comércio da capital. Estudando o comércio na cidade de Desterro no século XIX, Laura Hubener destaca esta região nas negociações ocorridas na cidade:

A zona comercial estava localizada, como era natural, próxima ao porto, ou melhor, próxima à Alfândega. Na rua do Príncipe havia um comércio varejista, cujas casas comerciais eram chamadas de armazéns, lojas de fazenda ou de secos e molhados. Pelos muitos anúncios publicados nos jornais da cidade, percebemos que havia grande diversificação de artigos em seus estoques: a maioria era de procedência estrangeira.²²²

As casas restantes estavam localizadas em ruas próximas e mesmo junto à praça, onde se localizavam a Câmara, o Palácio de Governo e a Matriz. E essa coincidência geográfica com o comércio em geral não se dá à toa. Mostra uma sobreposição do tráfico de escravos com outras atividades comerciais, como observamos através dos anúncios de artigos e mercadorias por homens também ligados ao tráfico interno.

Estudos de diversos pesquisadores apontam para a importância dos negociantes para a sociedade local, que constituía a camada mais rica dessa, juntamente com os funcionários públicos de alto escalão. Nas palavras de Oswaldo Cabral:

Os nossos modestos senhores ricos não passavam de mais ou menos abastados comerciantes que se localizavam na Vila ou nela conseguiram, a custa de renúncias de anos, encher o pé de meia das economias com as obtidas no comércio, na navegação e na sonegação. Para se ter uma idéia da realidade ilhoa, basta dizer que os armadores e comerciantes mais fortes, vieram a constituir a nobreza da terra, os seus “homens bons”, seus cidadãos mais eminentes, seus políticos mais prestigiados, suas famílias mais aristocráticas, rivalizando com a situação desfrutada pelos militares e alguns altos funcionários do poder civil e da magistratura.²²³

²²² HUBENER, Laura. Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981, p. 18.

²²³ CABRAL, O. *Nossa Senhora de Desterro*, v 1- Notícia, p. 222.

Fernando Henrique Cardoso, Laura Hubener e Joana Maria Pedro também concordam com essa afirmação, destacando os comerciantes como classe rica e influente na cidade de Desterro.²²⁴

Para tentar entender como e porque se dava este destaque, analiso a lista de eleitores da cidade de Desterro, de 1876, em uma tentativa de ver os comerciantes, e especialmente os envolvidos no tráfico de escravos, em relação a uma parcela maior da população local. Distribuída em dez números do jornal *O Conservador* entre maio e junho de 1876, a lista traz dados significativos sobre a população local²²⁵, como os esboçados anteriormente, que incluem: o quarteirão, nome, idade, profissão, estado civil, alfabetização, filiação e renda anual de cada um dos eleitores.²²⁶

Entretanto, cabe ressaltar que a lista não engloba a totalidade ou mesmo a maior parte da população de Desterro. Nos diversos números do jornal foram listados 472 eleitores, incluindo aqueles que haviam falecido ou saído da paróquia de Nossa Senhora de Desterro. Como procurava reunir informações sobre a população da sede, montei um banco de dados apenas com os votantes que continuavam habitando a região, o que reduziu o número total para 436 votantes. Esse número representava apenas 5% da população total da paróquia, que foi calculada em 8606 pessoas em 1872.²²⁷

Mesmo representando uma pequena proporção dos habitantes de Desterro, devido à exclusão provocada pelo voto censitário, essa lista pode ajudar a esclarecer quem eram as pessoas que concentravam a riqueza da cidade. Com os dados provenientes da renda presumida ou conhecida que foram colocados nesta lista, conseguimos fazer uma análise da participação dos comerciantes na camada de votantes de Desterro. Anotada como uma das características dessa lista, a renda de todos os homens foi apontada. Quando se trata do funcionalismo público e de militares, devido à

²²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 98, 100-101; HUBENER, L., Op. Cit., p. 17; PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995, p. 35-37;

²²⁵ A lista encontra-se entre os números 327 e 341 do jornal *O conservador*, publicados entre os dias 06 de maio e 17 de junho de 1876. BPESC.

²²⁶ A periodicidade do cálculo da renda não fica clara na lista. Contudo, esta análise foi inspirada por uma pesquisa semelhante realizada em lista de eleitores da corte, onde se informa que a renda apontada era anual. FRAGOSO; MARTINS. Op. Cit., p. 145.

²²⁷ IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Província de Santa Catharina.

origem do pagamento, a renda foi apontada como “conhecida”. Demais profissionais, como os negociantes, pedreiros, carpinteiros e outros, têm seus rendimentos apontados como “presumidos”.

Dividi a renda em cinco faixas: aqueles que ganhavam até 500 mil réis, de 501 a 1000 réis, de 1001 a 1500, de 1501 a 2000 e de mais de 2 mil réis. A riqueza na camada mais rica da sociedade desterrense, em 1876, ficava distribuída da seguinte forma entre a população:

Tabela 5 - Distribuição da Renda no Desterro segundo as listas de qualificação de votantes de 1876

Faixa de Renda	# de pessoas	%	Renda anual	%
Até 500\$000	209	47	51:020\$000	16
501\$000-1:000\$000	102	24	79:194\$000	24
1:001\$000-1:500\$000	46	11	58:028\$000	18
1:501\$000-2:000\$000	35	8	65:183\$000	20
+ 2:000\$000	24	6	72:449\$000	22

Fonte: Lista dos cidadãos qualificados votantes pela junta municipal da cidade do Desterro, districto de Nossa Senhora do Desterro, 1876.

Observa-se a existência de desigualdade na distribuição dessa renda através de alguns números. Os grupos que têm como renda até 1000 réis, apesar de somarem 71% dos votantes, tem apenas 40% da riqueza total. Somando a renda de toda a população que recebe até mil réis, obtemos o montante de 130:214\$000 réis. Já a soma da riqueza de todos os eleitores de Desterro (lembro que falamos apenas da sede do município) corresponde a 325 contos de réis no mesmo ano. Considerando o volume e diferenças do padrão de riqueza, observamos que esse desequilíbrio não destoa do apresentado em um plano nacional, como pode ser visto pela análise de votantes da Corte, onde 45% dos recenseados tinham somente 9,5% da renda em 1876.²²⁸

Esse desequilíbrio aparece como fruto da diferenciação de rendas entre as profissões listadas. Digo isso pois cidadãos classificados como “proprietários” representam uma parcela pouco numerosa nessa sociedade (são apenas 20 em um universo de 453 eleitores listados), e além disso, dividem o topo da concentração da renda com outras parcelas mais representativas. Isto reforça

²²⁸ FRAGOSO, MARTINS,. Op. Cit., p. 145.

mais uma vez a tese de que poucos foram os senhores em Desterro que puderam viver apenas do trabalho de seus cativos, pelo menos dos que habitavam a sede do município.

A concentração da renda aparece, como já era apontado pela historiografia, nas mãos de funcionários públicos de alto escalão e comerciantes. As 163 pessoas que aparecem com uma renda superior a mil réis dividem-se em 19 profissões, sendo que 36 são empregados públicos, 20 são negociantes, 12 são militares, 10 proprietários, 4 engenheiros, 3 advogados, e um ou dois outros profissionais como médicos, sacerdotes, entre outros. A maior renda da cidade, apontada em 5 contos e 316 mil réis, é de um funcionário público. Nessa faixa também pode ser destacada a presença de um capitalista, com renda de 3 contos de réis. João Fragoso e Maria Fernanda Martins apontam para uma interpretação dessa indicação no seu estudo sobre negociantes e a elite política na segunda metade do século XIX. Segundo eles: “Acima do negociante surgia o “capitalista” – à frente dos bancos, das seguradoras ou simplesmente exercendo a usura - , dedicado ao controle do crédito e, portanto, atuando diretamente sobre a liquidez da economia.”²²⁹

A importância dos negociantes pode ser ainda destacada pelo fato de somente este grupo, somando todas as faixas de renda, deter 20% do total da renda de Desterro. Em 1876, os 67 homens identificados como comerciantes detinham uma renda de 66:600\$000 réis, superior à renda dos 24% dos eleitores mais pobres (com renda até 500 mil réis) cujas rendas somavam cerca de 59 contos de réis.²³⁰ A maior participação na renda municipal continuava a ser dos empregados públicos civis, com uma soma de 81:148\$000 réis.

Além disso, observamos a importância dos setores de comércio na distribuição da riqueza no espaço da cidade. A lista de eleitores tem como unidade de localização dos eleitores uma divisão entre os bairros da cidade. Apesar de não corresponderem exatamente aos bairros em que era dividida espacialmente a cidade, eles apontam uma proximidade física, e essa indicação nos ajuda a localizar os eleitores. A partir dos bairros, são listados os eleitores por ordem alfabética. A sede do município, a vila de Nossa Senhora de Desterro, foi dividida em 16 bairros para a

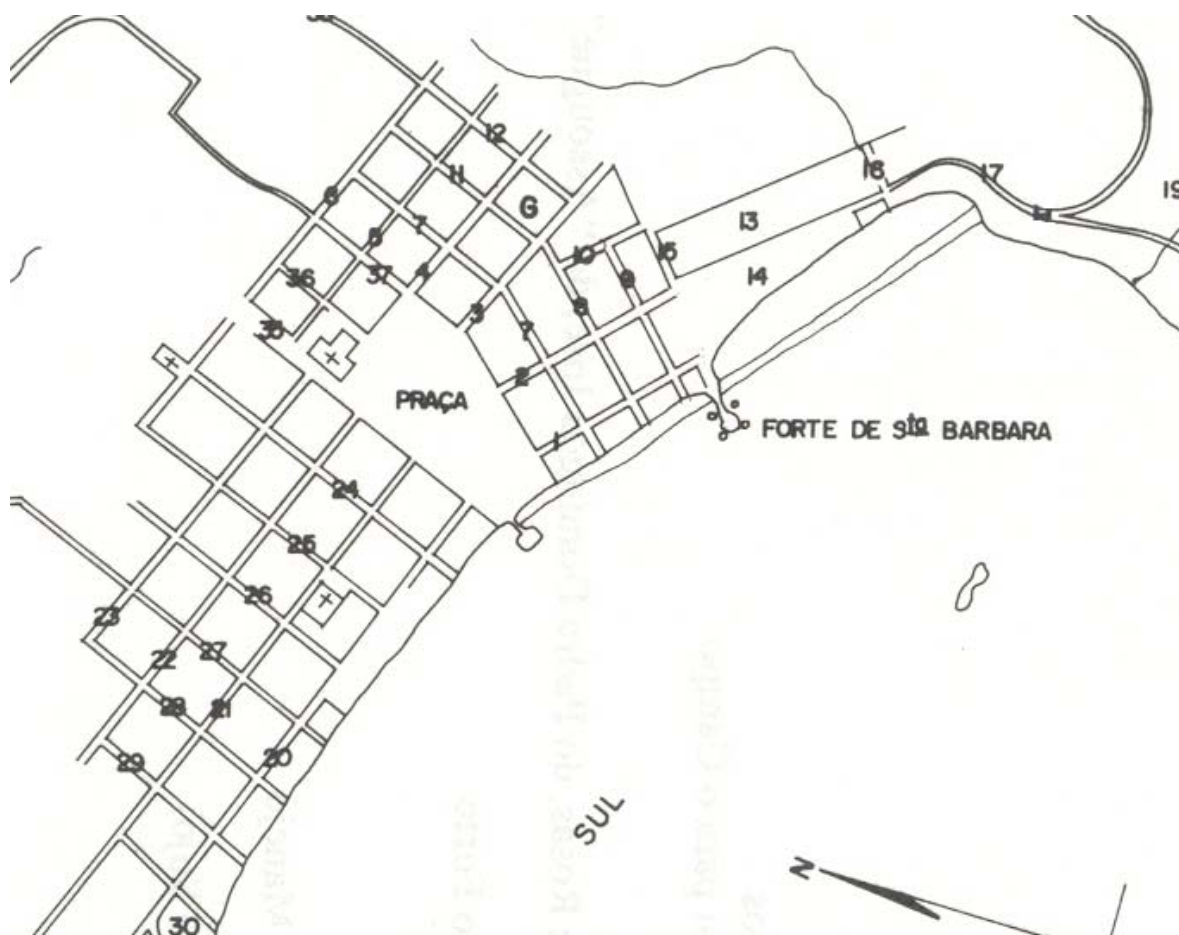
²²⁹ FRAGOSO; MARTINS, Op. Cit., p. 149.

²³⁰ Os negociantes que tinham como renda até 500 mil réis foram contados nos dois grupos.

realização desta listagem. E através deste registro podemos identificar, espacialmente, as regiões onde se concentravam a riqueza e os comerciantes da cidade. Além do número do quarteirão, era também informada a rua em que cada eleitor morava. Cruzando os endereços de alguns moradores do mesmo quarteirão podemos identificá-lo espacialmente e assim perceber a distribuição dos habitantes e diversos profissionais de Desterro. Aponto um exemplo: os comerciantes Constantino Ferraz Pinto de Sá e Jacintho Pinto da Luz aparecem listados no quinto quarteirão, eram moradores da rua do Ouvidor e do Príncipe, respectivamente. E seguindo indicações como estas, podemos localizar pessoas e estabelecimentos da antiga Desterro.

As informações conseguidas assim condizem com a idéia da concentração do comércio nas ruas próximas ao porto. E ainda seguindo essas evidências, observamos uma clara distinção do perfil dos moradores de alguns quarteirões. O quinto, o sexto, o oitavo e o décimo quarteirão, por exemplo, concentram boa parte dos comerciantes da cidade. Dos 67 homens apontados como negociantes, 31 estão localizados nessas quatro quadras. Enquanto isso, entre os moradores do segundo quarteirão não encontramos nenhum comerciante. No primeiro, encontramos apenas 3 pequenos negociantes, cujas rendas não destoam do restante deste grupo, composto em sua maioria por carpinteiros, marítimos, e outros trabalhadores. A maior renda entre esses trabalhadores, habitantes das ruas da Figueira e do Príncipe, era de 720 mil réis, pagos ao alferes de polícia Eduardo José Martins, de 39 anos.

Detalhe do mapa de Desterro em 1819.



Fonte: CABRAL, O.R.. *Nossa Senhora do Desterro*, Notícia, 1. O mapa integral está nos anexos.

Legenda do mapa:

Ruas:

1 – Rua Augusta	14 – Rua do Vinagre	27 – Rua da Palma
2 – Rua da Careira	15 – Beco do Quartel (Beco Sujo)	28 – Rua da Palhoça
3 – Dos Quartéis Velhos	16 – Beco do Cortume.	29 – Rua do Bom Jesus
4 – Do Vigário	17 – Rua do Menino Deus	30 – Rua da Figueira
5 – Rua do Desterro	18 – Rua da Toca	31 – Rua do Passeio
6 – Rua do Alecrim	19 – Rua de São Martinho	32 – Rua da Praia de Fora (de S. Ana)
7 – Rua da Conceição	20 – Rua do Príncipe	33 – Rua de São Marcos
8 – Rua da Lapa	21 – Rua do Senado	34 – Rua do Mato –Grosso
9 – Travessa que vão para o Forte	22 - Rua do Governador	35 – Rua da Trindade
10 – Rua Pedreira	23 – Rua da Palhoça	36 – Rua do espírito Santo
11 – Rua da Fonte Grande	24 – Rua do Livramento	37 – Rua Áurea
12 – Rua da Tronqueira	25 - Rua do Ouvidor	38 – Rua das Olarias.
13 – Quartel do Campo do Manejo	26 – Rua do Propósito (da Paz)	

A distribuição da riqueza entre os bairros pode ser vista também através da soma das rendas de cada um. Novamente observamos a concentração favorável aos bairros cinco, seis,

oito e dez. Enquanto a soma da riqueza deles corresponde a 28:878\$, 28:941\$, 5:836\$, e a 30:966\$, respectivamente, a soma das rendas do primeiro quarteirão soma 5 contos e 920 mil réis.

Não quero com isso apontar que esses seriam quarteirões de elite ou mesmo homogêneos. Profissionais de diferentes especialidades e rendas habitavam todos os quarteirões, mas a renda se concentrava exatamente naqueles habitados por funcionários públicos e comerciantes. Reforçando a importância desses profissionais na concentração de riqueza em Desterro, observamos como os quarteirões mais ricos, aqueles que detêm a maior parte da renda, são exatamente aqueles que concentram um maior número deles.

Deve-se levar em consideração, contudo, que as grandes diferenças apontadas entre o número de habitantes de cada quarteirão podem prejudicar essa análise. Além de não serem socialmente homogêneos, os quarteirões também não pareciam possuir uma padronização espacial. Assim, existiam quarteirões com um número de votantes muito maior do que os outros, como é o caso do primeiro, com 16, do quinto, com 35 e do décimo sexto, com 47. Talvez essa diferença pudesse ser provocada pela maior presença de não-votantes entre os habitantes desses quarteirões. Mas mesmo assim, a análise da renda por pessoa e profissão permite-nos ver a concentração da riqueza nas pessoas e lugares envolvidos com o comércio e o funcionalismo público.

Entre os negociantes, vamos agora analisar a posição daqueles que em algum momento acabaram se ligando ao comércio de escravos. Partindo dos 23 nomes levantados através dos anúncios nos jornais em toda a segunda metade do século XIX, identificamos 6 deles na lista de votantes do ano de 1876. São moradores e têm seus comércios nas ruas centrais da cidade, onde se desenvolve a maior parte das atividades econômicas de Desterro, como já foi visto.

O perfil dos homens que estiveram envolvidos com o comércio de escravos apresenta algumas semelhanças, pelo menos através desta listagem. Todos esses negociantes são homens na faixa entre 31 e 42 anos. Alguns deles começaram no negócio do comércio de escravos quando tinham por volta de 25 anos²³¹. São também todos casados, aproximando seu perfil social de

²³¹ Obtive essa informação através do cruzamento de dados da idade declarada na listagem de eleitores, com o dos primeiros anúncios publicados na listagem dos negociantes envolvidos no comércio de escravos.

respeitáveis homens de família. E esse perfil é reforçado pelo fato de praticamente a totalidade deles ter pais conhecidos e discriminada sua ascendência (com a única e significativa exceção de Victorino de Menezes, que será analisada no capítulo seguinte). Somado a isso sua renda, que lhes fornece plenos direitos políticos, são integrantes importantes da camada de “homens bons” locais.

Sua participação na renda da cidade também lhes confere certo destaque. Com exceção de João Pombinho da Silva e Constantino Ferraz Pinto de Sá, com renda de um conto de réis, todos os outros encontram-se na faixa de renda dos 29% mais ricos da sociedade local, com três deles recebendo 2 contos ou mais, o que os coloca no topo da hierarquia econômica local. A renda somada desses homens, de onze contos e 500 mil réis, representa 17% da renda dos comerciantes de Desterro e 3% da renda total dos eleitores.

Com esse destaque na vida econômica da cidade, não era de se estranhar que muitos desses homens também tivessem passagens pela vida pública. Como representantes dos “homens bons” de Desterro, vemos esses comerciantes ocuparem cargos públicos. Assim, o perfil da camada mais alta da sociedade de Desterro, composta por comerciantes e funcionários públicos, muitas vezes parece estar misturado. Assim sendo, João Pinto da Luz, declarado comerciante e envolvido em pequenas transações com cativos entre 1852 e 1866, foi também Juiz de Paz, Presidente da Mesa Parochial de Desterro²³² e da Junta de Qualificação eleitoral²³³. O Coronel José Bonifácio Caldeira de Andrade, outro negociante ligado a transações com escravos, se apresenta como “Juiz Municipal suplente e do Commercio do Termo desta Cidade”²³⁴ em um edital publicado em jornal de 1854. Complementando o que diziam Joana Maria Pedro e outros autores sobre o papel de destaque que os comerciantes possuíam na hierarquia social local, vemos como a o fato de ser parcialmente composta por negociantes de escravos poderia apontar para a legitimidade da escravidão nesse grupo.

Como membros ativos da sociedade desterrense, os comerciantes aparecem em alguns momentos fazendo subscrições, listas de doações para algumas obras públicas ou ajuda em caso de

²³² BPESC. Conciliador Catharinense, n. 17 de 4 de julho de 1849.

²³³ BPESC. Conciliador Catharinense, n. 66 de 22 de Dezembro de 1849.

²³⁴ BPESC. O Conservador, s/n, de 23 de Agosto de 1854.

emergências. Os homens envolvidos no mercado de cativos, não destoando de sua posição de destaque nessa sociedade, também contribuem com doações nesses momentos. Através dos jornais, vemos em 1874 os nomes de alguns desses comerciantes numa lista de doações para cobrir de zinco o trapiche do Palácio.²³⁵ Em 1877, vários deles participam também de uma subscrição para socorrer vítimas das inundações em Portugal,²³⁶ e em 1880 auxiliam monetariamente o socorro dos pobres na inundação de Itajahy.²³⁷

Representantes da elite local, a camada mais abastada dos comerciantes formava a liderança dos partidos liberal e conservador da província. Segundo Walter Piazza, a divergência que levou a criação desses dois partidos em Santa Catarina deveu-se a questão do lugar em que deveria ser construído o mercado público da cidade. A divisão da opinião na década de 1840 entre os “Judeus” e os “Cristãos” levou, respectivamente, a base de criação dos partidos liberal e conservador²³⁸. Sua diferenciação, a princípio, foi construída mais por divergências pessoais do que por idéias. Entre as lideranças conservadoras, Piazza destaca uma família de comerciantes de Desterro, os Pinto da Luz, atuando especialmente através das figuras de João Pinto da Luz (apontado por Piazza como chefe do partido na província) e seus irmãos José Maria e Jacintho.²³⁹

Através do *Dicionário Político Catarinense*, obra organizada por Walter Piazza, conseguimos obter maiores informações sobre uma parcela dos homens envolvidos no negócio de escravos. Procurando traçar um perfil dos homens que foram eleitos para a vida política na assembléia da província e depois do Estado de Santa Catarina, Piazza fornece rápidas informações sobre a vida de 4 comerciantes listados através dos anúncios de cativos. O já citado João Pinto da Luz, líder conservador, além de ocupar os cargos apontados anteriormente, foi eleito deputado provincial nos anos 1850-51, 1852-53 e 1864-65. Além disso, foi sagrado Cavaleiro da Ordem de

²³⁵ UFSC/BU. O Conservador, n. 178, 4 de novembro de 1874.

²³⁶ UFSC/BU. A Regeneração, n. 843, 8 de fevereiro de 1877.

²³⁷ UFSC/BU. A Regeneração, n. 72, 3 de outubro de 1880.

²³⁸ PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 555.

²³⁹ Idem, p. 526.

Cristo e Oficial da Ordem da Rosa.²⁴⁰ Manoel Moreira da Silva, ligado ao comércio de alguns escravos entre 1854 e 1869, foi filiado ao Partido Conservador e eleito deputado provincial em três magistraturas entre os anos 1858 e 1863, tendo ainda sido convocado como suplente nos anos de 1864-65.²⁴¹ E além deles, podemos localizar ainda dois outros nomes de comerciantes de escravos que foram eleitos para a Assembléia Provincial: Virgílio José Vilella e José Bonifácio Caldeira de Andrade.

Percebemos o poder e prestígio dessas pessoas através de alguns dados biográficos levantados por Walter Piazza. Virgílio José Vilella, além de comerciante, “obteve a patente de Tenente Coronel Comandante do 1º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional do Desterro (26.7.1880).” Foi também “Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional do Desterro (8.3.1884)” e deputado provincial entre 1888-89.²⁴²

José Bonifácio Caldeira de Andrade, ligado a transferências de poucos escravos entre 1851 e 1866, teve ainda mais destaque. Este mineiro, veterano da Guerra de Independência na Bahia (cujos serviços nesta campanha lhe valeram a comenda da Ordem de Cristo), abandonou o serviço militar ativo em Desterro, dedicando-se ao comércio. Foi comandante da Guarda Nacional em Desterro (1840), tendo se reformado com posto de Coronel em 1852. Além do cargo de Juiz de Paz em São José e de Delegado de Terras Públicas em Santa Catarina, ocupou o posto de deputado provincial durante 9 magistraturas, entre os anos de 1842 e 1871, tendo sido vice-presidente da casa por três períodos (1842, 1847 e 1858).²⁴³ Foi membro do partido conservador e considerado como importante apoio para suas primeiras vitórias eleitorais em Desterro.²⁴⁴

Além de indicar a posição de destaque desses comerciantes, os postos políticos e de funcionalismo público ocupados por eles talvez tivessem possibilitado a criação de oportunidades para ganhos maiores. Manolo Florentino aponta que os grandes comerciantes cariocas estavam

²⁴⁰ Idem, p. 416.

²⁴¹ Idem, p. 723.

²⁴² Idem, p. 813.

²⁴³ Idem, p. 55-56.

²⁴⁴ Idem, p. 526.

profundamente ligados ao Estado, ocupando postos através dos quais podiam consolidar seu prestígio e obter privilégios.²⁴⁵

A inserção social e política desses quatro homens, referendadas pelas suas eleições à assembléia provincial por mais de uma vez (fora o caso de Virgílio Vilella), as comandas recebidas, e seu poder nos diversos cargos e comandos ocupados na Guarda Nacional, demonstram o prestígio deles na sociedade. Em nenhum momento observei críticas por causa de sua inserção no mercado de escravos. Essa atividade somente traria riscos a suas posições no caso deste mercado ser mal-visto pela sociedade, o que parece não ter ocorrido. Na leitura dos jornais de época, não transparece a existência de um preconceito para com as pessoas que participam e lucram com o comércio de cativos. O desenvolvimento dessa profissão, em momento algum, aparece como mácula ou é usado em acusações nos jornais da cidade. A única reação observada refere-se ao discurso do deputado Pinheiro, que acusa as pessoas que ganhavam dinheiro com o sofrimento alheio e contribuía para a desordem na sociedade, como visto no capítulo anterior. Nada mais é falado contra esses negociantes; só em 1885 o jornal *Conservador* acusa o jornal rival, *A Regeneração*, de hipocrisia, pois ao mesmo tempo que este apoiava o emancipacionismo, continuava a divulgar anúncios de fugas de escravos²⁴⁶.

Ao contrário dos traficantes envolvidos no comércio africano de escravos, que sofreram pressões e fortes críticas na década de 1840²⁴⁷, os agentes do comércio interno de cativos aparentemente não foram tão combatidos e discriminados quanto seus antecessores. Agindo dentro da legalidade e de uma instituição legítima (mas crescentemente criticada), os comerciantes não viram como um problema se envolverem neste mercado. Acredito mesmo que eles não tenham levado em consideração a possibilidade de serem “marcados” pela participação neste negócio, pelo menos a ponto de acreditar que isso poderia trazer transtornos. Caso contrário, qual o motivo que os teria levado a arriscar um futuro político e uma marca negativa na sociedade, devido a uma atividade economicamente marginal em suas vidas? A não ser que tal atitude, a comercialização de

²⁴⁵ FLORENTINO, M. *Em costas negras*, p. 205.

²⁴⁶ UFSC/BU. *Conservador*, n. 78, 11 de abril de 1885.

²⁴⁷ RODRIGUES, J. *Op. Cit.*, p. 127-128.

escravos, pudesse ser considerada como uma atividade normal, no sentido de corriqueira ou mesmo necessária. Nesse caso, o comércio de escravos aparece como algo destituído de um sentido negativo (ou pelo menos que marque negativamente os envolvidos), não gerando preconceitos para com os negociantes.

Além dos laços políticos e da identificação sócio-econômica, o parentesco unia alguns dos comerciantes. Analisando apenas esse estrito universo de negociantes de escravos, conseguimos observar a presença de alguns laços de parentesco. A princípio, vemos os parentescos mais óbvios entre pais e filhos. Jacintho Pinto da Luz é um dos filhos de João, assim como Constantino Ferraz Pinto de Sá é filho de Silvério Ferraz Pinto. Faria & Filho montam uma firma na qual a esposa substituiu o marido após a morte deste (formando a Viúva Faria & Filho²⁴⁸). Nem todos os filhos acompanham o caminho dos pais, como prova João Floriano e Felisberto Caldeira de Andrade, filhos do comerciante José Bonifácio Caldeira de Andrade, que são apontados como funcionários públicos em 1878²⁴⁹.

Manolo Florentino aponta que a ampliação do raio de ação e dos negócios através de alianças matrimoniais era uma estratégia comum.²⁵⁰ Podemos ampliar essa ação para a tentativa de expandir ou perpetuar os negócios também através da descendência, da divisão e participação dos filhos nos negócios dos pais.

Além desse parentesco direto, temos também o da família mais ampla. Assim, é o primo, Carlos Duarte Silva, quem tutela os filhos de João Pinto da Luz após a morte deste²⁵¹. Isso até que Jacintho, o filho mais velho, adquirisse condições para que ele mesmo pedisse a tutela de alguns de seus irmãos²⁵². A história deste filho nos revela ainda detalhes interessantes sobre a estrutura social local e os riscos do comércio. Mesmo sendo um dos herdeiros de um rico comerciante local e político de destaque, Jacintho teve uma trajetória de vida um tanto conturbada. Apesar de seu pai ter

²⁴⁸ Viúva Faria & Filho, criada com a morte do Faria, anuncia compra de escravos em abril de 1869 e é vendida em março de 1870. UFSC/BU. O despertador, n. 648, 13 de abril de 1869.

²⁴⁹ Lista dos cidadãos qualificados votantes pela junta municipal da cidade do Desterro, districto de Nossa Senhora do Desterro. UFSC/BU. A Regeneração, n. 1029, 26 de dezembro de 1878.

²⁵⁰ FLORENTINO, M. *Em costas negras*, p. 205.

²⁵¹ Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ATJSC). Suplimento de idade. 30 de setembro de 1868.

²⁵² ATJSC. Tutela. Jacintho consegue a tutela do irmão, Elesbão Pinto da Luz, em agosto de 1870.

sido uma das lideranças conservadoras da província, ele apóia os liberais, aparecendo em uma lista deste partido. Já Tenente Coronel da Guarda Nacional, tendo sido também comandante do 1º Batalhão de Artilharia e presidente do conselho de qualificação da Guarda Nacional das paróquias de Desterro e Trindade,²⁵³ Jacintho abre um processo de falência no final de 1873.²⁵⁴ Em decorrência deste processo, que terá ampla cobertura na imprensa devido a uma série de denúncias de fraude, este comerciante acaba recebendo um mandato de prisão após sair da província sem pagar suas dívidas.²⁵⁵ Infelizmente não consegui descobrir como terminou o caso deste comerciante que negociou diversos escravos entre 1868 e 1870, mas ele continuava presente em Desterro com seu negócio em 1876, sendo listado entre os eleitores.²⁵⁶

Outros comerciantes também aparecem em processos de tutela, mostrando de certa forma seu lugar de destaque na comunidade. Através de um processo de suplimento de idade, Constantino Ferraz Pinto de Sá, também em fins da década de 1860, pede a maioria de seu tutelado, Antonio Martins Vieira, e presta contas do que gastou e recebeu com o garoto neste período²⁵⁷.

Além disso, negociantes que aparecem envolvidos com o comércio de escravos aparecem também recebendo poderes em diversas procurações. Assim, somente em 1879 temos Jacintho Pinto da Luz²⁵⁸ recebendo poderes para ser inventariante, Manoel Moreira da Silva ganhando poderes para retirar o soldo de um praça, o que se repetirá nos meses seguintes, com mais três praças. Refletindo certo prestígio social, Virgílio José Vilella foi convidado para ser padrinho de batismo em 1879, na cidade de Lages, mas não podendo comparecer, passa uma procuração para ser representado na pia batismal.²⁵⁹ E outros comerciantes deste grupo aparecem recebendo poderes para as mais diversas situações em outros anos.

²⁵³ BPESC. O Despertador, n. 962, 20 de abril de 1872.

²⁵⁴ UFSC/BU. A Regeneração, n. 521, 20 de outubro de 1873.

²⁵⁵ UFSC/BU. O Conservador, n. 96, 7 de janeiro de 1874 e O Conservador, n. 154, 12 de agosto de 1874, respectivamente.

²⁵⁶ BPESC. O Conservador, n. 328, 10 de maio de 1876.

²⁵⁷ ATJSC. Suplimento de idade. 01 de fevereiro de 1869. É interessante analisar estes processos como forma de atingir o custo de vida em determinadas épocas, pois eles incluem gastos com educação, vestuário e outros realizados em benefício do tutelado.

²⁵⁸ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 47 (1879-1880), p. 40-41.

²⁵⁹ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 47 (1879-1880), p. 29.

Observando a posição social e econômica desses comerciantes, percebemos com sua atuação no comércio de escravos não os diferenciou do restante de sua classe. Suas atividades no comércio de gêneros e em cargo públicos parecem não ter sido afetadas por sua participação na negociação de cativos, pelo menos em um período onde essa instituição ainda era bastante aceita.

Da mesma forma como sua participação como comerciantes de escravos parece não ter marcado este grupo, o próprio tráfico de cativos parece não ter exigido deles demasiada atenção. Entendo, assim, que o comércio de escravos não parece ter sido capaz de sustentar sozinho uma casa comercial, ou exigir a atenção exclusiva de um negociante devido ao seu volume e complicações. E isso parece ter se aplicado mesmo com comerciantes envolvidos no tráfico interprovincial de cativos.

Estudando o tráfico interno de escravos após 1850, Robert Slenes aponta que a intensificação deste comércio, somada ao desenvolvimento dos meios de comunicação (telégrafos) e transporte, com linhas regulares de vapores, permitiram diminuir os custos e a especialização necessária ao tráfico de escravos²⁶⁰. A possibilidade de enviar cativos por linhas regulares de vapores, sem necessidade de transporte especial ou escolta diminuía o investimento necessário, e facilitava a vida do comerciante, visto que este não precisava se preocupar com o transporte e nem mesmo viajar acompanhando os escravos.²⁶¹ A isso se somava o fato de que havia ficado mais fácil manter contatos com outras casas comerciais na Corte e outras regiões do Sudeste que demandavam cativos, permitindo o estabelecimento de companhias ou acordos entre comerciantes que passaram a cuidar apenas de determinadas etapas do tráfico interno. Assim, um comerciante da província podia receber uma encomenda de um negociante do Sudeste e tratar somente de comprar e enviar a este o número de cativos pedidos. Seus lucros se faziam nesta curta operação de compra, transporte e revenda, sem que houvesse a necessidade de procurar mercado para os escravos adquiridos.

²⁶⁰ SLENES, Robert W.. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976, p. 150.

²⁶¹ Como consta no capítulo anterior, detectei apenas um dos comerciantes acompanhando os escravos em viagem ao Sudeste. Trata-se de Victorino de Menezes, que será analisado separadamente no próximo capítulo.

Sem exigir muito dos negociantes locais, a inserção no comércio interprovincial de escravos foi possível a vários deles. No universo de 21 comerciantes ligados a transações com escravos em Desterro, 10 deles parecem estar ligados ao tráfico interno. Os indícios para essa afirmação foram encontrados em alguns anúncios onde foi colocada a necessidade de “comprar vários cativos para encomendas do Rio de Janeiro”²⁶². Além disso, anúncios de compras de “vários” ou “alguns” cativos, que seguem praticamente um padrão ao exigir escravos em idade produtiva, em média entre 14 e 26 anos, e geralmente do sexo masculino, foram considerados quase um modelo para transações para fora da província. Esses anúncios surgem no fim da década de 1860 e se repetem durante mais da metade da década seguinte. Em diversos momentos, podemos ver no mesmo jornal mais de um anúncio com as mesmas características de escravos desejados, mas de diferentes compradores.

Uma análise do período de atuação desses comerciantes nos ajuda a entender a influência que o tráfico interno teve na sua decisão de se envolverem com o comércio de escravos. O quadro com os comerciantes ativos por anos nos ajuda a compreender melhor este processo.

Tabela 6 - Comerciantes ativos por intervalo de 5 anos

1850-1855	1856-1860	1861-1865	1866-1870	1871-1875	1876-1880	1881-1885
8	4	7	12	9	6	1

Fonte: Anúncios de compra e venda de escravos nos periódicos de Desterro, 1849-1888.

Observamos como a presença de negociantes ligados ao comércio de escravos é uma constante ao longo da segunda metade do século, desaparecendo somente na década de 80. Além disso, fica claro como o período de maior atividade de comerciantes de escravos coincide com um período de intensificação do tráfico interno, no fim da década de 1860 e durante toda a seguinte. Essa hipótese também é apoiada pelo fato de que quase todos os anúncios de compras de “vários escravos” estão localizados no período posterior a 1867.

Em certo ponto, a visão do comércio interprovincial como uma boa oportunidade de negócios parece ter agido sobre os comerciantes de Desterro de forma semelhante à atração que o

²⁶² UFSC/BU. O Despertador, n. 1036 de 7 de Janeiro de 1873.

tráfico atlântico exerceu sobre os comerciantes cariocas em fases de expansão da procura. Como nos coloca Manolo Florentino, “sendo o tráfico um negócio altamente rendoso e especulativo, muitos foram os traficantes de última hora, homens que, diante de uma conjuntura excepcionalmente favorável, canalizavam boa parte de seus recursos para a aventura do comércio de homens.”²⁶³ Essa atração, somada as facilidades que permitiam aos comerciantes não dedicarem grandes investimentos ao negócio, é uma boa explicação para a expansão do número de negociantes em fins da década de 1860. Somava a possibilidade do lucro sem os grandes riscos que marcavam o tráfico africano, que pelos seus custos e perigos, poderia tanto enriquecer quando levar a completa ruína os homens que nele apostavam.²⁶⁴

A inserção dos comerciantes de Desterro neste mercado pode ainda ter sido facilitada pelo aproveitamento de canais comerciais já estabelecidos com comerciantes da praça do Rio de Janeiro. Como nos coloca Laura Hubener, boa parte das mercadorias importadas que circulavam em Desterro vinham para a cidade através da Corte. Em alguns jornais vemos os comerciantes locais anunciando a chegada de embarcações com as mais diversas mercadorias vindas do Rio.²⁶⁵

Exemplos das carreiras de comerciantes na praça de Desterro ajudam a apontar essa possibilidade, de que a inserção no tráfico interprovincial foi uma forte influência para a participação de alguns negociantes no mercado de cativos. José da Lapa e Souza Cuentro, que atuou com compra e venda de escravos entre 1861 e 1870, sendo responsável por diversas compras e 2 vendas, somente entra no mercado de compra de lotes de cativos no ano de 1868. Esse parece ter sido um ano chave para este comércio interprovincial, marcando o início da presença constante de anúncios de compras de números indefinidos e de grupos. Parece ser aproveitando essa oportunidade aberta pela expansão do mercado interno que João Pombinho da Silva anuncia a compra de cativos, pois atua somente no ano de 1873, e exclusivamente com a compra de “vários escravos”.

²⁶³ FLORENTINO, Em costas negras, p. 149

²⁶⁴ FLORENTINO, *idem*.

²⁶⁵ Em 1870, Costa Sobrinho & Motta anunciam a chegada de um navio com vários gêneros trazidos do Rio de Janeiro e consignados aquela casa. UFSC/BU. O Despertador, n. 738, 22 de fevereiro de 1870.

A duração do envolvimento desses comerciantes com o tráfico foi bastante diferenciada. Antes da década de 1860, a comercialização de pequenos grupos de escravos parece ter se dado em grandes intervalos de tempo. Diversos comerciantes ficaram muitos anos neste mercado, mas no geral, somando os anúncios, comercializam 4 ou 5 cativos. A predominância era de transações no mercado local, como intermediários de senhores da região. Assim, como negociantes que eventualmente faziam transações com cativos, o que pareceu ser regra entre os envolvidos antes da década de 1860 (8 deles), a média de permanência no ramo é de 9,75 anos. A situação mudou a partir de meados da década de 1860. Com a expansão do tráfico interno e uma maior participação dos comerciantes de Desterro neste mercado, ocorreu também uma ampliação na procura por escravos (majoritariamente para compras). Contudo, a média de permanência neste mercado cai para 5,07 anos. A participação parece ter se tornado mais casual, com alguns negociantes assumindo mais seriamente uma concorrência para canalizar o fluxo de escravos para fora da província, o que pode ter contribuído para a saída de comerciantes deste negócio. Diversos negociantes tentaram aproveitar essa ampliação da demanda, mas poucos foram os que conseguiram se estabelecer por muito tempo neste mercado.

Aproveitando um momento de desenvolvimento do comércio interprovincial de escravos, somada às facilidades de fazer parte dele pelo desenvolvimento dos transportes, comunicações e à pré-existência de redes comerciais, vários comerciantes de Desterro escolheram fazer parte deste negócio.

Entre esses anúncios, em 1868, vamos encontrar o de Manoel Antonio Victorino de Menezes:

Escravos

Quem tiver crioulos de 10 à 26, e crioulas de 8 à 14 annos de idade, se os quizer vender por muito bom preço e, sendo sadios e vistosos, dirija-se as Largo da Praça n. 24, sobrado, aonde se comprão estes escravos para seguirem para o Rio de Janeiro.

Victorino de Menezes.²⁶⁶

²⁶⁶ BPESC. O Despertador, n 572, de 14 de julho de 1868.

Victorino de Menezes tem sua trajetória em Desterro marcada profundamente por sua atividade como comerciante de escravos. E é a essa trajetória que irei me ater a partir de agora.

Capítulo 4

Victorino de Menezes

Desaparecimento

Pedem-nos que chamemos a atenção das autoridades para o desaparecimento de Manuel Antonio Victorino de Menezes, que d'aqui sahiu, há quatro mezes, para São Paulo.

Esperamos que a illustrada imprensa paulistana tome em consideração o facto com a sua publicidade.²⁶⁷

Foi recebida com indignação e horror pela nossa população a notícia do feroz assassinato de que foi vítima Manuel Antonio Victorino de Menezes na opulenta cidade de Campinas.²⁶⁸

A partir do fim de março e durante todo o mês de abril de 1885, os jornais de Desterro, reproduzindo matérias de periódicos de Campinas e da Corte, deram ampla cobertura ao assassinato de um dos comerciantes desta praça: Manuel Antonio Victorino de Menezes. O crime nos chama a atenção por sua violência, mas a documentação gerada nos permite conseguir maiores informações sobre sua vítima.

Victorino de Menezes, considerado por alguns historiadores catarinenses como o maior comerciante de escravos de Desterro²⁶⁹, foi morto em Campinas justamente em uma de suas viagens de negócios, na qual cobrava dívidas neste município. De acordo com o processo, foi exatamente o volume do dinheiro arrecadado que teria motivado o assassinato. Mais de 20 contos de réis estariam em posse de Victorino no momento do crime, que tinha o costume de manter grandes quantidades de dinheiro consigo, segundo o que foi apontado nos depoimentos de pessoas que o conheciam²⁷⁰.

O destaque dado ao caso e as informações levantadas por sua cobertura na imprensa apontam para uma série de questões ligadas não somente a Victorino, mas aos homens que estavam envolvidos com o comércio de escravos de uma maneira geral. O que pretendemos aqui, através da

²⁶⁷ Universidade Federal de Santa Catarina/Biblioteca Universitária (UFSC/BU). Conservador, n. 13, 17 de janeiro de 1885.

²⁶⁸ UFSC/BU. A Regeneração, n. 64, 31 de março de 1885.

²⁶⁹ CABRAL Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 393; e PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária, 1975, p. 39.

²⁷⁰ UFSC/BU. O Despertador, n. 2289, de 8 de Abril de 1885.

análise da trajetória de Victorino, é levantar maiores informações sobre o funcionamento do comércio de escravos e sobre os negociantes que estavam operando com o tráfico interno em Desterro.

“Filiação desconhecida”

Manoel Antonio Victorino de Menezes teve uma trajetória de vida incomum para um rico comerciante da praça de Desterro. Em primeiro lugar, ele não era natural desta cidade ou mesmo da província de Santa Catarina, ao contrário da grande maioria dos demais negociantes de escravos. Em seu testamento ele declara ter nascido na província do Rio de Janeiro e, o que nos chama mais atenção para sua pessoa, que é “filho de pais incógnitos.”²⁷¹

O desconhecimento da identidade de seus pais nos coloca uma série de dúvidas sobre a origem e os primeiros anos de vida deste homem. Quem eram seus pais e por que o haviam abandonado? Quem o teria criado? Onde e sob quais condições ele cresceu? Multiplicam-se os questionamentos, mas a falta de informações precisas sobre seu local de nascimento e de relatos sobre seus primeiros anos de vida nos impede de obter as respostas que procuramos. Devido a essa falta de dados, não conseguimos responder nem mesmo qual era sua cor.

Mesmo sem respostas sobre sua criação, podemos perceber que ele recebeu uma boa educação através de alguns relatos. Cabral aponta que “Menezes, capitalista e elegante, era homem de maneiras finas (...)”.²⁷² Esta afirmação de Cabral é reforçada pelos depoimentos de algumas pessoas interrogadas no processo gerado pelo seu assassinato. Temos a visão de que “Victorino era homem sério, de costumes morigerados e methodicos e de hábitos regulares.”²⁷³

²⁷¹ Testamento de Victorino de Menezes, publicado no jornal A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885.

²⁷² CABRAL, O. *Nossa Senhora do Desterro*. V. 1 – Notícia. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 137-138.

²⁷³ UFSC/BU. A Regeneração, n. 70, 08 de abril de 1885.

Victorino foi casado com dona Izabel Francisca de Menezes. Com ela teve duas filhas até 1874, ano em que fez seu testamento, Maria (que já havia falecido naquela data) e Leonor.²⁷⁴ No testamento de Victorino ainda fica clara que a relação com sua família se deu à distância, pelo menos nesses primeiros anos. No mesmo ano, enquanto está em Desterro, sua mulher e filhas estão em Itapemirim, no Espírito Santo.²⁷⁵ A duração desta relação de distância com sua família não está bem clara. Em 1880 esse comerciante passou uma procuração para a venda do escravo Ignácio em Itapemirim,²⁷⁶ que aparece no testamento de 1874 como estando naquela cidade em companhia da esposa do comerciante. As viagens e as visitas de Victorino a sua família talvez fossem constantes, aproveitando as viagens de negócios que este comerciante realizava ao Sudeste, como será melhor visto posteriormente. Em alguns momentos também podemos perceber a visita de sua família a Desterro, como em 1871, quando o nome de Menezes aparece na relação de passageiros que chegaram a capital catarinense, vindos do Rio de Janeiro a bordo do vapor *Calderon*, acompanhado de sua senhora, 2 filhas e 2 criados.²⁷⁷ A confusão do local de moradia de sua família aparece mesmo no desenrolar dos fatos posteriores a seu assassinato. Acompanhando o caso, o jornal *Gazeta de Notícias* reproduz um resumo do ocorrido, apontando que o local de moradia da família do comerciante é Itapemirim, em Santa Catarina.²⁷⁸ Também é a cobertura dos periódicos que nos informa que a mala de Victorino, encontrada em Santos após o assassinato, havia sido despachada para sua família em Santa Catarina.²⁷⁹

Essa confusão parece mais explicável da seguinte forma. Victorino parece ter constituído família em Itapemirim, Espírito Santo. Talvez fosse o local de onde sua esposa, Izabel, fosse natural, ou onde residia a família desta. De qualquer forma, Menezes e sua família tinham propriedades naquela região, onde sua esposa e filhas ficavam, pelo menos nos primeiros anos depois de sua vinda para Desterro. Nesta cidade, o comerciante desenvolveu uma série de relações,

²⁷⁴ Testamento de Victorino de Menezes, publicado no jornal *A Regeneração*, n. 90, 1 de maio de 1885. UFSC/BU.

²⁷⁵ *Idem*.

²⁷⁶ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 48 (1880), p. 46-46v.

²⁷⁷ UFSC/BU. *O Despertador*, n. 903, 22 de setembro de 1871.

²⁷⁸ Não fica claro se o jornal *Gazeta de Notícias* é publicado na Corte ou em Campinas, pois a matéria que tivemos acesso, uma reprodução deste jornal, foi divulgada em Desterro através de *A Regeneração*, n. 70, 08 de abril de 1885. UFSC/BU.

²⁷⁹ UFSC/BU. *O despertador*, n. 2293, 22 de abril de 1885.

como se verá a seguir. Sua família parece ter continuado a viver em Itapemirim, mas fazia visitas a Santa Catarina, da mesma forma que ele poderia visitá-los em suas idas ao Sudeste. A mudança da família de Victorino para a capital catarinense somente pode ser confirmada através da análise do processo de seu inventário. Conturbado por petições e irregularidades, o inventário e a partilha dos bens de Menezes nos fornecem almas pistas importantes, que serão melhor vistas mais adiante. Para o presente assunto, traz a afirmação que Isabel, naquela época já viúva do comerciante, residia em Desterro,²⁸⁰ juntamente com sua filha Leonor e o marido desta, Sebastião Gomes Pereira.²⁸¹

Os fatos tornam-se mais obscuros quando se trata das relações que este negociante desenvolve aqui em Desterro. Ele criava e educava o menor Hercílio Victorino de Menezes, filho de Maria Margarida Duarte. Em 1880, juntamente com sua esposa, Victorino de Menezes doou para este menor seu sobrado localizado no Largo do Palácio, n. 18, e passou a pagar aluguel a Hercílio, cujo valor (50 mil réis mensais) o comerciante se comprometeu a guardar até a maioridade do menino. O valor do imóvel foi calculado pelo próprio negociante em 6 contos de réis.²⁸² A motivação da doação de uma casa de alto valor, no centro da cidade, próximo ao centro do poder local, ainda nos é desconhecida. A mãe deste menor era a liberta Maria, parda que foi escrava de Victorino e vivia em sua companhia. No testamento a escrava recebe de herança, além da liberdade, 2 contos e 500 mil réis, mais 1 conto e 500 mil réis para seu filho recém nascido, e ainda “todos os utensílios, roupa e todos os mais objectos de uso domestico que se acharem em minha residência.”²⁸³

Segundo Oswaldo Cabral, mesmo sendo elegante e de maneiras finas, Victorino não teria conseguido penetrar na sociedade desterrense, que não aceitava a sua condição de traficante.²⁸⁴ Contudo, podemos perceber a inserção deste comerciante na sociedade local através do próprio testamento que ele deixou em 1874. Na distribuição que deveria ser feita de seus bens e de alguma

²⁸⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (APESC). Inventário de Manoel Antonio Victorino de Menezes. Processos judiciais, Cx. 6, Pasta 94, p. 9. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (APESC)

²⁸¹ APESC. Processos judiciais, Cx. 6, Pasta 94, p. 66.

²⁸² Cartório Kotzias. Livro de notas n. 48 (1880), p. 41-42v.

²⁸³ Testamento de Victorino de Menezes, publicado no jornal A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885. UFSC/BU.

²⁸⁴ CABRAL, O. *Nossa Senhora do Desterro*. V- 1. A notícia, p. 137-138.

quantidade de dinheiro, Victorino elencou uma série de compadres e afilhados. Em Sambaqui, ele deixou 800 mil réis a duas filhas de José de Queiroz, entre as quais sua afilhada Leopoldina; 200\$ a sua afilhada Cecília, filha de Eduardo Levéque; além de mais 200\$ a seu afilhado Antonio, filho de seu compadre Veríssimo, também morador do Sambaqui. Ainda deixou propriedades e dinheiro em Canasvieiras para conhecidos da mesma região, e também “a Antonio Bernardino dos Santos Castão, súbdito português e companheiro de minhas viagens a quantia de quatrocentos mil réis.” O modo como Victorino e este português se conheceram, as viagens nas quais este lhe fez companhia e a possível relação de amizade entre os dois, além dos diversos laços com os habitantes de Sambaqui e Canasvieiras, mostram mais das relações desenvolvidas nas Ilha de Santa Catarina, que permitiam uma certa familiaridade e o sentimento de pertencimento ao negociante.

No círculo da sociedade comercial, os vínculos de Victorino talvez fossem mais frágeis, e é possível que este seja o sentido que Cabral quisesse dar ao falar da falta de penetração dele na sociedade de Desterro. Mesmo assim, percebemos a aproximação dele com alguns negociantes da praça. Suas disposições testamentárias já apontavam essa ligação, pois Firmino Duarte Silva, comerciante local, além de Constâncio José da Silva Pessoa Junior, morador de São José, foram incumbidos de executarem as vontades finais de Menezes.²⁸⁵ Ainda localizamos em algumas procurações uma parceria, mesmo momentânea, entre Victorino e outros comerciantes desta praça. Dessa forma, em dezembro de 1874, Victorino de Menezes em parceria com a casa Motta & Costa e Frederico Noronha, são encarregados de vender o escravo Joaquim, em qualquer lugar do império.²⁸⁶ Em 1879, é João Pombinho da Silva quem estabelece uma parceria com Victorino para a venda da cativa Fortunata.²⁸⁷ Além disso, talvez devido também ao tamanho de suas posses, no processo de seu inventário diversos nomes da sociedade local aparecem envolvidos tais como: o

²⁸⁵ No processo de inventário, Constancio José da Silva Pessoa Junior acaba sendo o testamentário. APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, p. 8.

²⁸⁶ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 37 (1874-1875), p. 43v-44.

²⁸⁷ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 44 (1875-1879), p. 45v-46.

comerciante Manoel Moreira da Silva, o Comendador José Delfino dos Santos, João Custódio Dias Formiga, André Wendhausen, entre outros²⁸⁸

Tentativas de fazer parte da sociedade local, por parte de Victorino, de estabelecer um melhor relacionamento com a camada de comerciantes da qual fazia parte talvez tenham motivado algumas das ajudas que este comerciante prestou a obras locais. Como vimos no capítulo anterior, em alguns números dos periódicos foram publicadas listas de donativos arrecadados em Desterro para a realização de algumas obras e auxílios. Assim, em 1874, numa subscrição de comerciantes para cobrir de zinco o trapiche do Palácio, vemos o nome de Victorino ao lado de diversos outros negociantes desta praça.²⁸⁹ Em 1877, Menezes também participou de uma subscrição para socorrer vítimas das inundações em Portugal,²⁹⁰ e em 1880 vemos seu nome entre os que auxiliavam monetariamente o socorro dos pobres na inundação de Itajahy.²⁹¹

Como um homem de sua época, podemos observar na maneira como Victorino de Menezes investia seu dinheiro padrões compartilhados por senhores e comerciantes. Através dos Autos de Descrição e Avaliação de seu processo de inventário, podemos conseguir algumas informações sobre as opções de investimento deste comerciante. Na análise de sua riqueza, destaca-se a opção pela compra de imóveis, que Frago e Martins detectam mesmo nos ricos comerciantes da Corte.²⁹² De um montante calculado em 47:593\$000 réis, mais da metade disso (30:043\$000 réis) estava constituída de imóveis e terras, bens de raiz como eram chamados.²⁹³ Distribuía-se em dois sobrados (um na praça Barão de Laguna, antes conhecida como Largo do Palácio; e outro na João Pinto), e casas e terrenos nas ruas João Pinto, Trindade e Santa Anna. Além deles, havia fazendas na Enseada de Brito e no lugar denominado “Serraria”, em São José.²⁹⁴ Os aluguéis desses imóveis

²⁸⁸ APESC. Processo de inventário. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, p. 7-8, 16v

²⁸⁹ UFSC/BU. O Conservador, n. 178, 4 de novembro de 1874.

²⁹⁰ UFSC/BU. A Regeneração, n. 843, 8 de fevereiro de 1877.

²⁹¹ UFSC/BU. A Regeneração, n. 72, 3 de outubro de 1880.

²⁹² FRAGOSO, João; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão*. (I). Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 144.

²⁹³ APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, Auto de partilha, p. 105. Este é o segundo auto de partilha do processo, pois o primeiro deles acabou sendo deixado de lado devido a uma série de irregularidades apontadas pelo advogado da parte de Maria Margarida e seu filho Hercílio.

²⁹⁴ APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, Auto de descrição e avaliação, p. 55v-56.

na cidade rendiam o equivalente a 4:744\$000 no período entre outubro, mês em que ele desaparece, até abril, quando foi iniciada a partilha.²⁹⁵ Por fim, havia 12 contos e 700 mil réis a receber de diversas dívidas e empréstimos, entre eles 7 contos de réis de parte de Manoel Jorge Graça, comerciante de Campinas.²⁹⁶

O processo de inventário de Victorino foi caracterizado por uma série de queixas e denúncias de irregularidades. Os grandes protagonistas acabaram sendo a liberta Maria Margarida Duarte e seu advogado, José Delfino dos Santos, que por vezes questionaram a validade e veracidade do processo. O início da avaliação foi marcado pela aceitação do testamento e a partir dele começou a partilha. Mas o advogado apontou erros como a listagem de casas que já haviam sido vendidas, a avaliação de móveis da casa de Victorino, que segundo sua interpretação do testamento deveriam ser dadas a Maria, e a não declaração de rendas de aluguéis e do dinheiro a receber de Campinas, cuja soma era superior a 10 contos.²⁹⁷ Cobrou ainda os aluguéis vencidos do sobrado onde moravam Menezes e Izabel, que havia sido doado ao menor Hercílio, seu tutelado. Entre a doação em 1880 e a partida de Victorino, em outubro de 1884, calculo em 2 contos e 608 mil réis o valor devido.²⁹⁸ Até o fim do processo, a maior parte de suas queixas acabou acatada, com as justificativas da viúva, mas a questão dos móveis permaneceu aberta e não ficou claro como foi resolvida.

Ganhando dinheiro com o mercado de escravos, Victorino não deixou de participar dele, atuando como senhor de cativos. Através do testamento, sabemos que o comerciante, em 1874, era senhor de quatro cativos. Maria, a parda que ele liberta, e que já estava sob condição; Mariano e Ignácio, que acompanhavam sua esposa no Espírito Santo, e Manoel, que estava em sua companhia.²⁹⁹ Como negociante e possuidor de pequenas propriedades, aparentemente Menezes não precisava de grandes contingentes de cativos, mas os possuía para desenvolver atividades variadas,

²⁹⁵ O valor desses aluguéis foi também incluído na partilha devido ao protesto do advogado de Maria Margarida. APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, P. 74v-75.

²⁹⁶ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 74v.

²⁹⁷ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 72-75v.

²⁹⁸ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 73v.

²⁹⁹ UFSC/BU. A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885.

domésticas, de cuidado com essas propriedades ou mesmo no auxílio ao seu negócio. Talvez Manoel e Maria, os cativos que estavam em sua companhia em Desterro, tivessem um papel ativo no cuidado dos escravos que esperavam o embarque para o Sudeste. Sidney Chalhoub, analisando o levante de escravos na loja do comerciante Velludo, na Corte, aponta que entre eles havia um cativo do comerciante, que dividia os aposentos com os escravos postos à venda.³⁰⁰ Talvez este cativo também tivesse uma função ligada aos cuidados com os demais, mas isso não transparece no desenvolvimento da argumentação de Chalhoub.

Envolvido de certa forma com uma política de negociação com seus cativos, vemos em 1873, que Menezes libertou a parda Maria, de dezesseis anos, sob a condição que ela lhe servisse durante mais cinco anos.³⁰¹ O negociante não teve um ganho financeiro com a libertação da cativa. Com relação à escrava, a motivação que o levou a dar liberdade à mesma talvez passasse por compromissos assumidos com ela para a garantia de uma serviçal obediente. O próprio comerciante declarou que isso era uma forma de recompensá-la pelos bons serviços prestados. De qualquer forma, entendo que a lógica que guia esta ação de Victorino é diferente da que coordena seus negócios. O que transparece é que o comerciante, neste caso, está colocado em outra rede de compromissos, que não o permitem tomar as decisões às quais ele recorria para negociar cativos alheios.

O tratamento que ele dispensou a esta cativa foi diferencial, talvez devido a acordos, à sua proximidade ou às relações que se desenvolveram entre eles. Chama-nos a atenção o fato de Maria ter sido citada no testamento, sendo beneficiada com uma boa quantia em dinheiro. E a própria forma de lidar com esta escrava foi diferente do que se observou com outros cativos. Isso se verifica pois em 1880, foi através da venda que Menezes tentou se livrar do cativo Ignácio, que estava em Itapemirim. A falta de um acordo que previsse a liberdade, ou o entendimento que Ignácio teria descumprido alguma determinação, quebrado alguma regra e com isso comprometido sua obediência ao senhor talvez tenham motivado esta ação diferenciada.

³⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. , 29, 33.

³⁰¹ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 35 (1872-1873), p. 121v.

A libertação de uma cativa também não significou seu rompimento com o escravismo. Pelo seu testamento vemos como ele era senhor de mais alguns cativos, que não foram beneficiados no mesmo, mostrando a relação diferenciada que tinham com seu senhor. Além disso, em 1881, Victorino adquiriu em Desterro duas escravas domésticas.³⁰² Essa ampliação na sua posse de escravos na capital catarinense pode apontar para a vinda de sua família. De toda forma, tal ampliação (que devido à transferência de propriedade não acreditamos ser para a comercialização) nos demonstra a confiança de Victorino na continuidade da escravidão, compartilhada por muitos outros senhores que negociaram diversos cativos ao longo da década.

No momento de sua morte, somente uma escrava apareceu listada em seus bens. Era justamente Barbara, uma das cativas que Menezes havia comprado em 1881.³⁰³ Avaliada em 100 mil réis, ela aproveitou esse momento em que seu futuro estava em jogo, em que os laços de propriedade haviam afrouxado, e juntou suas economias para comprar sua liberdade, direito que já possuía desde a lei de 1871.³⁰⁴ Dessa forma conseguiu sua liberdade, já surgindo como liberta no final do processo.³⁰⁵

“O mais forte comprador de escravos”

ESCRAVOS

O abaixo assignado compra escravos de ambos os sexos de 12 a 30 annos de idade, e está pagando preços mais altos do que qualquer outro.

LARGO DO PALACIO N. 16

*Victorino de Menezes.*³⁰⁶

³⁰² Cartório Kotzias. Livro de notas de escravos n. 9 (1879-1881), p. 46v-48.

³⁰³ Cartório Kotzias. Livro de notas de escravos n. 9 (1879-1881), p. 46v-47.

³⁰⁴ Artigo 4, paragrafo 2, da Lei n. 2040, de 28 de Setembro de 1871. SENADO FEDERAL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento*, Op. Cit., p. 486; CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 107.

³⁰⁵ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 29, e Auto de partilha, p. 105.

³⁰⁶ UFSC/BU. O Conservador, n. 172, 14 de outubro de 1874.

Com anúncios como este, Menezes divulgava seu negócio pela cidade. Este negociante foi apontado por Oswaldo Cabral e Walter Piazza como o maior comerciante de escravos de Desterro. O primeiro ainda nos dá um pouco mais de detalhes da atuação de Victorino:

Parece que o mais forte comprador de escravos por grosso, que se estabeleceu no Desterro, foi um tal Vitorino de Menezes, de quem já falei, que anunciava o seu nefando comércio, pela primeira vez, em 1868 (...)

Vitorino estabeleceu o seu escritório bem no coração da cidade, na Praça, à mão, pagando de contado. Dali, segundo creio, com razões para isso, os negros que comprava eram levados para um depósito que se localizava nas proximidades do cemitério (atual rua Hoepcke), senzala que ficava então numa viela que ficou conhecida como rua do Vitorino de Menezes.³⁰⁷

Apesar de não podermos averiguar boa parte das informações colocadas por Cabral, minha pesquisa em relação aos anúncios é condizente com sua afirmação sobre a multiplicação dos anúncios dos “negócios negreiros”. A referência à rua que recebia o nome do comerciante, na verdade uma travessa, é corroborada por uma queixa publicada em um dos periódicos de Desterro, que trata da falta de cuidados e do mato que cresceu na “travessa do Victorino de Menezes”.³⁰⁸ Além disso, também pelos indícios coletados nesta pesquisa, concordo com a idéia de que Victorino possa ter sido o comerciante que maior volume de cativos transferiu. Isso se baseia nos próprios anúncios, tanto por sua duração e repetição quanto aqueles em que ele divulgava os volumes das encomendas a ele solicitadas para o Rio de Janeiro.

Durante todos os anos entre 1868 e 1876 observei a presença de anúncios de Victorino, todos ligados à compra de grupos de escravos, sendo que alguns desses são repetidos nos jornais durante anos inteiros. Suas atividades, contudo, não terminam em 1876, sendo que ainda foram localizadas procurações em seu nome no ano de 1880, concedidas para que ele comercializasse cativos na Corte³⁰⁹.

Além disso, temos os valores das encomendas por ele divulgadas. Em geral, nenhum dos comerciantes divulgou o volume de suas encomendas, anunciando apenas que compravam escravos.

³⁰⁷ CABRAL, Op. Cit., p 404.

³⁰⁸ UFSC/BU. O Conservador, n. 418, 21 de abril de 1877.

³⁰⁹ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 48 (1880), p. 43v-44.

Victorino, contudo, em alguns momentos anunciou a necessidade de comprar para satisfazer encomendas. Assim, em 30 de maio de 1869, ele divulgou uma encomenda de 80 escravos, lavradores, para o Rio de Janeiro³¹⁰. Além dessa, outras menores aparecem em anos posteriores. No geral, considerando apenas as encomendas tornadas públicas em 8 anos de anúncios, 163 escravos teriam sido encomendados e transferidos por suas mãos. Isso sem contar as transferências corriqueiras, em que ele anunciava a compra mas não o número de cativos.

Estabelecido no centro da cidade, junto à praça (atual Praça XV), próximo ao Palácio de Governo e a Matriz, Victorino anunciava suas compras divulgando que pagava os melhores preços, além de dar gratificações a quem agenciasse negócios³¹¹.

Seu envolvimento com o tráfico interno de cativos aparece em outros registros além dos anúncios. Em alguns anos, os jornais de Desterro trazem registros da movimentação do porto, indicando entradas e saídas de navios, seus destinos e passageiros. Aí, vamos encontrar senhores ou encarregados viajando acompanhados de escravos. Entre eles, com alguma frequência, encontramos Victorino de Menezes viajando com um pequeno número de cativos em direção a algum porto do Sudeste. Em 9 de janeiro de 1869, este comerciante embarcou no vapor Arinos rumo ao Rio de Janeiro levando 6 escravos em sua companhia³¹². Em 1879 conseguimos observar melhor esse procedimento de transporte. No dia 29 de outubro, Victorino partiu rumo ao Rio de Janeiro levando 7 escravos e retornou duas semanas depois sem escravo algum³¹³. Como visto no capítulo anterior, Menezes foi o único dos negociantes de escravos de Desterro que chegou, através dos registros aos quais tivemos acesso, a viajar com os cativos para o Sudeste.

A organização desse comércio interprovincial demandava, além da preocupação com transporte, uma organização de rede de comerciantes, de contatos que possibilitassem a comunicação e o suprimento de encomendas. Sobre o mecanismo de contato entre comerciantes em diferentes províncias e as relações desenvolvidas entre eles, muito ainda precisa ser visto. Não

³¹⁰ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC). O Mercantil, n. 838, 30 de Maio de 1869.

³¹¹ UFSC/BU. O Conservador, n. 238, 9 de Junho de 1875.

³¹² BPESC. O Argos, n. 622, 9 de Janeiro de 1869.

³¹³ UFSC/BU. O Despertador, n. 1736 de 29 de Outubro de 1879 e n. 1741 de 15 de Novembro de 1879.

sabemos até que ponto as relações de comércio de escravos se sobrepunham a redes comerciais de outros produtos, em que fornecedores de outras mercadorias encomendassem cativos a seus contatos provinciais. A falta de outros anúncios de Victorino, que apontassem uma ligação de seus negócios com outras mercadorias, mostra-nos a construção de uma rede de contatos para a venda de cativos que parece ter se construído especialmente (ou mesmo com exclusividade) para este negócio.

Através da análise das procurações conseguimos recuperar alguns traços da construção desta rede por Menezes e seus parceiros. Como já foi dito, parece ter sido prática comum no século XIX que ao invés de adquirir a propriedade do escravo, o negociante, em troca do pagamento ao dono do cativo, recebesse uma procuração para revendê-lo e um recibo do adiantamento do dinheiro da venda do antigo senhor. Dessa forma, “o subterfúgio da procuração permite a realização do negócio sem que o imposto de transferência de propriedade seja pago.”³¹⁴

Esse procedimento não era desconhecido por Victorino de Menezes. E com isso conseguimos localizar sua rede de parceiros ao examinarmos alguns livros de notas de cartório. Os livros do cartório Kotzias, localizado no centro da cidade, foram pesquisados em busca das procurações que permitiam aos comerciantes negociarem cativos em diversos pontos do império. Em 10 desses livros, entre os anos de 1862 e 1880, encontramos 69 procurações que autorizavam a venda de 77 escravos. Dessas, mais da metade (39 procurações) envolviam Victorino de Menezes, o que reforça o lugar de destaque que Oswaldo Cabral e Fernando Piazza lhe atribuíam.

A construção de uma rede de parceiros no tráfico de escravos pode ser observada através de algumas dessas procurações. Em 1874 encontramos a primeira das procurações a fazer referência a Victorino. Nesta, Vicente Antonio de Pinha, morador de São José, concede a Victorino de Menezes e a Frederico de Freitas Noronha, este morador do Rio de Janeiro, poderes para realizarem a venda do crioulo Adão, um lavrador de 24 anos de idade.³¹⁵ A parceria entre Menezes e Frederico Noronha, que parece ser seu contato comercial na Corte, duraria vários anos, sendo observada em

³¹⁴ CHALHOUB, S. Op. Cit., p 43-44.

³¹⁵ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 37 (1874-1875), p. 28-28v.

diversas procurações ao longo da década de 1870 e início da seguinte. Seguindo os indícios das procurações, a sociedade estabelecida pelos dois parece ter se expandido a partir de 1879. Deste ano em diante, muitas das procurações que davam poderes a eles passam também a concedê-los a Manoel Jorge Graça e mais tarde a Aureliano de Souza Monteiro, estabelecidos na região de Campinas. Em junho deste ano, os quatro comerciantes citados (Menezes, Noronha, Graça e Monteiro) receberam poderes pela mesma procuração para a venda de escravo Pedro, de propriedade de José Marques Guimarães e seus irmãos.³¹⁶

O que transparece nestas procurações é o adiantamento de uma cadeia de negociantes envolvidos no tráfico interprovincial. Victorino, comprador em Desterro e ponta inicial da cadeia, ao fazer as procurações com os vendedores, já estabelece poderes para seus parceiros no restante da cadeia de transferências (ou de pelo menos uma parte dela). Frederico de Freitas Noronha, o contato no Rio de Janeiro, parece ter sido por anos a ponta final da cadeia de contato estabelecida por Menezes. A rede de Victorino ia até a chegada dos cativos a Corte. A partir daí, através dos contatos de Noronha, uma outra conexão levaria os cativos até seus novos senhores. A expansão da rede montada por Victorino, observada no fim dos anos 1870, foi realizada em direção a um centro de compras de cativos que pode ser identificado devido aos novos parceiros apontados pelas procurações. Manoel Jorge Graça e Aureliano de Souza Monteiro têm negócios na região cafeeira de Campinas, na província de São Paulo. Inclusive, são esses dois comerciantes, conhecidos de Menezes, que reconheceram seu cadáver no ano de 1885.³¹⁷

A montagem desta rede comercial de escravos mostra a organização envolvida neste negócio, e também a importância dele para Victorino. Os demais negociantes de Desterro, quando estabelecem outro procurador, referiam-se no máximo a um negociante do Rio de Janeiro. Menezes, através de seus contatos e viagens expande sua rede até o Oeste paulista. E essa conexão para a drenagem de escravos catarinenses mostrou-se bastante ativa entre os anos de 1879 e 1880, dos quais temos registros. Sua importância aparece mesmo quando levamos em consideração todas as

³¹⁶ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 46 (1879), p. 3-3v.

³¹⁷ UFSC/BU. A Regeneração, n. 71, 9 de abril de 1885.

39 procurações que constituíam Victorino como procurador. Dos 40 escravos que foram através desses instrumentos, nada menos que 31 foram levados através da rede montada nesses dois anos, que aponta Campinas como destino dos escravos exportados de Desterro.

A maneira como Menezes desenvolvia seus negócios na capital de Santa Catarina também nos fornece algumas pistas importante sobre o funcionamento do tráfico interno. Segundo os anúncios, Victorino se comprometia a realizar o pagamento ao vendedor do cativo (a pessoa que passava a procuração) em dinheiro. Em um anúncio no ano de 1874, ele se compromete não somente em pagar de contado, mas também dependendo da preferência do vendedor, ele poderia dar parte do pagamento em ouro.³¹⁸ Além disso, anuncia que paga bem a quem agenciar (intermediar) a compra de cativos.³¹⁹ Com isso procura ampliar sua rede de contatos e atrair mais vendedores.

Referendando mais uma vez seu destaque no mercado interprovincial de escravos, o discurso que o deputado Pinheiro faz na assembléia provincial no ano de 1876, defendendo o projeto de proibição da exportação de escravos da província (discutido no capítulo 2), parece ser quase uma resposta ao anúncio de Menezes. Vários dos elementos levantados pelo anúncio foram utilizados no discurso do deputado para criticar o tráfico, tais como: o efeito negativo dos agenciadores de escravos, a falta de confiança na moeda nacional (ao propor o pagamento em ouro), e a atração que este negócio poderia ter, ao propor pagar bem a senhores e agenciadores, mas que na verdade tinha efeitos bastante negativos para a economia da província e para a ordem social como um todo.³²⁰

Seguindo com a rede de comércio, é possível que boa parte dos negócios na Corte realizados por Noronha tenham resultado em pagamentos mais imediatos. Acredito que enquanto essa parceria de comércio envolvia apenas Menezes e Noronha a venda de escravos no Rio de Janeiro, provavelmente para outros negociantes, tenha se dado em troca de créditos ou mesmo dinheiro. Contudo, a expansão dessa rede até Campinas, com uma possibilidade maior dos escravos chegarem diretamente aos compradores finais através dessa conexão, pode ter feito esse sistema de

³¹⁸ UFSC/BU. O Conservador, n. 297, 5 de janeiro de 1876.

³¹⁹ UFSC/BU. O Despertador, n. 1217, 13 de outubro de 1874.

³²⁰ UFSC/BU. O Conservador, n. 321, 12 de abril de 1876.

cobrança mudar. Boa parte dos pagamentos efetuados por fazendeiros, que envolvia a compra de escravos, bens, equipamentos e insumos, era realizada através de crédito. Os pagamentos eram realizados somente após a colheita. A expansão da rede até Campinas deve ter resultado em lucros consideráveis para Victorino, visto que ampliava a quantidade de sócios e parecia envolver períodos maiores até o recebimento dos pagamentos dos fazendeiros. Isso transparece nas dívidas de seu inventário, sendo arrolado o valor de sete contos de réis que era devido a Menezes pelo seu parceiro em Campinas, Manoel Jorge Graça.³²¹

O preço médio dos escravos pode nos dar algumas pistas nesta direção. Segundo o trabalho de Warren Dean para a cidade paulista de Rio Claro, o preço médio de um escravo masculino entre 15 e 29 anos em 1880 ficava por volta dos dois contos e trezentos mil réis.³²² Na mesma época, o preço médio de escravos com a mesma faixa etária em Desterro era de 1 conto de réis.³²³ Eliminando um maior número de intermediários, a rede que tinha por base Victorino poderia se apossar de uma maior parte dessa diferença.

É importante observar como a questão do endividamento estava presente no cotidiano do tráfico interno e mesmo no episódio do assassinato de Victorino de Menezes. O tráfico interprovincial recebeu um duro golpe e foi praticamente terminado no começo da década de 1880, como já vimos, devido à elevação do imposto de entrada de escravos nas províncias do Sudeste a níveis proibitivos. Contudo, a viagem de negócios em que Victorino encontra seu fim se dá no mês de outubro de 1884, tempos depois da quebra do tráfico. Após um período que pode ter atingido alguns anos, ele decide ir a Campinas cobrar pessoalmente as quantias que lhe eram devidas. Esse período de carência nas relações comerciais não parece ter sido incomum, principalmente se levarmos em conta a peculiaridade das negociações de cativos. Levando em consideração a natureza das relações comerciais no Brasil da época, perpassada por laços de amizade, lealdade e

³²¹ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 74v.

³²² DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p. 66; Apud: NEVES, E.. Op. Cit., p. 111.

³²³ Cartório Kotzias. Livro de notas de escravos n. 9 (1879-1881). Foram contadas duas vendas de cativos, um com 20 e outro com 18 anos, sendo os dois comprados por um conto de réis.

endividamento³²⁴, não é de se estranhar essa ligação e a existência de um “período de teste”, em que a compra poderia ser revertida em caso de desgosto do comprador do escravo. Na verdade, era costume que não se passasse escritura definitiva de venda nesse período, tanto para permitir esse espaço de experiência, não só do senhor com o cativo como do cativo com seu novo ambiente de trabalho, quanto para evitar impostos sobre a transmissão da propriedade³²⁵.

Com isso em mente podemos entender melhor o espaço de tempo que Victorino concedeu a seus credores, antes de ir a Campinas cobrar suas dívidas. Além disso, na mala de Victorino, encontrada tempos depois do assassinato, havia cartas de devedores, contas correntes, telegramas e diversas matrículas de escravos³²⁶. Talvez sejam as matrículas dos cativos vendidos aos senhores de Campinas, mas deixados em períodos de teste. Contudo nos faltam subsídios para entender melhor como se dava essa operação em seus pormenores.

Seguindo as reproduções de várias reportagens acerca do assassinato, temos como levantar mais algumas informações sobre o dia a dia desse negócio. Para a cobrança das dívidas, Victorino teve o apoio do gerente da agência do Banco Mercantil em Campinas, José Pinto de Almeida Júnior. Em diversos momentos da narrativa e dos depoimentos fica aparente o conhecimento de uma rotina de Victorino em Campinas. A princípio, já fica o depoimento dos jornais de Desterro e das testemunhas na cidade paulista de que Menezes era um homem metódico. Costumava se hospedar no *Hotel do Universo*, e o gerente deste estabelecimento, em depoimento a polícia reproduzido pelos jornais, mostrou que conhecia o costume do comerciante de levar grandes quantidades de dinheiro consigo, colocadas em bolsos no interior da roupa³²⁷. Alguns de seus contatos nesta cidade também foram bastante cordiais, explicitando um contato antigo entre o comerciante estabelecido em Desterro e habitantes de Campinas.

O próprio assassinato e a desconfiança criada com a situação ilustram o reconhecimento de uma rotina. Os depoimentos dados ao delegado de Campinas apontam bem essa familiaridade.

³²⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. p. 136.

³²⁵ CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 52.

³²⁶ UFSC/BU. Conservador, n. 152 de 13 de Julho de 1885.

³²⁷ UFSC/BU. O Despertador, n. 2289, 08 de Abril de 1885.

Durante a cobrança das dívidas, Menezes havia confidenciado ao Sr. Giraud, proprietário do hotel, que estava apreensivo com seus negócios. Além disso, os funcionários do hotel acharam estranho quando Almeida Junior, depois de ter levado Victorino do hotel no dia anterior, anunciou que levaria os pertences do comerciante, pois o mesmo já estaria em um trem para São Paulo.

Pelos depoimentos das testemunhas no processo, publicado em parte nos jornais,³²⁸ percebemos como além das circunstâncias pouco usuais que fizeram com que os funcionários desconfiassem de Almeida Junior, o reconhecimento de certos hábitos do comerciante ajudou a desvendar o crime.

Tendo ido a Campinas “arrecadar importantes sommas de dinheiro, de que lhe eram devedores vários fazendeiros e capitalistas dessa praça”, Menezes recebeu a ajuda do agente do Banco Mercantil de Santos em Campinas. Durante vários dias, o agente José Pinto de Almeida Junior acompanhou as cobranças de Victorino. Para se ter uma noção do volume dos negócios, somente José Salles havia pago ao comerciante 22 contos de réis. E ao final de alguns dias, tendo recebido quantias de diversos devedores, cujas somas foram calculadas entre 40 e 60 contos de réis, Menezes preparava-se para retornar a Desterro.³²⁹

Segundo os depoimentos de funcionário e do gerente do hotel, no dia anterior a sua partida, Almeida Junior esteve presente no *Hotel do universo* e de lá saiu em companhia de Victorino. No dia seguinte o agente do banco retornou ao hotel, pagou a conta do comerciante e declarou que Menezes já havia embarcado no trem em direção a São Paulo, e que suas bagagens deveria ser enviadas para lá. Mesmo estranhando o acontecido, o gerente do hotel executou o que lhe foi solicitado.³³⁰

Meses depois, a família de Victorino entrou em contato com a secretaria de polícia de São Paulo, comunicando o desaparecimento de Menezes. Nos jornais de Desterro foi vinculada nota

³²⁸ Infelizmente, no período em que pretendia fazer as pesquisas na tentativa de encontrar o processo crime de Victorino, fui informado que os processos crime das comarcas do interior de São Paulo estavam passando por um processo de restauração e microfilmagem, que os deixa inacessíveis aos pesquisadores. Desta forma, não foi possível localizar tal processo.

³²⁹ UFSC/BU. A Regeneração, n. 70, 8 de abril de 1885.

³³⁰ Idem.

(uma das que abre este capítulo) comunicando o desaparecimento e pedindo providências à polícia e à imprensa paulista.³³¹

A polícia de Campinas, informada do caso, iniciou as diligências, que rapidamente apontaram que Victorino não havia saído daquela cidade. Investigando mais a fundo, as pistas apontaram para o envolvimento de Almeida Junior no desaparecimento, que passou a ser visto como principal suspeito. Continuando as investigações, a polícia procedeu com uma série de interrogatórios até dos funcionários da casa do suspeito. Nestes depoimentos, os empregados relataram que José Pinto, no dia do desaparecimento de Victorino, havia enviado sua família para a casa de conhecidos, e mandado seus funcionários passear pela cidade. O depoimento da esposa de Almeida Junior confirmou esse fato, pois tendo ido à casa de José Setubal para visitar uma amiga que estaria doente, ela verificou que a esposa deste senhor gozava de perfeita saúde. Sem entender o motivo da mentira do marido, e devido ao adiantado da hora, a esposa de José Pinto acabou passando a noite nesta casa.³³²

O depoimento de Indalecio, empregado de Almeida Junior, ajudou a cercar ainda mais seu ex-patrão. Segundo ele, José Pinto havia dado ordens para que ele saísse de casa no fim da tarde. Tendo retornado no início da noite, havia encontrado seu patrão em um estado de alterada agitação, e este mandou que Indalecio consertasse o assento da latrina. O funcionário consertou a latrina, verificando que ela havia sido removida, e estranhou o desaparecimento de um martelo.³³³

As funcionárias da casa também estranharam o comportamento do patrão, que estaria agitado e nervoso quando elas retornaram a noite. Além disso, repararam que ele havia trocado de calças e que havia pequenas quantidades de sangue no chão e em uma das janelas da sala. Elas lavaram as manchas de sangue segundo o ordenado por Almeida, que disse ter se ferido.³³⁴

³³¹ UFSC/BU. Conservador, n. 13, 17 de janeiro de 1885.

³³² UFSC/BU. O Despertador, n. 2291, 15 de abril de 1885.

³³³ UFSC/BU. A Regeneração, n. 71, 9 de abril de 1885.

³³⁴ UFSC/BU. A Regeneração, n. 72, 10 de abril de 1885.

Dias depois, o mal cheiro saído da latrina, e que já incomodava os vizinhos, fez com que José Pinto decidisse fechar a latrina, destruindo a casinha e tampando com cal o lugar. Em seguida construiu sobre a antiga latrina um outro cômodo para os criados.

Sabendo de diversos desses detalhes que cercavam o crime, o delegado de polícia ordenou uma busca na casa e a escavação da antiga latrina. O auto da busca, publicado nos jornais, informou que as buscas naquele local encontraram um corpo. Junto a ele havia também uma calça. Posteriormente, o corpo foi identificado por alguns sinais e por testemunhas, entre elas Manoel Jorge Graça e Aureliano Monteiro, como sendo o de Victorino de Menezes. Um anel encontrado com o cadáver ajudou a esclarecer a identidade da vítima.³³⁵ O joalheiro Emilio Decourt, de Campinas, reconheceu o anel como uma peça que ele havia vendido a Victorino em 1875.³³⁶ A calça foi reconhecida pelos serviçais como sendo a que José Pinto trajava no dia do desaparecimento de Victorino.

A versão reconstituída pelo delegado e divulgada pelos jornais foi a seguinte: no dia em que havia buscado Menezes no hotel, o agente do banco havia tomado providências para que sua família e criados estivessem fora de sua casa. Levando Victorino para o local, Almeida o teria matado a golpes de martelo, tendo depois atirado o corpo na latrina da casa, mandando tampá-la em seguida devido ao mau cheiro que exalava.³³⁷

Os periódicos de Desterro cobriram o caso durante todo o mês de abril de 1885, reproduzindo matérias de jornais da Corte e da província de São Paulo. Segundo os jornais, o assassinato chegou a atrair uma atenção nacional. Mas infelizmente não conseguimos acompanhar o desfecho do processo.

A análise da trajetória de vida de Victorino, marcada por grandes lacunas e muitas questões, aponta alguns temas importantes para pensarmos e entendermos alguns dos homens que viveram no século XIX. Nascido e criado em uma sociedade escravista, marcada pela propriedade de homens por homens, Menezes parece ter ganho sua vida, pelo menos durante uma época, exatamente com a

³³⁵ UFSC/BU. A Regeneração, n. 71, 9 de abril de 1885.

³³⁶ UFSC/BU. A Regeneração, n. 73, 11 de abril de 1885.

³³⁷ UFSC/BU. A Regeneração, n. 70, 8 de abril de 1885.

transferência de escravos entre diversas regiões do país. Sua presença em Desterro parece intimamente ligada a este negócio, sendo que ele surgiu na cidade em um momento de expansão do tráfico interno e atuou sempre neste mercado. Sua própria morte esteve ligada à atividade que desenvolveu durante boa parte da vida, tendo se deslocado ao lugar de seu assassinato para resolver negócios inacabados.

A análise de sua vida em Desterro nos fornece algumas informações úteis para a compreensão desta sociedade. Um forasteiro de boas condições financeiras, Victorino conseguiu arranjar um lugar para si no mercado local. Suas ligações afetivas e de compadrio parecem ter se forjado mais em localidades fora da vila de Desterro, apesar dos contatos comerciais, e com seus criados e escravos. Como homem de seu tempo, este negociante investiu também na propriedade de terras e na compra de cativos. Em seu testamento vimos como ele considera alguns de seus cativos como herdeiros, e como negocia a liberdade da cativa ao mesmo tempo que obtém lucros com a venda de escravos alheios.

Como negociante de escravos e habitante de uma pequena capital provincial, a vida de Menezes foi preenchida por muitas questões que atingiram seus contemporâneos, como a ligação com o escravismo e as relações comerciais decorrentes dele. Seus laços comerciais nos ajudam a compreender muito do funcionamento do tráfico interno, o que não seria tarefa das mais tranquilas sem a indicação do “mais forte comprador de escravos” a guiar a busca por fontes.

Considerações Finais

O tráfico interno de escravos foi muitas vezes usado como uma das principais explicações para o fim da escravidão em Desterro. A atração dos altos preços pagos pelos cativos no Sudeste teria levado muitos senhores a venderem escravos para aquela região na segunda metade do século XIX. Sem bases fortes para essa afirmação de importância, busquei analisar o mercado de escravos na capital catarinense, seu volume e os mecanismos de seu funcionamento.

A continuidade do comércio de escravos durante toda a segunda metade do novecentos ficou comprovada através dos registros da transferência de propriedade de escravos e de anúncios localizados até o ano de 1884³³⁸, e de impostos até 1887. Percebi uma divisão nesse mercado de mão de obra escravizada, a existência de diferenças de procura e perfil de cativos entre os negócios locais e o tráfico interprovincial. Dentro da própria Desterro, os anúncios de escravos se voltavam ao interesse específico por determinadas funções e se observou a importância da venda como estratégia de manutenção da ordem, como forma de livrar os senhores de escravos vistos como problemáticos e que não queriam mais obedecê-los. Estratégias de compras neste mercado, que envolviam a aquisição de escravas ou de famílias, até mesmo de crianças, apontam para tentativas de manter a instituição através de reprodução natural, mas não foram utilizadas pela maioria dos senhores. Estes parecem ter recorrido ao mercado como apoio à manutenção de mão de obra e de garantia de ordem. A ameaça da venda provavelmente foi utilizada com frequência como forma de garantir a obediência.

A participação de Desterro no mercado interprovincial de escravos nos coloca uma série de outras questões. Em primeiro lugar destaco o volume deste comércio. As dificuldades envolvidas quanto à certificação das saídas, devido à falta dos passaportes, de outros documentos e de séries de dados mais completas e que pudessem ser confrontadas, fez com que esta quantificação fosse bastante prejudicada. Utilizei diversas fontes e realizei alguns cálculos que me levaram à conclusão

³³⁸ O último anúncio de venda localizado foi o de um pardo, oleiro de 24 anos. A Regeneração, n. 81, 9 de abril de 1884.

de que, apesar do número comprovado de saídas ter sido de apenas 231, o total de escravos exportados superou mil e quinhentos indivíduos, provavelmente com folga.

Alcansei esse número, bastante abrangente, através de um cálculo da média de escravos exportados, obtidos através do imposto sobre essa saída, em anos aparentemente regulares (sem grandes alterações políticas ou econômicas). Dessa forma, subestimei as saídas, devido às diferenças de cobrança entre homens e mulheres e ao contrabando, mas procurei com isso criar uma base mais realista, um mínimo de movimentação com o qual pudesse trabalhar em segurança. Levei em consideração também os períodos de menor atividade do tráfico, no início dos anos 1850 e na década de 1880.

Os escravos traficados eram embarcados no porto do Desterro normalmente em pequenos grupos, com 3 a 5 indivíduos no período de maior frequência nas exportações. Estes números combinam com os obtidos por Herbert Klein em estudo sobre o porto do Rio de Janeiro em 1852. A escala das remessas de Desterro parece não ter superado em tamanho essas dos primeiros tempos da Corte. O número máximo de cativos transportados em um mesmo grupo foi de 7, observado duas vezes nas viagens de Victorino de Menezes para o Rio de Janeiro em 1879 e 1880.³³⁹ Os escravos eram enviados acompanhados de seus senhores ou de outras pessoas, e mesmo sozinhos, sob os cuidados da tripulação (“a entregar” a alguém no porto de destino). Utilizavam para as viagens as linhas regulares de vapores estabelecidas no litoral brasileiro, o que condiz com as informações obtidas para o restante do país, onde a maior parte desse tráfico parece também ter sido realizada por linhas comerciais de vapores.³⁴⁰

Infelizmente não consegui levantar uma série de preços de escravos, da evolução deles ao longo da segunda metade do século e das influências que eles sofriam com relação à produção local e à procura no mercado brasileiro.

³³⁹ UFSC/BU. O Despertador, n. 1736, de 29 de outubro de 1879; O Despertador, n. 1775, 13 de março de 1880.

³⁴⁰ GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 142.

O perfil dos cativos exportados pela capital catarinense fica também dentro do que era esperado pelos transferidos no tráfico interprovincial. Eram sobretudo jovens entre 10 e 24 anos, homens em sua maioria (foram 59% dos escravos mandados “a entregar” fora da província).

Outros personagens envolvidos neste mercado também foram analisados. Infelizmente, quase não foram encontrados dados sobre a população escrava atingida pelo comércio. Nos bancos de dados organizados temos apenas séries com alguns nomes, idades, origem, e informações sobre aptidão profissional e nomes de proprietários. Em geral essas listas são bastante falhas e sem continuidade, o que impossibilitou uma análise mais profunda deste grupo, mas possibilita o cruzamento de informações para outras pesquisas. Entretanto, sobre os comerciantes, personagens de destaque em minha busca, uma boa quantidade de informações foi levantada.

Listei os nomes de pessoas e firmas envolvidas com a negociação de escravos entre 1849 e 1888. Vinte e três nomes aparecem ligados aos mercados local e nacional. Com uma maior facilidade de inserção neste comércio, devido à utilização de linhas regulares de vapor, de laços comerciais e melhores meios de comunicação, o tráfico interno de escravos possibilitou a participação de diversos negociantes não especializados neste comércio. Dessa forma, desses nomes listados, vários deles aparecem ligados também a atividades comerciais variadas, de gêneros, livros, móveis e uma série de outras mercadorias. Poucos deles aparecem também ligados a atividades fabris, como uma fábrica de cigarros e charutos e outra de sabão e velas.

Os comerciantes envolvidos faziam parte não apenas de uma camada prestigiada em Desterro (que junto com os funcionários públicos e militares possuía grande parte da riqueza local), mas tinham algum destaque entre seus pares. Alguns deles desempenharam várias funções públicas e mandatos na Assembléia provincial, ao mesmo tempo em que continuavam envolvidos no mercado de escravos. A média de permanência desses homens em negócios envolvendo cativos atinge e passa dos 5 anos. Isso corrobora a idéia de que, fazendo parte de uma instituição aceita pela sociedade (a escravidão), o comércio de homens e mulheres não chegou a deixar marcas nas figuras

envolvidas neste negócio. Os comerciantes de cativos na capital provincial continuaram a ser vistos como cidadãos respeitáveis, parte dos “homens bons” da cidade.

Esses comerciantes de Desterro, em geral, parecem ter se inserido no comércio de escravos aproveitando uma oportunidade de lucros. A baixa dedicação que a atividade exigia deles, somada aos lucros proporcionados incentivou a participação de vários desses, o que pode ser bem observado através do aumento de anúncios de compradores de escravos em uma fase de expansão do tráfico interno.

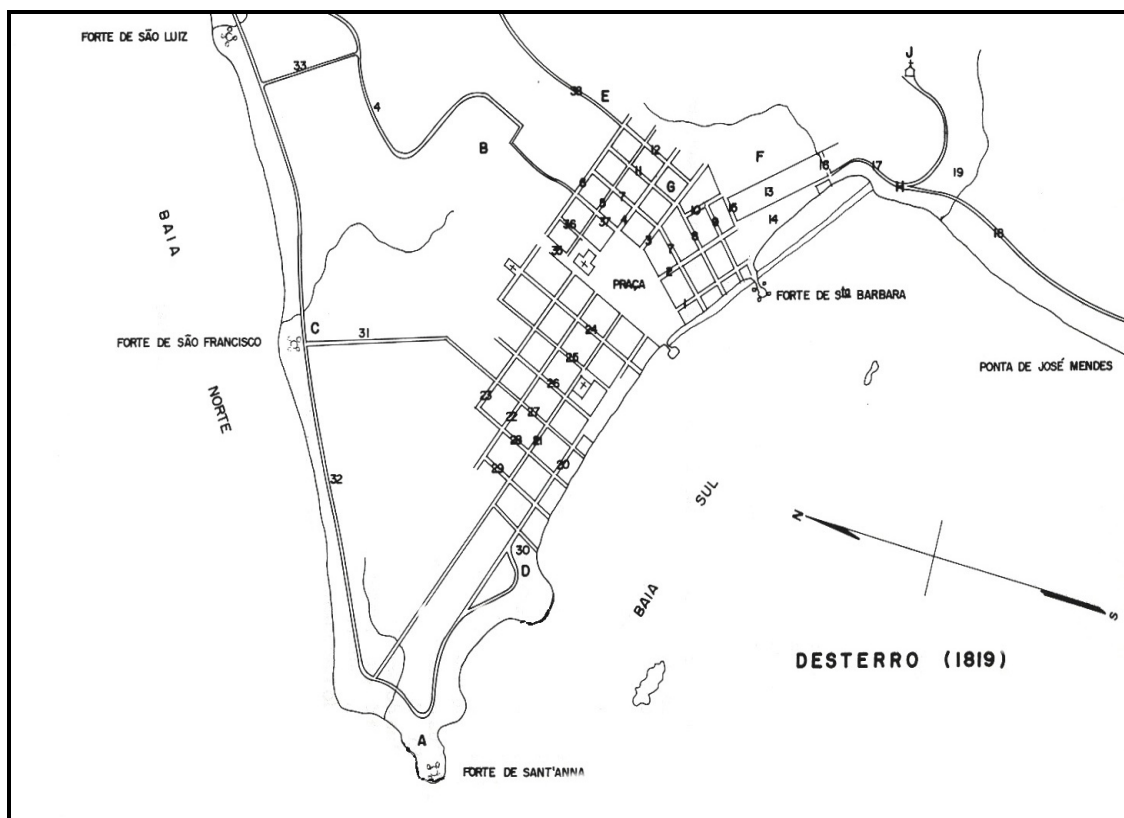
O caso de Victorino de Menezes exemplifica e ajuda a entender por quais meios se desenvolveu o comércio interprovincial de cativos. A experiência de Victorino, seus parceiros e laços comerciais construídos ao longo da sua vida como negociante permitem que lancemos uma luz sobre a rede de contatos que possibilitaram a operação do tráfico. Além disso, e apesar das lacunas de informações sobre a sua vida, a vivência de Menezes aponta para alguns modos de agir e pensar (como estratégias de investir em imóveis e escravos) que eram comuns a outros homens de sua época. Conseguimos visualizar uma pequena mostra das relações que este comerciante desenvolveu em Desterro, através dos apadrinhamentos, dos contatos explicitados em seu testamento e da sua convivência com a escrava (depois liberta) Maria e seu filho Hercílio. Sua relação com os cativos aponta também para as contradições que cercavam a escravidão. Apesar de lucrar com o tráfico, ele não tratava seus escravos sempre como mercadoria negociável. Com esses, observamos como ele podia agir como um senhor que, em vez de lucro com a venda, poderia também desejar trabalho e obediência, e para isso conceder liberdades e mesmo a alforria aos seus escravos.

Com este estudo, procurei analisar uma questão até então deixada de lado pela historiografia catarinense. Estudando o comércio de escravos com uma maior profundidade, avancei sobre um tema ainda pouco estudado. Estabeleci uma base e investiguei questões que ainda precisam ser muito pesquisadas, mas que indicam que o peso do tráfico de escravos na diminuição da população cativa de Desterro não pode ser usado como explicação definitiva. Outros fatores

agiram em conjunto com as vendas para fora da província, como as alforrias e mesmo óbitos. Outros estudos precisam ser realizados, cruzando informações para tentar entender como se deu esse processo de “esvaziamento” da população cativa da província.

Anexo I

Mapa de Desterro de 1819.



Bairros:

- A- Estreito
- B- Mato – Grosso
- C- Praia de Fora
- D- Figueira
- E- Tronqueira
- F- Campo do Manejo
- G- Pedreira
- H- Toca
- I- Menino Deus

Ruas:

- 1 – Rua Augusta
- 2 – Rua da Careira
- 3 – Dos Quartéis Velhos
- 4 – Do Vigário
- 5 – Rua do Desterro
- 6 – Rua do Alecrim
- 7 – Rua da Conceição

8 – Rua da Lapa

9 – Travessa que vão para o

Forte

10 – Rua Pedreira

11 – Rua da Fonte Grande

12 – Rua da Tronqueira

13 – Quartel do Campo do

Manejo

14 – Rua do Vinagre

15 – Beco do Quartel (Beco

Sujo)

16 – Beco do Cortume

17 – Rua do Menino Deus

18 – Rua da Toca

19 – Rua de São Martinho

20 – Rua do Príncipe

21 – Rua do Senado

22 - Rua do Governador

23 – Rua da Palhoça

24 – Rua do Livramento

25 - Rua do Ouvidor

26 – Rua do Propósito (da Paz)

27 – Rua da Palma

28 – Rua da Palhoça

29 – Rua do Bom Jesus

30 – Rua da Figueira

31 – Rua do Passeio

32 – Rua da Praia de Fora (de S. Ana)

33 – Rua de São Marcos

34 – Rua do Mato –Grosso

35 – Rua da Trindade

36 – Rua do espírito Santo

37 – Rua Áurea

38 – Rua das Olarias

ANEXO II

VICTORINO DE MENEZES

Damos hoje á estampa transcriptas do *Conservador* de antehontem, as disposições testamentárias do infeliz Manoel Antonio Victorino de Menezes, as quaes noticiamos há dias haverem sido apresentadas em juízo.

JESUS MARIA JOSÉ

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filhos, Espírito Santo em que eu, Manoel Antonio Victorino de Menezes, firmemente creio e em cuja fé protesto viver e morrer. Este é meu testamento e última vontade.

Declaro que sou natural da província do Rio de Janeiro, filho de pais incógnitos.

Declaro que sou casado com d. Izabel Francisca de Menezes, de cujo consorcio tivemos duas filhas uma de nome Maria, hoje fallecida, e outra de nome Leonor, que se acha em companhia de minha mulher, na província do Espírito Santo, no Município de Itapemirim.

Fallecendo n'esta cidade, quero ser sepultado no cemitério da irmandade do Senhor dos Passos desta capital, a qual incumbo-lhe o meu funeral e lhe légo de esmola a quantia de um conto de réis.

Mando que se digam três missas de corpo presente e que n'este acto se distribuirá de esmola com os pobres que vierem á porta a quantia de cinqüenta mil réis.

Declaro que entre os mais bens que possuo, acha-se comprehendida uma fazenda com casa de moradia, casa de armazéns e de socagem de arroz, sita na freguesia de

Enseada de Brito, município de São José, bem assim uma casa de sobrado, á rua da Trindade n. 3, uma outra casa já velha na dita rua sob n. 1; uns terrenos com trinta e seis palmos de frente com fundos ao mar, situados á rua de Sant'Anna da freguesia de S. Sebastião, desta cidade.

Declaro mais haver duas pequenas chácaras com casas arruinadas, na freguesia de Cannasvieiras e outra no lugar denominado da Serraria do município da cidade de S. José.

Declaro ter dois escravos, em companhia de minha mulher, de nome Ignácio e Mariano, e um de nome Manoel em meu poder.

Declaro mais que deixo á parda de nome Maria que se acha em minha companhia, a qual já libertei e por esta minha ultima vontade confirmo a liberdade conferida que a poderá gosar onde bem lh'a convier, a quantia de dois contos quinhentos mil réis; e a seu filho recém-nascido, a quantia de um conto e quinhentos mil réis, cuja quantia pela sua morte será entregue nos cofres de orphãos para que melhor garantida fique.

Declaro mais que deixo a esta legatária a que me refiro na verba supra, todos os utensílios, roupa e todos os mais objectos de uso domestico que se acharem em minha residência.

Declaro mais que deixo á dona Maria José da Silva, filha legítima de Maria Lisboa da Conceição, a quantia de quatrocentos mil réis, e a seu irmão Bernardino José de Senna, filho também da dita Maria Lisboa, a quantia de duzentos mil réis, e assim como igual quantia de duzentos mil réis á mãe d'estes legatários dita Maria Lisboa.

Declaro mais que deixo á dona Marcellina, filha legítima de José de Queiroz, morador em Sambaquy, a quantia de seiscentos mil réis, assim como deixo de esmola á

minha afilhada Leopoldina, filha do mesmo José de Queiroz a quantia de duzentos mil réis.

Declaro mais que deixo á minha afilhada Cecília, filha de Eduardo Levéque, de Sambaquy, a quantia de duzentos mil réis; assim como deixo mais a meu afilhado Antonio, filho legítimo de meu compadre Veríssimo, morador em Sambaquy, a quantia de duzentos mil réis.

Declaro mais que deixo á dona Anna, filha legítima de Joaquim de Souza em Cannasvieiras, minha pequena chácara e os terrenos adjacentes pela parte do sul que me pertencem por compra feita a Manoel Lisboa e sua mulher, cuja [ilegível] estimo no valor de quatrocentos mil réis, preço em que estão estas propriedades.

Declaro mais que deixo á dona Manuela, filha de dona Jesmina de tal, moradora de Cannasvieiras, a quantia de duzentos mil réis.

Declaro mais que deixo á dona Anna Maria da Conceição, mulher de Bernardino Antonio Barbosa, moradores em Cannasvieiras, a quantia de cento e cinquenta mil réis; assim como declaro mais que deixo a Antonio Bernardino dos Santos Castão, súbdito portuguez e companheiro de minhas viagens a quantia de quatrocentos mil réis.

Declaro mais que estimo o valor de todos os meus bens, direitos e acções na cifra de sessenta contos de réis mais ou menos.

Declaro mais finalmente que [ilegível] herdeira dos remanescentes de minha terça a minha filha Leonor.

Rogo á Constancio José da Silva Pessoa Junior, morador na cidade de S. José e a Firmino Duarte Silva, queirão fazer a obra pia de serem meus testamenteiros, aos quaes incumbulo-lhes a fiel execução de minhas ultimas vontades. Esta é a minha última vontade e disposição para depois de minha morte, e por este revogo qualquer outro.

Dado e feito nesta cidade do Desterro, capital da província de Santa Catharina, aos quinze dias do mez de Julho de 1874 – *Manoel Antonio Victorino de Menezes*.

Aberta no dia 7 de Abril de 1885, pelo juiz da provedoria.

Fonte: UFSC/BU. A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885.

Fontes

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC)

Jornais:

O Novo Iris – 1850-1852.

A Revelação: 28/08/1852 – 06/08/1853.

O Correio Catharinense: 15/12/1852 - 22/11/1854.

O Catharinense: 28/07/31, 18/08/1831, 25/01/1832, 31/10/1860.

O Expositor: 08/12/1832, 16/02/1833.

Conciliador: 09/12/1835.

Conciliador Catharinense: 1849-1851.

O Conservador: 17/01/1854 – 18/12/1855

O Argos: 01/01/1856 – 17/06/1862;

O Santelmo: 28/03/1858;

O Cruzeiro do Sul: 01/04/1858, 01/09/1859;

O Cruzeiro: 11/03/1860;

Bota-fogo: 24/10/1858;

O Chaveco: 18/11/1860:

O Progressista: 10/01/1861;

O Mercantil: 17/06/1861 – 30/05/1869;

O Mercador: 25/08/1861;

A Estrella: 19/09/1861;

O Correio Official: 28/10/1861;

O Livro Negro: 02/11/1861;

O Pacaja: 01/06/1862;

O Despertador: 10/03/1863 – 16/05/1883;

Periódico da Semana: 31/10/1864;
O Desterrense: 28/01/1865, 13/05/1865;
O Constitucional: 17/07/1867 – 18/04/1871;
A Esperança: 15/07/1867;
O Pýrilampo (Laguna): 15/09/1864;
O Beija-Flor: 16/02/1868, 01/03/1868;
O Commercial: 01/01/1868;
A Lealdade: 20/05/1868;
A Perseverança: 20/07/1868;
A União: 15/01/1868 – 1888;
A voz da verdade: 15/04/1869;
O Cacique: 02/08/1870 – 29/08/1871;
A Província: 01/10/1870, 27/12/1871;
O Conciliador: 07/03/1872, 23/10/1873;
O Typographo: 22/09/1872;
O Patriota: 11/02/1875;
O Til: 15/11/1874;
Opinião Catharinense: 26/11/1874;
O Artista: 22/12/1878 – 30/11/1879;
O Município (Laguna): 24/11/1878 – 05/05/1829;
A Verdade (Laguna): 03/08/1879;
O Progresso: 03/04/1880 – 1888;
Colombo: 14/05/1881;
Jornal do Comercio: 21/05/1881 – 13/04/1894;
O Mensageiro: 27/02/1856 – 07/09/1857;

Biblioteca Central Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/BU)
Jornais:

O Despertador: 1863 – 1885;

O Conservador: 1873 – 1886;

A Regeneração: 1868 – 1885.

Center for Research Libraries (www.crl.edu/content/provopen.htm).
Relatórios de Presidentes da Província de Santa Catarina: 1840 – 1888.

Cartório Kotzias.

Livro de notas de escravos, n. 26 (1864-1865).

Livro de notas de escravos, n. 3 (1865-1866).

Livro de notas de escravos, s/n (1873-1875).

Livro de notas de escravos, n. 9 (1878-1881).

Livro de notas n. 35 (1872-1873).

Livro de notas n. 37 (1874-1875).

Livro de notas n. 44 (1875-1879).

Livro de notas n. 46 (1879).

Livro de notas n. 47 (1879-1880).

Livro de notas n. 48 (1880).

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

Ofícios dos Delegados de Policia para o Presidente de Província. 1850/1870.

Ofícios dos Delegados de Policia para o Presidente de Província. 1870/1883.

Processo de inventário de Victorino de Menezes. Processos judiciais, Cx. 6, Pasta 94.

Biblioteca do IBGE, Rio de Janeiro.

Recenseamento do Brazil em 1872. Província de Santa Catharina.

Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ATJSC).
Processos Vara Cível. Maço “Desterro dec. 1860”.

Processos Vara Cível. Maço “Desterro 1870”.

Processos Vara Cível. Maço “Desterro dec 1870”.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- AMARAL, Roquinaldo. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BEATTIE, Peter M.. The slave Silvestre’s disputed sale: corporal punishment, mental health, sexuality, and “vices” in Recife, 1869-1879. *Estudos Interdisciplinares de America Latina y del Caribe (E.I.A.L.) (Tel Aviv)*, vol. 16, n. 1 (2005), p. 41-65.
- BERUTE, Gabriel Santos. *A concentração do comércio de escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/Edusp, 1976.
- BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2005.
- CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.
- CARDOSO, Fernando H. e IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAUWE, Fabiano. *A Libertação Gradual e a Saída Viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação dos Escravos*. Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FLORENTINO, Manolo, GÓES José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão*. (I). Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 145.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo em Desterro/SC: a lei de 1871: o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História dos quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 142.
- HUBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).
- LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História* (Departamento de História, PUC-SP), n.12, out. 1995, p. 43-56.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.
- MAMIGONIAN, Beatriz G.. *O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império. 1871-1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- PEDRO, Joana M. et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.
- PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

- PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.
- PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REIS, João José, SILVA, Eduardo, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moriz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SENADO FEDERAL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- SLENES, Robert W. "The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888". Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976.
- SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

- SPRICIGO, Antônio César. *Os caminhos da escravidão na Freguesia do Araranguá – 1840-1888*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- VASCONCELOS, Albertina Lima. *Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- ZIMMERMANN, Fernanda. Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório PIBIC, 2004.